

IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO NÍVEL DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DE SAÚDE DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DOS ALUNOS DO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS NO PARÁ (EJA)

CILEIDE TAVARES BORGES DO COUTO



BELÉM - PA - 2024



FICHA CATALOGRÁFICA

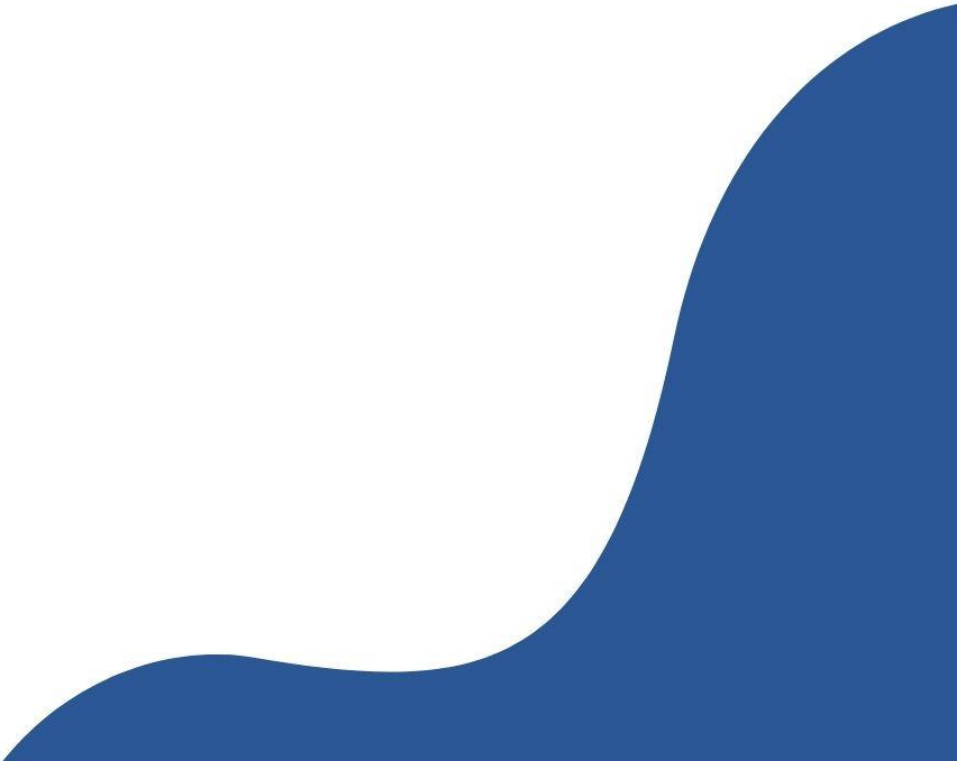
COUTO, Cileide Tavares Borges do

Importância da educação em saúde no nível de prevenção de doenças e promoção de saúde dos professores de educação física e dos alunos do ensino de jovens e adultos no Pará (EJA)/ Cileide Tavares Borges do Couto; Orientador: Dr. Ricardo Figueiredo Pinto. Asunción – PY – 2024. 120f.

Palavras-chave: EJA; Educação Física; Educação em saúde.

ISBN: 978-65-86785-85-2

DOI: 10.29327/5393302



SOBRE A AUTORA

**CILEIDE TAVARES
BORGES DO COUTO**





Cileide Tavares Borges do Couto

Cileide Tavares Borges do Couto atualmente é profissional de Educação Física do Serviço Social da Indústria do Pará, lotada na Gerência Executiva de Planejamento e Orçamento. É professora classe III da Secretaria de Educação do Estado do Pará. Mestre em Ciências de La Educación da Facultad Interamericana de Ciencias Sociales e doutora em Ciências de La Educación da Facultad Interamericana de Ciencias Sociales e apresenta Certificação em HCMBOK® 3G Practitioner - Human Change Management Institute.



TÍTULO



**IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EM
SAÚDE NO NÍVEL DE PREVENÇÃO DE
DOENÇAS E PROMOÇÃO DE SAÚDE
DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO
FÍSICA E DOS ALUNOS DO ENSINO DE
JOVENS E ADULTOS NO PARÁ (EJA)**

OK!

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Celeste e Waldir, pela dedicação, sacrifício e orientação. Aos meus irmãos Sílvio e Waldilea, por suas preocupações, incentivo e carinho. Ao meu lindo sobrinho Vinícius, por trazer alegria as nossas vidas. Aos meus amigos e irmãos do coração, Sérgio e Lisania, por sempre me apoiarem. Ao meu esposo Bruno, por me apoiar nas minhas obsessões profissionais; e ao nosso filho Davi, que é o meu maior amor nesta vida.

AGRADECIMENTOS

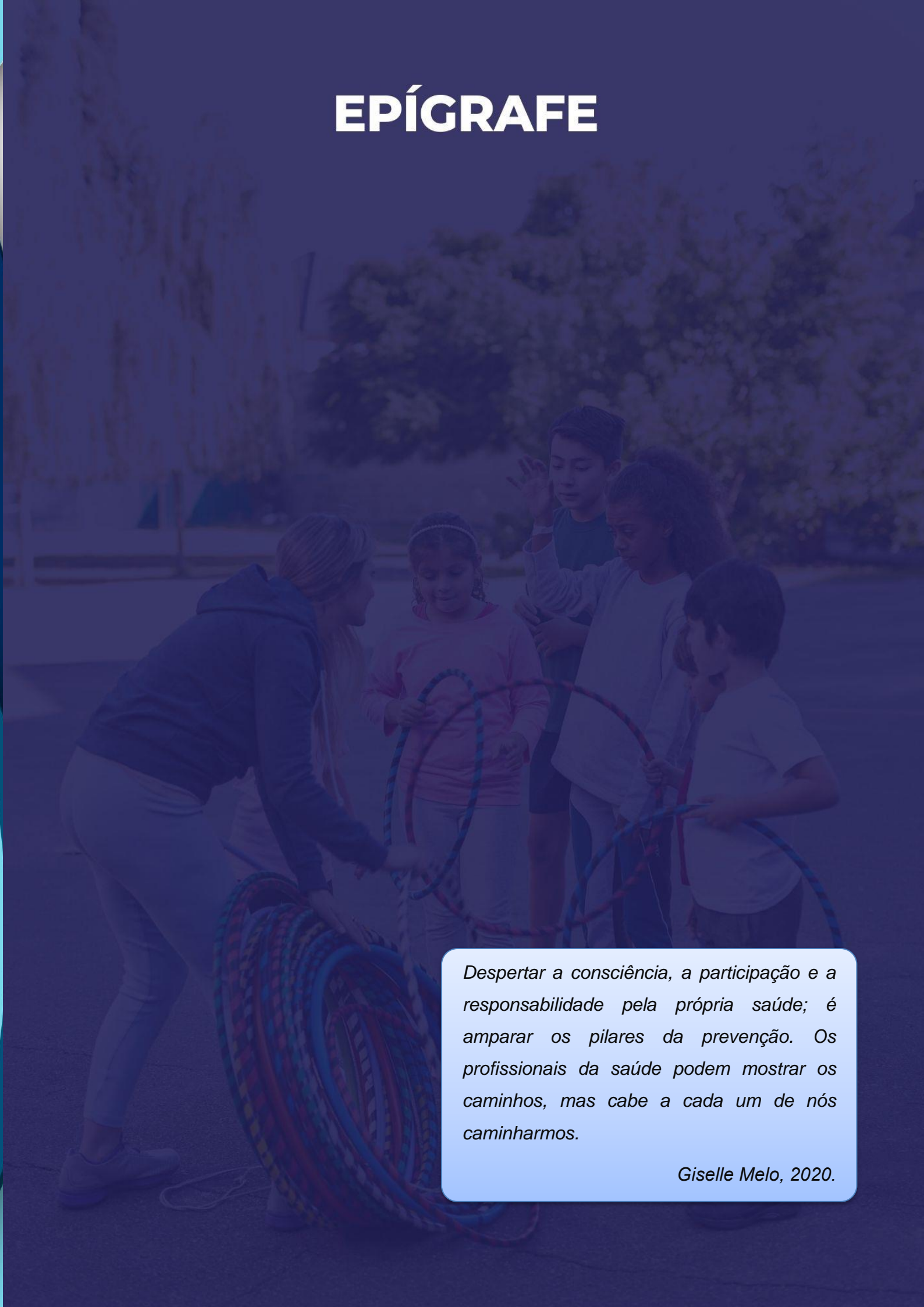
A todos que colaboraram para que esta tese fosse materializada. Foram mais de trinta e seis meses de estudos e pesquisa coletando material, refletindo e reescrevendo os pontos cruciais da Educação em Saúde e Educação Física dos alunos e professores da Educação Jovens e Adultos (EJA). Durante esse tempo, contamos com inúmeras colaborações, algumas em forma de apoio institucional e/ou financeiro, outras com voluntariados, outras com o compartilhamento do conhecimento, outras com palavras amigas e gestos de confiança. A todos quaisquer agradecimentos seria fugaz.

Ao Prof. Dr. Ricardo Figueiredo Pinto-FICS, pela orientação, competência e incentivo na condução desta Tese. Uma vez que foram vários encontros dedicados às revisões, discussões, apontamentos que nos guiaram para o melhor embasamento científico e acadêmico deste estudo.

A Prof^a. Mestre Victória Baía Pinto, pela dedicação, persistência, altruísmo e motivação. Uma vez que tão gentilmente aceitou participar e colaborar com esta pesquisa, tornando os dias difíceis conciliatórios e os dias fáceis em produtivos e especiais.

Aos líderes Márcia Arguelles Pantoja e Dário Antônio Bastos de Lemos do SESI/PA, pela inspiração e por suas lideranças inovadoras que transformaram a minha vida, motivaram a melhorar a saúde física, buscar novos conhecimentos, renovar o senso de propósito, e especialmente, afirmar vitalidade da existência.

EPÍGRAFE



Despertar a consciência, a participação e a responsabilidade pela própria saúde; é amparar os pilares da prevenção. Os profissionais da saúde podem mostrar os caminhos, mas cabe a cada um de nós caminharmos.

Giselle Melo, 2020.

RESUMO

A importância da prevenção de doenças e promoção da saúde para alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas aulas de Educação Física é crucial para melhorar o bem-estar e a qualidade de vida dessa população, que muitas vezes enfrenta desafios de saúde específicos devido à idade e ao estilo de vida. O objetivo deste estudo foi verificar a importância da educação em saúde no nível de prevenção de doenças e promoção de saúde dos professores de Educação Física e dos alunos da EJA no estado do Pará. A metodologia utilizada foi um estudo exploratório e de pesquisa de campo, envolvendo 124 docentes e 605 alunos que atuavam e estudavam na modalidade EJA. Os resultados revelaram que a maioria dos estudantes e docentes estava com a vacinação em dia, compreendia conceitos de saúde pública e coletiva e reconhecia a importância da Educação Física para o bem-estar. No entanto, eles enfrentavam dificuldades devido à jornada de trabalho e ao cansaço para uma participação eficaz nas aulas de Educação Física. Isso ressalta a necessidade de políticas e estratégias educacionais que considerem essas limitações, visando aprimorar a promoção da saúde e a prevenção de doenças na EJA.

Palavras-chave: EJA; Educação Física; Educação em saúde.

ABSTRACT

The importance of disease prevention and health promotion for Youth and Adult Education (EJA) students in Physical Education classes is crucial to improving the well-being and quality of life of this population, who often face specific health challenges due to age and lifestyle. The objective of this study was to verify the importance of health education in terms of disease prevention and health promotion for Physical Education teachers and EJA students in the state of Pará. The methodology used was an exploratory and field research study, involving 43 teachers and 605 students who worked and studied in the EJA modality. The results revealed that the majority of students and teachers were up to date with their vaccinations, understood concepts of public and collective health and recognized the importance of Physical Education for well-being. However, they faced difficulties due to the working hours and tiredness in effectively participating in Physical Education classes. This highlights the need for educational policies and strategies that consider these limitations, aiming to improve health promotion and disease prevention in EJA.

Keywords: EJA; Physical education; Health education.

RESUMEN

La importancia de la prevención de enfermedades y la promoción de la salud de los estudiantes de Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) en las clases de Educación Física es crucial para mejorar el bienestar y la calidad de vida de esta población, que muchas veces enfrenta desafíos de salud específicos debido a la edad y el estilo de vida. El objetivo de este estudio fue verificar la importancia de la educación en salud en términos de prevención de enfermedades y promoción de la salud para profesores de Educación Física y estudiantes de la EJA en el estado de Pará. La metodología utilizada fue una investigación exploratoria y de campo, involucrando a 43 profesores y 605 estudiantes que trabajaron y estudiaron en la modalidad EJA. Los resultados revelaron que la mayoría de estudiantes y docentes estaban al día con sus vacunas, entendían conceptos de salud pública y colectiva y reconocían la importancia de la Educación Física para el bienestar. Sin embargo, enfrentaron dificultades debido a las jornadas laborales y el cansancio para participar efectivamente en las clases de Educación Física. Esto resalta la necesidad de políticas y estrategias educativas que consideren estas limitaciones, con el objetivo de mejorar la promoción de la salud y la prevención de enfermedades en EJA.

Palabras clave: EJA; Educación Física; Educación para la salud.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACSM – American College Medicine of Sports

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

DCN – Diretriz Curricular Nacional

DCNT - Doenças Crônicas Não Transmissíveis

EF - Educação Física

EJA – Educação de Jovens e Adultos

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

MS – Ministério da Saúde

OMS – Organização Mundial da Saúde

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PNAC - Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania

PNE - Plano Nacional de Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SUS – Sistema Único de Saúde

TTs - Temas Transversais

UNESCO - Organização Científica e Cultural das Nações Unidas para a Educação

UNICEF - Fundo Internacional das Nações Unidas de Emergência para a Infância

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados Gerais de caracterização da amostra dos docentes	755
Tabela 2 - Gêneros dos docentes.....	76
Tabela 3 - Instituição que atua como docente.....	76
Tabela 4 - Graduação específica em Educação Física.....	76
Tabela 5 - Graduações em geral.....	77
Tabela 6 - Pós-graduação.....	77
Tabela 7 - Questões específicas sobre os conhecimentos dos docentes sobre saúde e sua importância na modalidade EJA	79
Tabela 8 - Dados gerais de caracterização da amostra dos alunos	955
Tabela 9 - Gêneros dos discentes.....	96
Tabela 10 - Modalidade/Nível de Ensino dos discentes	96
Tabela 11 - Questões específicas sobre os conhecimentos dos alunos sobre saúde e sua importância na modalidade EJA.....	98
Tabela 12 - Vacina contra COVID-19.....	106

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Pós- graduação (Educação Física)	78
Gráfico 2. Quanto anos está formado?.....	80
Gráfico 3. Quanto tempo atua como docente no Ensino de Jovens e adultos?	80
Gráfico 4. Para você está claro o que é educação em saúde?.....	81
Gráfico 5. Para você está claro o que é saúde coletiva?.....	82
Gráfico 6. Para você está claro o que é saúde pública?.....	83
Gráfico 7. Para você está claro o que é educação em saúde, saúde coletiva e saúde pública como conteúdo na EJA?.....	83
Gráfico 8. Você pratica algum tipo de exercício físico ou esporte regularmente de forma semanal?.....	87
Gráfico 9. Se respondeu sim na questão anterior favor informar qual (is) exercício, atividade física ou esporte que pratica.....	89
Gráfico 10. Em relação a questão anterior, com que frequência e tempo semanal (minutos ou horas)?.....	90
Gráfico 11. Você toma algum tipo de medicamento regularmente?.....	90
Gráfico 12. Você costuma realizar Check-up médico anualmente visando avaliar seu estado de saúde?.....	91
Gráfico 13. A quantos anos você realiza Check-up médico anual de forma ininterrupta aos logo dos últimos anos?.....	92
Gráfico 14. Se sim quando fez check-up pela última vez?.....	92
Gráfico 15. Veja o quadro de exames a seguir e marque os que já realizou e os que sabe para que serve.....	90
Gráfico 16. Você está com sua carteira de vacinação em dia?.....	93
Gráfico 17. Quais são as vacinas que constam na sua carteira vacinação?.....	93
Gráfico 18. Você tomou vacina contra COVID-19?.....	94
Gráfico 19. Se sim, quais doses?.....	94
Gráfico 20. Instituição que estuda como aluno da EJA.....	96
Gráfico 21. Há quanto tempo você está estudando na EJA.....	97
Gráfico 22. No momento você exerce alguma profissão ou atividade profissional	98

Gráfico 23. Para você está claro o que é educação em saúde?.....	99
Gráfico 24. Para você está claro o que é saúde coletiva?.....	99
Gráfico 25. Para você está claro o que é saúde pública?.....	100
Gráfico 26. Para você está claro o que é educação em saúde, saúde coletiva saúde pública como conteúdo na disciplina educação física na EJA?.....	100
Gráfico 27. Você pratica algum tipo de exercício físico ou esporte regularmente forma semanal?.....	102
Gráfico 28. Se respondeu sim na questão anterior favor informar qual(is).....	102
Gráfico 29. Em relação a questão anterior, com que frequência e tempo semanal (minutos ou horas)?.....	102
Gráfico 30. Você costuma realizar consultas e exames médicos anualmente visando avaliar seu estado de saúde?.....	103
Gráfico 31. A quantos anos você realiza consultas e exames médicos anual e forma ininterrupta aos logo dos últimos anos?.....	103
Gráfico 32. Você já realizou este exame? Sei para que serve?.....	104
Gráfico 33. Você está com sua carteira de vacinação em dia?.....	105
Gráfico 34. Quais são as vacinas que constam na carteira de vacinação?....	105
Gráfico 35. Se sim, quais doses?.....	106

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
1.2 Questões a investigar	18
1.3 Problemática	18
1.4 Justificativa	19
2. OBJETIVOS	20
2.1 Geral	20
2.2 Específicos	20
3. REFERENCIAL TEÓRICO	21
3.1 Educação de Jovens e Adultos – Legislação atual – LDB, PCN, BNCC PPP.....	21
3.2.1 O que é a Educação de Jovens E Adultos - EJA	21
3.2.2 Narrativa histórica da EJA	23
3.2.3 Política e educação	25
3.2.4 Legislações da Educação de Jovens E Adultos.....	28
3.2.5 Função social da EJA	35
3.2.6 Reflexões sobre a EJA	38
3.3 CONTEÚDOS TRANSVERSAIS EM EDUCAÇÃO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO FÍSICA NA EJA	41
3.3.1 Educação em saúde	43
3.3.2 Saúde: Conceituação	47
3.3.3 Conteúdos transversais em educação em saúde	47
3.3.4 A saúde na escola	49
3.3.5 Educação física e a EJA	54
3.3.6 Educação física e EJA: Um diálogo necessário	57
3.4 A PROMOÇÃO DA SAÚDE NA EDUCAÇÃO FÍSICA PARA PROFESSORES ALUNOS DA EJA	59
4. PERCURSO METODOLÓGICO	73
4.1 Tipo de estudo	73
4.2 Local da pesquisa	73
4.3 População e amostra	73
4.4 Desenho do estudo	73
4.4.2 Aplicação do questionário	74
4.5 Critérios de inclusão e exclusão	74
4.6 Análise de dados	74
5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	75
6. CONCLUSÃO	107
REFERÊNCIAS	109

1. INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel fundamental na sociedade ao proporcionar oportunidades de aprendizado a indivíduos que não puderam concluir sua educação formal na idade apropriada. Nesse contexto, a Educação Física na EJA assume um papel importante, uma vez que a promoção da saúde e a prevenção de doenças são aspectos essenciais para melhorar a qualidade de vida dos estudantes. Como destacou Paulo Freire, "A educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo." (FREIRE, 1979, p. 43).

A Educação Física na EJA vai além de simplesmente ensinar exercícios físicos. Ela proporciona um ambiente onde os alunos podem adquirir conhecimentos sobre a importância de um estilo de vida ativo, bem como desenvolver habilidades motoras, promovendo a autonomia e a autoestima. Segundo Silva (2015), "A Educação Física na EJA tem o potencial de empoderar os alunos, permitindo que eles se tornem agentes ativos na promoção de sua própria saúde."

A promoção da saúde e a prevenção de doenças são metas cruciais da disciplina de Educação Física na EJA. Estudos demonstram que a prática regular de atividade física pode reduzir o risco de várias doenças crônicas, como diabetes e hipertensão. Além disso, uma pesquisa do Ministério da Saúde (2020) destaca que a Educação Física na EJA contribui para a melhoria da qualidade de vida dos alunos e, por conseguinte, para a redução dos custos associados à saúde pública.

Entretanto, as dificuldades na implementação da Educação Física na EJA são significativas. A falta de estrutura física adequada, a escassez de profissionais capacitados e a resistência dos próprios alunos são desafios a serem enfrentados. Segundo Lima (2018), "A superação dessas barreiras requer um esforço conjunto das instituições de ensino, dos governos e da sociedade em geral."

Além da Educação Física, a vacinação e os exames regulares são igualmente fundamentais para a promoção da saúde na EJA. A imunização dos professores e alunos, juntamente com exames de rotina, contribui para a prevenção de doenças e a manutenção do ambiente escolar seguro. Conforme afirmou a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021), "A vacinação é uma das medidas mais eficazes para prevenir

doenças contagiosas, protegendo não apenas os indivíduos, mas também a comunidade como um todo."

1.2 Questões a investigar

- a) Qual é o nível de hábitos saudáveis em saúde dos professores e discentes da Educação Jovens e Adultos – EJA?
- b) Quais são as possibilidades de intervenção para a melhoria de qualidade de vida de professores e dos alunos por meio do conteúdo educação em saúde na disciplina educação física no EJA?
- c) Os profissionais de educação física compreendem sobre educação em saúde, saúde coletiva e saúde pública como conteúdo na disciplina educação física no EJA?
- d) Quais são as principais necessidades metodológicas dos professores de educação física para atuarem no ensino de educação e saúde no EJA?

1.3 Problemática

A Educação em Saúde desempenha um papel fundamental na prevenção de doenças e promoção da saúde tanto para os professores de Educação Física quanto para os alunos do Ensino de Jovens e Adultos (EJA). Através da conscientização e do acesso a informações relevantes sobre hábitos saudáveis e cuidados com a saúde, essa abordagem contribui para a melhoria do bem-estar e a redução de riscos à saúde. No entanto, a problemática envolvida nesse tema é complexa e envolve desafios relacionados à disponibilidade de recursos, à aceitação de práticas saudáveis e à criação de estratégias eficazes.

Um estudo de Silva et al. (2020) destaca que a Educação em Saúde desempenha um papel crucial na promoção de hábitos saudáveis e na prevenção de doenças entre os professores de Educação Física. Através de programas de sensibilização e capacitação, os docentes podem adquirir conhecimentos e habilidades que os ajudam a adotar um estilo de vida saudável e a servir de exemplo para seus alunos.

No contexto da EJA, os alunos frequentemente enfrentam desafios de saúde decorrentes de seus diferentes históricos e estilos de vida. A Educação em Saúde também é relevante para eles, visto que fornece informações que podem ser aplicadas em sua rotina diária. Conforme afirmado por Carvalho e Lima (2018), "A promoção da

saúde no âmbito da EJA é essencial para capacitar os alunos a tomar decisões informadas sobre seu próprio bem-estar e adotar práticas saudáveis".

1.4 Justificativa

A verificação do nível de hábitos saudáveis entre professores e alunos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) é de extrema importância por diversas razões (Santos; Souza, 2018). Em primeiro lugar, a EJA atende a um público que muitas vezes possui desafios de saúde decorrentes da idade e de hábitos de vida anteriores. Portanto, é fundamental avaliar os hábitos de saúde dos professores, que servem como modelos, e dos alunos, para promover práticas mais saudáveis e prevenir doenças.

Em segundo lugar, a compreensão sobre educação em saúde na EJA é essencial, pois muitos estudantes da EJA podem ter lacunas no conhecimento sobre saúde e bem-estar devido a uma educação formal interrompida no passado. A educação em saúde pode capacitar os alunos a tomar decisões informadas sobre sua própria saúde e a de suas famílias, contribuindo para uma sociedade mais saudável como um todo.

Além disso, a verificação dos hábitos saudáveis e a promoção da educação em saúde na EJA podem ajudar a melhorar o desempenho acadêmico. Estudos demonstram que alunos com hábitos saudáveis têm maior capacidade de concentração e aprendizado, o que é fundamental para o sucesso na educação. Portanto, ao incorporar princípios de saúde na EJA, podemos fortalecer o desempenho dos alunos e, conseqüentemente, sua capacidade de alcançar seus objetivos educacionais (Santos, 2016).

Por último, a promoção de hábitos saudáveis e a compreensão de educação em saúde na EJA contribuem para a formação de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade e no sistema de saúde. Isso pode levar a uma população mais ativa e engajada na promoção da saúde e na prevenção de doenças, resultando em benefícios não apenas para os indivíduos, mas também para a comunidade em geral. Portanto, verificar e promover hábitos saudáveis e educação em saúde na EJA é fundamental para o bem-estar de todos os envolvidos.

2. OBJETIVOS

2.1 Geral

Verificar a importância dos hábitos saudáveis dos professores e discentes da Educação Jovens e Adultos – EJA;

2.2 Específicos

- a) Identificar as possibilidades de intervenção para a melhoria de qualidade de vida de professores e dos alunos por meio do conteúdo educação em saúde na disciplina educação física no EJA;
- b) Verificar a compreensão dos profissionais de educação física sobre educação em saúde, saúde coletiva e saúde pública como conteúdo na disciplina educação física no EJA;
- c) Listar as principais necessidades metodológicas dos professores de educação física para atuarem no ensino de educação e saúde no EJA.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Educação de Jovens e Adultos – Legislação atual – LDB, PCN, BNCC PPP

3.2.1 O que é a Educação de Jovens E Adultos - EJA

No Brasil, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), se constitui em uma modalidade de ensino da educação básica que se consolidou, a partir da promulgação da Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) (BRASIL, 1996). Depreende-se que ela é resultado de lutas travadas por pessoas que não conseguiram cursar a Educação Básica na idade própria.

Historicamente, a educação de jovens e adultos no Brasil remonta a existência de qualquer documento governamental regulamentador, no que diz respeito à preparação adequada para os professores ensinarem a população adulta pois, em sua maioria, eles eram voluntários, que lecionavam gratuitamente. “O ensino para adultos parecia assumir, (...), um caráter de missão para aqueles (professores) que a ele se propusessem, na medida em que não receberiam nenhum salário ou gratificação a mais para abrir as aulas noturnas” (GALVÃO; SOARES, 2014, p.31), ou seja, a ensino para adultos era voltado à filantropia e se constituía em uma forma de contribuir para conceder uma nova vida ao povo.

Neste sentido, cabe descrever que houve várias iniciativas de movimentos sociais na busca de garantir o direito do acesso e da permanência de jovens e adultos que, por algum motivo excludente, não conseguiram cursar o ensino em um tempo regular em comparação as demais pessoas (SIQUEIRA, 2019). Portanto, é um direito a uma educação que atenda as especificidades do público da EJA, conquistado através de pessoas, grupos, movimentos sociais e instituições públicas e não governamentais em busca da cidadania, já escrito anteriormente.

Assim, a EJA fundamenta-se nos valores sociais, culturais e econômicos de cada sociedade e visa garantir aos estudantes o acesso ao conhecimento de seus direitos para que possam exercer o papel de cidadãos com uma participação ativa na sociedade. Desse modo, distancia-se de uma política educacional compensatória e aproxima-se de uma política educativa de valorização dos sujeitos e de suas subjetividades.

Sendo assim, enquanto uma educação voltada à prática da liberdade dos sujeitos, pensa-se nos estudos do Patrono da educação brasileira, Paulo Freire (2018,

p. 29) que afirma “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”, cujo significado passa por uma educação libertadora que elucida caminhos possíveis a partir da tríade diálogo, reflexão e ação, em busca de uma consciência crítica acerca dos aspectos políticos e sociais que cercam o mundo.

Nesse encontro com uma educação para a liberdade, o autor evidencia os aspectos que referenciam uma educação de busca aos sujeitos de que nada deve ser dado ou transmitido, mas sim, emergir em um movimento de práxis, compreendida enquanto atividade intencional e transformadora na relação entre educador e educando, permitindo que, no processo educativo, todos os sujeitos tornem-se protagonistas das conquistas de suas liberdades.

Dessa forma, acentua-se e se faz necessário o papel da educação no processo de libertação dos oprimidos, permeado com uma educação sedimentado na construção do conhecimento que se dará na junção do conhecimento científico aos conhecimentos e saberes das comunidades das pessoas em suas experiências de um modo que ambos, os conhecimentos científicos e os saberes das experiências, permaneçam atrelados na busca por uma educação plena dos sujeitos, construída para e com os que buscam a escola em seus processos de formação (FREIRE, 2014).

Entretanto, há de se considerar que os caminhos percorridos pela EJA no Brasil foram permeados pela pluralidade de culturas e modos de vida heterogêneos. Por vezes, a EJA se deparou com percursos de atalhos que através de Programas e outras ações governamentais buscaram de maneira compensatória uma oferta de ensino para jovens e adultos (VIEGAS; MORAES, 2017).

Esses modelos compensatórios, na maioria das vezes, intensificavam seus objetivos a uma escolarização acelerada de forma prática para os estudantes, o que é pertinente mostrar que na compreensão de Haddad e Di Pierro (2000), tanto no passado como no presente ainda é comum a visão errônea de que a educação de jovens e adultos envolve um conjunto diversificado de processos e práticas formais e informais relacionadas somente à aquisição ou ampliação de conhecimentos básicos, de competências técnicas e profissionais ou de habilidades socioculturais.

Desse modo, distanciando-se da tentativa de enquadrar a EJA em um modelo de ensino estático, a compreensão se fundamenta no pensamento da modalidade e em todas as suas formações ao longo da história do país. Os processos educativos

foram ganhando formas a partir das necessidades e lutas da população no anseio por uma educação para todas as pessoas.

3.2.2 Narrativa histórica da EJA

Conforme Haddad (2010), a EJA no Brasil teve seu início marcado no período colonial, a partir de ações missionárias dos religiosos com iniciação de práticas educativas, objetivando a escolarização de jovens e adultos, onde se incluía o ensino de ofícios, comportamentos e condutas religiosas para indígenas a priori e, posteriormente, aos escravos.

Na época do império, instituiu-se a educação após a independência do Brasil em sua primeira Constituição, no ano de 1824. Sendo a primeira constituição brasileira, esta garantiu uma instrução primária e gratuita para todos os cidadãos, cujo termo era concedido, à época, a uma parcela minoritária da sociedade e, portanto, as determinações de Dom Pedro I não significaram grandes mudanças para a educação da época (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Anos mais tarde, no Brasil República a segunda Constituição (1891) instituiu algo semelhante, no qual o período foi marcado pelo veto do voto de pessoas analfabetas, ficando a educação a margem de um governo escolhido por um grupo pequeno de pessoas. Explica-se que a escolha dos governantes, nessa envergadura, ficou à mercê dos grandes nomes da época, pessoas escolarizadas e para a população analfabeta, a ausência de uma escolarização foi algo bastante lucrativo para as potências econômicas da época (VIEGAS; MORAES, 2017).

Diante dos pressupostos, observa-se que as políticas educativas da EJA vigentes no Brasil não se encaminharam com o propósito exclusivamente educativo. Isto se deve por vários pilares que conduziram essa modalidade de ensino alicerçadas na contribuição cultural, nos aspectos políticos, econômicos e religiosos. Daí a urgência de uma educação para jovens e adultos que protagonize os sujeitos que foram durante tanto tempo esquecidos e marginalizados.

E, assim, as políticas educativas para a EJA foram ganhando novos espaços no cenário educacional com discussões a partir do anseio popular pelo direito a uma educação para todos. Então, somente na década de 1930, no governo de Vargas, “pela primeira vez a educação de jovens e adultos era reconhecida e recebia um tratamento particular” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 110) e instituída na

Constituição de 1934 que estabeleceu a criação do Plano Nacional da Educação (PNE), que em seu art. 149, garantiu uma educação para todas as pessoas.

Já no governo de Juscelino Kubitschek, no ano de 1958, houve a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo com ideais de uma política de educação para jovens e adultos para as camadas populares. Porém, o projeto foi extinto por falta de recursos (PAIVA, 1987).

Outrora na década de 1960, tendo como figura expoente o pensador Paulo Freire, a EJA intensificava sua essência educativa aos sujeitos tidos como protagonistas de seus processos educativos. Além do que, ao priorizar as camadas populares e pessoas às margens da elite da sociedade, os estudos de Paulo Freire evidenciaram uma educação para a liberdade dos sujeitos (FREIRE, 1987), ou seja, indubitavelmente, a EJA promovia aos estudantes a emancipação do pensamento crítico, tornando o método, uma ameaça ao golpe militar de 1964.

Com o golpe militar, a ditadura desencadeou o maior retrocesso observado na história da EJA. No período entre 1965 e 1967, os dados são alarmantes, pois foi crescente o número de pessoas analfabetas, considerando que, aproximadamente 40% dos brasileiros não sabiam nem assinar o próprio nome (ESCOBAR, 2007). Diante de tal realidade, na tentativa de minimizar esse quadro, o governo elaborou um modelo próprio para alfabetizar jovens e adultos, denominado de Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

O MOBRAL foi delineado como um Programa de mera instrução escolar, com a decodificação de letras e exercícios práticos para o dia a dia. Essa iniciativa certificou os analfabetos funcionais como pessoas escolarizadas, cuja prática impedia os avanços nos processos educativos de jovens e adultos, uma vez que negava ao direito de uma educação para todos, mascarando, portanto, os verdadeiros dados do cenário de analfabetismo do Brasil (RIBEIRO, 1997).

Com o fim da ditadura militar, a Constituição Federal (1988), o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996) reconhecem a importância da EJA e seguem com o propósito de garantir uma educação para todos. Delineando, assim, um conjunto de documentos que, associados às lutas populares possam garantir a EJA atualmente.

A partir de uma breve narrativa histórica da EJA, pode-se observar que a modalidade de ensino para jovens e adultos oscilou entre avanços e retrocessos em todo o seu percurso histórico. Aduz-se que as políticas educativas para tal modalidade

apresentam carência em recursos, planejamentos, estratégias, ausência de formações e outros aspectos que dificultam a efetivação da modalidade de ensino como possibilidade de acesso aos processos educacionais escolares e a ampliação dos conhecimentos das camadas populares.

Contudo, apesar das limitações e alternativas, é inegável que a EJA possui um papel de grande relevância social na vida de jovens e adultos que veem na modalidade de ensino possibilidades de escolarização em meio a realidades que dificultam o acesso aos estudos. Desse modo, ela vem somar na vida das pessoas enquanto uma educação garantida como política pública de Estado, para que os trabalhadores possam prosseguir em seus estudos (MACHADO, 2016, p. 431).

3.2.3 Política e educação

Devido à discordância entre o número de “inseridos” e “excluídos” do sistema educacional brasileiro, consequência de práticas políticas desfavoráveis, já citado anteriormente nesse estudo, é que se justifica a presença do discurso de Paulo Freire (1921-1997) percebido em praticamente todos os trabalhos produzidos sobre a EJA, no Brasil.

Historicamente, Paulo Freire começou a trabalhar com adultos analfabetos no Nordeste do Brasil, no ano de 1947, e foi gradualmente, propagando um método de trabalho cuja palavra central associada ao ensino é conscientização. Sua vida profissional até 1964, foi ser professor de História e Filosofia da Educação na Universidade de Recife e na década de 1960 ele estava envolvido com um movimento de educação popular para lidar com o analfabetismo em massa (PORFÍRIO, 2019).

Assim, segundo Porfírio (2019), Freire foi o mais célebre educador brasileiro, autor da "Pedagogia do Oprimido", defendia como objetivo de a escola ensinar o aluno a "ler o mundo" para poder transformá-lo, pois acreditava que cada um tem uma maneira de pensar criticamente e não é apenas um receptor passivo de conhecimento ou a educação de um professor.

Foi um estudioso sobre a relação entre ensino e aprendizagem, cujos resultados asseguravam que o professor deve proporcionar aos alunos o desenvolvimento de liberdade de pensamento que lhes permitiria usar seu conhecimento para tomar medidas construtivas, sendo um mediador.

Diante das ideias acima, segundo Moura (2009), a partir da segunda metade do século XX até os dias atuais, é possível dividir a história da educação em antes, durante e depois da ditadura militar, já citado no texto. Durante o governo populista (1945-1964), precisamente no final dos anos 1950, o país vivia uma inquietação, uma agitação na educação de adultos principalmente por parte da sociedade civil. Sendo que, no ano de 1958, aconteceu o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, evento considerado um acontecimento simbolizando e mostrando uma diversificação de posições ideológicas dos participantes sobre reavaliação, teorização e metodologia para educação de adultos.

Ainda de acordo com Moura (2009), com o evento descrito acima, Paulo Freire conseguiu o mérito de disseminar amplamente suas ideias, inclusive pondo-as em prática a partir do trabalho desenvolvido pelo Plano Nacional de Alfabetização, do qual foi o coordenador, bem como através das assessorias que prestava às experiências de alfabetização de adultos desenvolvidas pelos movimentos populares, mesmo o país sendo governado por um governo populista.

Entretanto, com o passar dos anos, as experiências e discussões sobre educação de adultos foram enfraquecidas e impedidas de funcionar, sendo paralisadas, a partir do golpe militar de 1964, isto porque qualquer iniciativa, principalmente nas áreas sociais, podia ser considerada, por parte do governo, uma "ameaça" comunista. Diante desse panorama, a educação de adultos ficou à margem durante os dois primeiros anos de governo militar pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Mas, a pressão internacional exercida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) fizeram com que fossem retomadas ações nesta área. Assim, mudam-se os critérios político-ideológicos marcados pela orientação, principalmente, de uma formação de mão-de-obra qualificada, o que demonstrava o privilégio aos critérios econômicos da ação. Além disso, a alfabetização passa a ser estratégica neste momento, pois servia à despolitização, suavizando prováveis conflitos (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Para Moura (2009, p. 30), o que predominou até a década de 1980, no Brasil, “[...] foram às definições de alfabetização como prática de aquisição do código alfabético, ou definições mais ampliadas como a formulada pela UNESCO e assumida pelo país durante todo o período de ditadura militar”.

Neste período, criaram-se, sobretudo, várias campanhas de educação fadadas ao fracasso, como a “Cruzada ABC”, a qual contava com apoio de recursos norte-

americanos; o MOBRAL que, por parte de planejadores, educadores e intelectuais, foi considerado um desperdício, pois segundo estes, representava mais uma forma de cooptação do que de promoção do pensamento crítico; o sistema de ensino supletivo; além de algumas ações não governamentais, mas que eram financiadas pelo governo.

Conforme Teberosky (2010), a partir da metade dos anos 1970, registra-se que houve reação por parte da sociedade civil as primeiras manifestações de movimentos sociais, quando chegam simultaneamente no Brasil, as formulações teóricas de Freire, com suas propostas que nunca se tornariam hegemônicas. Tais manifestações ocorreram até meados de 1980, com várias mobilizações, articulações políticas, ampliação e revisão de movimentos sociais educativos. Até que em 1985, o MOBRAL é substituído pela Fundação Educar (MEC), que dá apoio financeiro e técnico às ações de outros níveis públicos (ONGs e empresas), não mais executando diretamente os programas.

Anos se passaram, onde a Emenda 14/96, traz em seu bojo, o dever do Estado com a educação e define que o ensino fundamental é obrigatório e gratuito, a EJA é praticamente excluída do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), pois este se aplica exclusivamente ao ensino fundamental, não favorecendo o retorno (supletivo) ou o ensino secundário (BRASIL, 2000, p. 16)

Segundo Haddad e Di Pierro (2000), no início dos anos 1990, em busca de novas contribuições para a educação, tinha-se de um lado, o poder público federal sofrendo as exigências político-econômicas (nacionais e internacionais) por ações mais efetivas no setor e, de outro, demais instrumentos governamentais e não governamentais contribuindo com novas propostas e ideias. O país sofreu um grande enxugamento de gastos públicos, com a ascensão política do pensamento e modelo neoliberais, ocasionando um aumento das privatizações e uma diminuição da atuação do Governo Federal, que acabou por privilegiar a educação para crianças e adolescentes, com idades entre 7 e 14 anos, em detrimento da educação de adultos.

Em suma, é possível perceber que diante de um crescimento de intervenções das opiniões internacionais sobre os assuntos brasileiros, o Governo Federal teve que se posicionar com relação à educação de adultos. Logo, sua atuação concentrou-se em ser articulador ou mediador (e não mais promotor) de inúmeras ações alfabetizadoras, delegando aos Estados e Municípios o desenvolvimento de políticas e ações mais efetivas na área.

3.2.4 Legislações da Educação de Jovens E Adultos

Consolidadas e fortalecidas no Estado Democrático de Direito, por intermédio da promulgação da **Constituição de 1988**, são pertinentes e necessárias descrever algumas considerações aplicáveis à educação de jovens e adultos. Com a Carta Cidadã de 1988, de modo geral, a educação passou a ser um direito de todos e dever do Estado; com isso, foi consubstanciado o compromisso do Estado com a educação, acordo firmado junto à Organização das Nações Unidas (ONU) por intermédio da Declaração de Jomtien (LIBÂNEO, 2012).

A **Declaração de Jomtien**, também conhecida como “Declaração Mundial da Conferência de Jomtien”, foi um documento histórico e legislador que foi elaborado na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada no ano de 1990, em Jomtien, na Tailândia, organizada e patrocinada pelo Banco Mundial. Essa declaração, na qual o Brasil foi signatário, junto a outros documentos produzidos nas demais conferências posteriores tiveram influência diretamente na educação brasileira, pois desses procedeu-se na criação de uma série de políticas educacionais.

E assim, estão presentes muitos dispositivos instituídos que passaram a regular a elaboração de documentos, de acordo com Libâneo (2012), como o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003), elaborado no Governo Itamar Franco; nas diretrizes para a educação do Governo FHC (1995-1998; 1999-2002) e do Governo Lula (2003-2006; 2007-2010); na Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96) e nas outras iniciativas cujos parâmetros estão voltadas para universalização do acesso escolar, financiamento e repasse de recursos financeiros, descentralização da gestão, Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), ensino a distância, sistema nacional de avaliação, políticas do livro didático, entre outras.

De modo específico, em relação à EJA, a **Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB)**, Lei nº. 9396/1996, por sua vez, que lançou as diretrizes para educação nacional, em seu artigo 37 diz que: “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. Essa definição da EJA, discorre sobre o potencial de educação inclusiva e reparadora que essa modalidade de ensino possui nas entrelinhas, reconhecendo a EJA como modalidade de ensino da educação básica, mas distinguindo o ensino regular do supletivo como dois segmentos da Ensino Básico Comum (DI PIERRO, 2005).

Um marco importante para a EJA foi a V Conferência Internacional sobre Educação de Jovens e Adultos (**CONFINTEA**), realizada em 1997, em Hamburgo, na Alemanha. Conforme Delors (2010), essa conferência teve como objetivos manifestar a importância da aprendizagem de jovens e adultos e conceber os compromissos regionais, numa perspectiva de educação ao longo da vida que visasse a facilitar a participação de todos no desenvolvimento sustentável e equitativo, de promover uma cultura de paz baseada na liberdade, justiça e respeito mútuo e de construir uma relação sinérgica entre educação formal e não formal.

Nos documentos produzidos na CONFINTEA, constata-se que a educação de jovens e adultos segue novas orientações devido aos processos de transformações socioeconômicas e culturais. Assim, o desenvolvimento da sociedade exige que seus membros tenham a capacidade de descobrir e potencializar seus conhecimentos e aprendizagens de forma global e permanente (DELORS, 2010).

Essas transformações ocorreram com a virada do século XX, o que de acordo com Franchi e Günther (2018), fazem parte de um conjunto de ações e políticas voltadas para a modalidade nas quais passaram a ser implantadas com o propósito de estimular a escolarização e preparação do público jovem e adultos para o trabalho, na qual se destacam: a criação da Secretaria de Alfabetização e Diversidade (SECAD), o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Educação, Qualificação e Ação Comunitária (PROJOVEM), o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Contudo, preleciona-se que a maneira como são articuladas essas ações e políticas revelam que a EJA continua assumindo um lugar secundário nas políticas educacionais brasileiras.

Outro documento que regulamenta a EJA é o parecer **CEB 11/2000**, cujas Diretrizes Curriculares Nacionais a descrevem como modalidade da educação básica, com orientações que vão nortear todos os ambientes educacionais que trabalham com tal modalidade, que devem oferecer aos seus estudantes uma educação de qualidade intermediado por um currículo atualizado e com um quadro de professores habilitados para assumir tais funções nas turmas desta educação, pois “estas diretrizes compreendem, pois, a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias (art.1º , § 1º da LDB)” (CEB 11/2000, p. 4).

Não obstante, essas Diretrizes fundamentam e identificam o currículo da EJA nos seguintes eixos: cultura, trabalho e tempo como os que deverão articular toda a ação pedagógico-curricular nas escolas (BRASIL, 2000).

O currículo, entendido como seleção de cultura, como processo ordenador da especialização do conhecimento que engloba toda a ação pedagógica é o principal elemento de mediação da prática dos educadores e educandos. Por isso que um currículo articulado entre as discussões teóricas e a prática, tornam significativos os conteúdos trabalhados e adequados às necessidades educacionais dos jovens e adultos. Toda ação pedagógica deve ser objeto de reflexão entre educadores e educandos, tornando-a relevante às necessidades educacionais de jovens e adultos (TARDIF, 2015).

Este posicionamento na perspectiva das diretrizes, do conhecimento teórico e currículo, remete salientar que estão interligados porque oportunizam uma proposta de prática transformadora na sala de aula e, revelam muitas vezes as bases teóricas do currículo, a relação que o educador consegue estabelecer entre a teoria e a sociedade.

Entende-se que as Diretrizes definiram suas funções, evidenciando a identidade dos cursos de EJA. No preâmbulo delas está a necessidade de que a escola assume a função compensatória de uma realidade injusta, deixando a margem, a oportunidade e direito à escolarização, em toda a sua história social e de vida para tantas pessoas. Oportunizando chance a todos, a escola valoriza e considera o aspecto equalizador, ainda que tardio, com possibilidades de novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços de estética e na abertura de canais de participação. Entretanto, há ainda outra função a ser desempenhada: a qualificadora, com invocação e apelo à formação permanente e à criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade (BRASIL, 2000).

Por isso, é relevante citar o que o Parecer CNE/CNB 11/2000, nas páginas 7 a 9, enfatiza no que diz respeito às três funções de EJA: reparadora, equalizadora e qualificadora.

- A Função Reparadora da EJA – significa aquela que não admite apenas a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado, mas estende o direito a uma escola de qualidade, o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano e admite que esta educação é essencial na

vida dos adolescentes e adultos para respaldar seguramente a enfrentar os obstáculos que o mundo oferece. Propõe a criação de um modelo educacional que leve tais alunos a refletirem sobre o seu direito outorgado por lei de estudar em uma escola de qualidade (BRASIL, 2000).

- Função Equalizadora – oferece novas oportunidades aos trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarregados, dando mais direito ao indivíduo, novos caminhos ao mundo do trabalho e na vida social de cada um, sendo vista como reparação corretiva. Apresenta-se a EJA à sociedade como uma busca da igualdade, que ocorre pela possibilidade de efetivar um desenvolvimento a todas as pessoas de todas as idades. Autoriza adolescentes e adultos a lutarem por um conhecimento que mostre a capacidade de troca de experiências e passa a conhecer novas técnicas de trabalho e cultura (BRASIL, 2000).

- Já a Função Qualificadora – Propicia a todos a atualização de conhecimento por toda a vida porque permite um desenvolvimento potencial de caráter, podendo ser enquadrado no currículo escolar ou não-escolar. Mas, a educação de jovens deve ser sempre uma educação qualificadora que é de qualidade, que não fica só no que está, mas que está sempre apresentando algo novo, a educação que faz a diferença, isto é, ela é um apelo para a educação permanente e criação de uma sociedade educada para o universalismo, e solidariedade, a igualdade e a diversidade (BRASIL, 2000).

Já a Lei nº 11.741/2008, de 16 de julho de 2008, por sua vez, altera alguns dispositivos da redação original da LDB 9394/96, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica, complementando no artigo 37, o objetivo dos cursos da EJA. “§ 3o - a educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento” (BRASIL, 2008).

Mediante tais alterações, percebe-se que a EJA passa a ter uma visão, já descrito de certa forma pela LDB, mais profissional, na medida em que, forma o cidadão não alfabetizado ou que não concluiu os estudos no tempo certo, para o mercado de trabalho, logo, o campo da educação profissional e da EJA andarão sempre lado a lado, integrados, na construção de um currículo voltado para a aprendizagem necessária para o indivíduo entrar mais fácil no mercado de trabalho.

Com relação ao **Plano Nacional de Educação (PNE) (Lei nº 13.005/2014)**, aprovado em 2014, elege-se como foco a meta 10, que propõe a ampliação da oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada à Educação Profissional (PROEJA) nas etapas dos Ensinos Fundamental e Médio, com o cumprimento de 25% de oferta de matrículas.

Sobre a **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)** de 2017, tem-se um olhar crítico, haja vista que sequer menciona a EJA em suas orientações curriculares, ignorando a diversidade do público e suas necessidades educativas, resultando em uma lacuna quanto ao atendimento da educação dos sujeitos que não puderam estudar na idade própria, ou seja, “houve algum esforço para incluir a EJA no texto curricular, entretanto a solução encontrada foi bastante artificial. Onde antes se liam crianças e adolescentes, passou a figurar crianças, adolescentes, jovens e adultos (CATELLI JUNIOR, 2019, p. 1).

De modo análogo, de acordo com a afirmação do autor, entende-se que as aprendizagens a serem oferecidas a jovens e adultos são as mesmas das crianças e adolescentes que frequentam a Educação Básica, desconsiderando as especificidades da modalidade EJA, suas necessárias relações com a formação profissional e, tampouco, o aproveitamento dos conhecimentos adquiridos por esse grande contingente de brasileiros que ficaram à margem da escolarização.

E para reparar essa lacuna legal na EJA, foram estabelecidas as **Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos, conforme Parecer CNE/CEB nº 06/2020 e Resolução nº 01/2021** de 25 de maio de 2021, com a finalidade de adequar as Diretrizes Nacionais da EJA aos preceitos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e outras legislações e normas que amparam o processo de reforma ou contrarreforma da educação atual.

Para que ocorra a efetivação do que estabelecem as legislações da EJA, se faz necessário, um documento que oriente os gestores, professores, equipe técnica, comunidade e alunos, sendo flexível em sua intencionalidade e deve considerar as necessidades e a diferença dos educandos, garantindo as aprendizagens, que é o **Projeto Político Pedagógico (PPP)**.

De acordo com a contribuição de Vasconcelos (2016), o PPP é um instrumento teórico-metodológico com vistas à mudança da realidade e intervenção, logo, delinea a reflexão e a ação numa práxis libertadora, por meio de um plano que

engloba à, levando-se em conta suas especificidades; contemplando com inovações que tenham conteúdos significativos.

De acordo com Veiga (2014, p. 78)

O Projeto Político-Pedagógico não é um documento acabado, mas um movimento participativo em contínua transformação; um movimento processual de luta contra a fragmentação do trabalho pedagógico e sua rotinização, contra a dependência e os efeitos negativos do poder autoritário e centralizador dos órgãos da administração central.

Uma informação importante baseada na autora acima, é que o PPP não se reduz à dimensão pedagógica, nem tampouco ao conjunto de projetos e planos isolados de cada professor em sala de aula, pois precisa estar em constante construção e que seja efetivamente conhecido pelos professores, a fim de que seja colocado em prática. É, portanto, um produto específico porque reflete a realidade da escola, situada em um contexto mais amplo que a influência e que pode ser por ela influenciado (ARROYO, 2015).

Desta forma, o projeto político pedagógico (PPP) existe em cumprimento à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei 9394/96, que regulamenta em seu art. 12, inciso I, que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as de seus sistemas de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar seu projeto político pedagógico” (BRASIL, 1996).

Isto significa a possibilidade de abertura de se instaurar um amplo processo de discussão e debates com a comunidade escolar a fim de se chegar em um resultado com um rol de estratégias que definam as ações educativas para sua efetivação, e que as escolas cumpram seus propósitos e sua intencionalidade.

Sob um olhar atento, cabe descrever que o processo de construção do projeto político pedagógico é dinâmico e exige esforço coletivo e comprometimento; não se resume, portanto, à elaboração de um documento escrito por um grupo de pessoas para que se cumpra uma formalidade. Ao contrário, deve ser concebido com a possibilidade de sustentação e legitimação.

Neste cenário, construir um projeto político pedagógico significa a coragem de enfrentar o desafio da mudança e da transformação, tanto na forma como a escola organiza seu processo de trabalho pedagógico como na gestão que é exercida pelos interessados, o que implica o repensar da estrutura de poder da escola.

Sob essa perspectiva, a EJA deve analisar com atenção as ações pedagógicas específicas a seguir com base nos estudos de Gadotti (2016):

- Que levam em consideração o perfil do Educando jovem, adultos e idoso que não obteve escolarização ou não deu continuidade aos seus estudos por fatores, muitas vezes, alheios à sua vontade.
- A grande maioria é oriunda de um processo educacional fragmentado, marcado por frequente evasão e reprovação no Ensino Fundamental e Médio convencional.
- Os jovens, adultos e idosos que procuram a EJA tem a necessidade de escolarização formal; seja pelas necessidades pessoais, seja pelas exigências do mundo do trabalho.
- A dinâmica desenvolvida nesta modalidade de ensino deve possibilitar a flexibilização de horários e organização do tempo escolar desses educandos, viabilizando a conclusão de estudos.
- Os que vêm para a EJA trazem uma bagagem cultural marcada por escolas com características tradicionais; ora de conhecimentos adquiridos em outras instâncias sociais e devem ser considerados na elaboração do currículo escolar. Uma outra demanda a ser atendida pela EJA é a de pessoas idosas que buscam a escola para o desenvolvimento ou ampliação de seus conhecimentos bem como outras oportunidades de convivência. Inclui-se aqui o convívio social e a realização pessoal (GADOTTI, 2016).

Neste sentido, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem como objetivos o compromisso com a formação humana e com o acesso à cultura geral, de modo a que os educandos possam participar politicamente e produtivamente das relações sociais, com comportamento ético e compromisso político, através do desenvolvimento da autonomia intelectual e moral, enquanto modalidade educacional que atende a educandos trabalhadores.

Sendo assim, para conduzir as atividades a fim de se obter a concretização de uma prática pedagógica verdadeiramente voltada à formação humana, se faz necessário que o processo ensino-aprendizagem, na Educação de Jovens e Adultos seja permeado coerentemente, de acordo com os seguintes aspectos, com base nas ideias de Saviani (2014):

a) papel de socializador dos sujeitos, com o objetivo de agregar elementos e valores que os levem à emancipação e à afirmação de sua identidade cultural;

b) exercer uma cidadania democrática, como reflexo de um processo cognitivo, crítico e emancipatório, com base em valores como respeito mútuo, solidariedade e justiça;

c) trabalhar os três eixos articuladores do trabalho pedagógico com jovens, adultos e idosos – cultura, trabalho e tempo (SAVIANI, 2014).

Em paralelo, a fim de elucidar o assunto, não se pode esquecer algumas características desta modalidade de ensino, nas quais encontram inseridos: a diversidade do perfil dos educandos, com relação à idade, ao nível de escolarização em que se encontram, à situação socioeconômica e cultural, às ocupações e a motivação pela qual procuram a escola (VASCONCELOS, 2016).

Na visão de Schneider (2015) o PPP é considerado a base sólida de uma educação de qualidade, onde estão previstas ações emancipatórias e questionadoras. Segundo a autora, este documento também representa o compromisso da escola frente à realidade vivida em busca de um mundo melhor, que é o caso da EJA. Por sua vez, em decorrência das afirmações, na EJA cabe atender às necessidades individuais do educando, construindo propostas viáveis para que o acesso, a permanência e o sucesso nos estudos estejam assegurados, na perspectiva de políticas públicas que garantam esse atendimento, destinando recursos próprios para a manutenção e a melhoria da qualidade de ensino.

Isto significa que a EJA deve ser uma modalidade de ensino com uma estrutura mais flexível do que as escolas regulares, já citado no texto, onde o tempo de aprendizagem de cada aluno é diferenciado, portanto, deve levado em conta, dando-se ênfase ao educando para atender suas necessidades individuais com propostas educativas que garantam o acesso, a permanência e o êxito na escola

3.2.5 Função social da EJA

É sabido que a educação deve garantir aos indivíduos o acesso aos saberes sistematizados em suas diferentes linguagens, intimamente articulado com suas necessidades, expectativas e trajetórias de vida, despertando-lhes a oportunidade de continuidade de escolarização (MIRANDA; SOUZA & PEREIRA, 2016).

Na função social da EJA, a educação se apresenta como demanda fundamental, ao possibilitar o envolvimento dos educandos jovens, adultos e idosos

nas práticas escolares, além de ter um viés verdadeiramente transformador, que possibilite ao indivíduo o diálogo e a discussão (FREIRE, 2014).

Desta forma, a Lei 9394/96 incorpora uma concepção de formação mais ampla e abre outras perspectivas para a educação de jovens e adultos, desenvolvida na pluralidade de vivências humanas, conforme aponta o artigo 1º da lei vigente:

Art. 1º - A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (BRASIL, 1996, p. 1).

E como resultado de práticas escolares transformadoras, o educando da EJA torna-se sujeito na construção do conhecimento mediante a compreensão dos processos de trabalho, de criação, de produção e de cultura. Passam a reconhecer que são sujeitos do processo e que, portanto, venham obter melhor atendimento de sua relação com o mundo do trabalho e com as demais relações sociais que permeiam o mundo atual.

Ademais a escola é um dos espaços em que os educandos desenvolvem a capacidade de pensar, ler, interpretar, e reinventar o seu mundo, por meio da atividade reflexiva, reafirmando a organização da proposta curricular desta modalidade, sem esquecer de articular os saberes dos alunos com as experiências escolares. Portanto, sendo uma possibilidade idealizada e fundamentada na prática escolar, cabe ao educador, incentivar uma busca constante pelo conhecimento historicamente produzido pela humanidade, presente em outras fontes de estudos ou de pesquisa (VEIGA, 2014).

Entretanto, um dos grandes desafios dos professores que atuam na EJA está em desenvolver metodologias que não classifiquem, não segmentem e hierarquizem os objetos de conhecimento (conteúdos), devem eleger componentes curriculares e/ou conhecimentos considerados como mais importantes. Nesse ínterim, é recomendado que os conteúdos sejam trabalhados de forma interdisciplinar e que a organização do trabalho pedagógico priorize propostas fundamentadas nessa perspectiva (MELO, 2016).

Para tanto, um importante passo para assegurar uma educação sintonizada com as necessidades formativas dos estudantes e com os interesses da comunidade escolar é a existência do Projeto Político-Pedagógico (PPP), pois, se encontra no rol de planejamento que indica uma direção, um caminho a ser seguido pelos

profissionais de educação escolar, contendo orientações, intenções, objetivos e o funcionamento da instituição para representar um conjunto de ações da comunidade escolar, no qual está amparado por legislações educacionais com o propósito de contribuir para uma educação democrática de qualidade, dotada de sentido e de significado (LÜCK, 2016, p. 23).

Ademais, no pensamento da autora, é responsabilidade de todas as instituições de ensino a elaboração e execução de sua proposta pedagógica em cumprimento aos artigos 12 e 14 da Lei 9.394/96, segundo os quais, esse instrumento é composto por “um conjunto de diretrizes que direciona o processo pedagógico intencional a ser promovido pela instituição educativa, mediante a contribuição de seus professores e demais membros da comunidade escolar” (BRASIL, 1996, p. 26).

Desse modo, o tempo que o educando permanecerá no processo educativo da EJA terá um valor significativo e, portanto, a escola deve concentrar nos conteúdos específicos de cada disciplina articulados à realidade. A busca da autonomia intelectual e moral devem ser constante exercício com os educandos da EJA, a fim de que ocorra a emancipação em torno da construção da autonomia com a qual contribui a educação escolar. Assim, o exercício de uma cidadania democrática, pelos educandos da EJA, será o reflexo de um processo cognitivo, crítico e emancipatório, com base em valores como respeito mútuo, solidariedade e justiça (VEIGA, 2014).

Neste mesmo período, comenta-se sobre a inclusão da Educação de Jovens e Adultos no Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado e sancionado em 09/01/2001, pelo governo federal, com determinações constitucionais do poder público com objetivos que conduzam à erradicação do analfabetismo (art.214, I). Logo, trata-se de tarefa que exige uma ampla mobilização de recursos humanos e financeiros por parte dos governos e da sociedade. De modo específico, na EJA, o Plano deve fazer parte, no mínimo, a oferta de uma formação equivalente às oito séries iniciais do ensino fundamental, reconhecendo a necessária produção de materiais didáticos e técnicas pedagógicas apropriadas, além da especialização do corpo docente (BRASIL, 2001).

Assim, a escola deve ser vista como um espaço de diversidade por princípio e uma instituição permanente, cujo caráter é universal da Educação Básica, definido por lei, faz dela um ponto de convergência de diversos meios sociais e traz para o seu seio valores expressos na diversidade de atitudes e comportamentos das pessoas que a integram. Porém, defronta-se com o desafio da constante mudança em seu

interior, além de configurar-se como um espaço público por excelência, orientado por um objetivo comum: o aluno cidadão que se quer formar (VEIGA, 2014).

3.2.6 Reflexões sobre a EJA

É de suma importância uma reflexão de como acontece a Educação de Jovens e Adultos:

uma educação que abrange os diferentes níveis socioeconômicos, como os excluídos e marginalizados que fazem parte do sistema educacional. Porém, são jovens e adultos que possuem os mesmos direitos educacionais perante a sociedade. Conhecer quem são esses jovens e adultos é eficaz na execução de um trabalho educativo mais coerente levando em conta as necessidades e especificidades destes alunos, com direito de se apropriarem daquilo que é a função da escola: a socialização do indivíduo, que é um direito de todos (ARROYO, 2015, p. 35).

Pode-se dizer que Segundo Veiga (2014), o ensino não pode ser entendido como uma mera aplicação de normas, técnicas e receitas preestabelecidas, mas incorporar elementos constitutivos de um espaço de vivências compartilhadas, de busca de significados, de produção de conhecimentos e de experimentação na ação.

Desta forma, é necessário que a escola crie situações que auxiliem os alunos da EJA na sua organização no uso significativo do espaço e do tempo, com o uso de metodologia pautada nas dimensões política e pedagógica para dar vida e sentido para a existência do PPP. A dimensão política recai no respeito aos valores que sustentam e a segunda, aos métodos, metodologias, conteúdos e tudo mais de que se serve (SCNHEIDER, 2014).

Por isso, deve-se valorizar o reconhecimento da diversidade metodológica, dos saberes que o educando traz e a contextualização, atendendo assim as diversas realidades em que ele se insere, pois “educar a partir de práticas de culturas implica ter e utilizar no ambiente escolar material do contexto do educando e da cultura letrada” (SILVA; ARAÚJO, 2016, p. 56).

Segundo a Lei 9394/96, as metodologias utilizadas por docentes da EJA, devem estar em conformidade normativa e se constituir nas bases que constituem para que o aprendizado aconteça de forma científica (BRASIL, 1996).

Para que se efetive na prática, a Educação de Jovens e Adultos exige do professor uma metodologia diversificada diante das outras modalidades de ensino, bem como uma relação de afetividade entre o aluno e o professor (NEGREIROS et

al., 2018). Isto porque o professor possui a responsabilidade de educar e preparar seus alunos para se tornarem cidadãos críticos e ativos em uma sociedade (LIBÂNEO, 2016).

Em face ao raciocínio, aduz-se que a EJA solicita do professor o planejamento de conteúdos e metodologias diversificadas que estimule o aluno a ser sujeito participativo durante o seu processo de ensino aprendizagem (SILVA; ARAÚJO, 2016).

Freire (2014) reitera este pensamento ao examinar e destacar a necessidade de os educadores criarem as possibilidades concretas para que a produção do conhecimento se torne uma realidade. Tal colocação conduz a reflexão de os seres humanos são inacabados, que se tornam sujeitos e não só objeto da própria aprendizagem.

Segundo Gadotti (2016, p. 83):

Diante da própria realidade dos educandos, o educador conseguirá promover a motivação necessária à aprendizagem, despertando neles interesses e entusiasmos, abrindo-lhes um maior campo para os que estão aprendendo e, ao mesmo tempo, precisam ser estimulados para resgatar sua autoestima [...] Esses jovens e adultos são tão capazes como uma criança, exigindo somente mais técnica e metodologia eficientes para esse tipo de modalidade.

Esta afirmação remete ao trabalho do professor na EJA, na qual uma das funções perpassa pelo dever de trabalhar com a vivência, saberes e cultura dos educandos, fundamentado em uma concepção de educação na perspectiva do enfoque sócio interacionista, conciliando os pensamentos de Paulo Freire às contribuições de Emilia Ferreiro, Ana Teberosky e Lev S. Vygotsky, considerando os princípios da dialética e do diálogo como estratégias metodológicas.

Tal concepção surge como pressuposto epistemológico na qual aponta como ponto de partida as características de um método que define a organização da estrutura dialógica do processo de construção do conhecimento na EJA: a relação ensina-te-aprendente, os conteúdos e os elementos de mediação (oralidade, leitura, interpretação, escrita, matematização) que possibilitam ao educando a ampliação e interação com o conhecimento historicamente acumulado e da cultura letrada (VASCONCELOS, 2016).

A partir de metodologia variadas, na Educação de Jovens e Adultos é importante trabalhar com a realidade dos educandos com inúmeras alternativas

pedagógicas ou temas geradores que tornam o conteúdo acessível tanto para ensinar como aprender.

Como ressalta Schmitz (2016) ao afirmar que a utilização de materiais didáticos utilizados no processo de ensino aprendizagem da EJA, serve como instrumentos que interligam o objeto da prática e a aprendizagem do aluno. Também são ferramentas facilitadoras na produção do conhecimento, portanto, devem ser exploradas.

A partir dos pressupostos, pode-se compreender que a EJA é indiscutivelmente uma educação possível, ou melhor, imprescindível e que o atraso para o ingresso na educação formal não é motivo para que o aluno possa ingressar mesmo que tardiamente, uma vez que a educação é um processo continuado e atemporal. É oportuno lembrar que todos podem e devem contribuir para o desenvolvimento da EJA, onde as escolas devem elaborar um PPP adequado para este público e não seguir modelos prontos e acabados, e os professores devem estar sempre atualizando seus conhecimentos e métodos de ensino.

Até porque reitera-se que a educação está inserida no campo dos direitos universais dos indivíduos. Dessa forma, o educando, independentemente de sua idade, sexo, etnia e condições sociais, constituem-se cidadão portador dos direitos que lhe assegura a Carta Maior do País. Assim, os novos rumos assumidos pelas políticas educacionais se direcionam para a construção de uma escola que garanta e assegure ao aluno o direito de acesso, permanência e sucesso na vida escolar. Para isso, deve haver a compreensão de que a infância, a pré-adolescência, a adolescência, a juventude e a fase adulta não podem receber da escola o mesmo tratamento, o que ocorre quando essa se organiza a partir dos conteúdos a serem ensinados e não dos sujeitos com suas experiências (VEIGA, 2014).

3.3 CONTEÚDOS TRANSVERSAIS EM EDUCAÇÃO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO FÍSICA NA EJA

É relevante citar que a contextualização dos Temas Transversais (TTs) deve trazer à tona assuntos que sejam de interesse dos estudantes e de importância para seu desenvolvimento como cidadão. Um dos objetivos centrais é o de subsidiar o estudante para que não termine sua educação formal tendo visto apenas conteúdos abstratos e descontextualizados, mas que também reconheça e aprenda sobre os assuntos que são relevantes para sua atuação na sociedade. Assim, espera-se que a Transversalidade proporcione ao aluno entender melhor alguns assuntos: como utilizar seu dinheiro, como cuidar de sua saúde, como usar as novas tecnologias digitais, como cuidar do planeta em que vive, como entender e respeitar aqueles que são diferentes e quais são seus direitos e deveres e outros (BRASIL, 2019).

Na educação brasileira, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em 1996, recomendaram os Temas Transversais e inicialmente, acompanhados da reestruturação do sistema de ensino, com a flexibilidade e adaptação às realidades de cada sistema de ensino e de cada região. Ademais, aliado a apresentação dos conteúdos e objetivos detalhados por níveis, e efetivaram-se como um documento de referência e objetivos gerais que orientam a organização do trabalho docente.

Nesse sentido, os Temas transversais clarificam a relação entre os diferentes componentes curriculares de forma integrada, bem como fazer sua contextualização com situações vivenciadas pelos estudantes em suas realidades, contribuindo para trazer contexto e contemporaneidade aos objetos do conhecimento descritos na BNCC que é o de aproveitar e valorizar os conhecimentos adquiridos pelos indivíduos (BRASIL, 1997; BRASIL, 2017). Contudo, é consenso que a relevância e responsabilidade da educação para atingir seus objetivos e finalidades há que se adotar uma postura que considere o contexto escolar, o contexto social, a diversidade e o diálogo.

Cabe aqui esclarecer que os Temas Transversais na BNCC também têm o propósito de cumprir os dispositivos da legislação que versam sobre a Educação Básica, garantindo aos estudantes os direitos de aprendizagem, seja pelo acesso a conhecimentos que possibilitem a formação para o trabalho, para a cidadania e para a democracia e que sejam respeitadas as características regionais e locais, da cultura, da economia e da população que frequenta a escola.

Assim, anos depois, em 2010, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou, por meio da Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2010, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais (DCNs) para a Educação Básica¹, que fazem referência à transversalidade e aos temas não disciplinares a serem abordados, seja em decorrência de determinação por leis específicas, ou como possibilidade de organização na parte diversificada do currículo (BRASIL, 2010).

Esse novo marco regulatório estabeleceu e demonstrou, entre outras coisas, a preocupação em apontar a responsabilidade que a educação escolar tem em formar “indivíduos para o exercício da cidadania plena, da democracia, da aquisição dos conteúdos clássicos, que possibilitem a formação de um cidadão crítico, consciente de sua realidade e que busca melhorias” (ALMEIDA, 2007, p. 70).

Aliado a isso, na transversalidade contem orientações acerca da necessidade de se instituir, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). É relevante citar que em uma perspectiva interdisciplinar do conhecimento, a transversalidade tem significado, pelo fato de que sua proposta didática possibilita o tratamento dos conhecimentos escolares de forma integrada. Logo, tal abordagem, indica uma questão filosófica porque a busca pelo conhecimento parte do pressuposto de que os sujeitos são agentes da arte de problematizar e interrogar, e para isso, utilizam procedimentos interdisciplinares que sejam capazes de acender a chama do diálogo entre diferentes sujeitos, ciências, saberes e temas (CNE/CEB, 2010, p. 24).

Diante do que foi exposto, as orientações acima citadas são prerrogativas presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e nos demais marcos normativos da Educação Básica, nos quais apontam para a obrigatoriedade de as escolas trabalharem os conteúdos científicos e das áreas de conhecimentos específicas, juntamente com a transversalidade de maneira interdisciplinar, associando e conduzindo os sujeitos à reflexão sobre questões da vida cidadã (BRASIL, 2013). Portanto, observa-se a valorização e relevância da abordagem de assuntos de cunho social.

¹ Diferentemente dos PCNs que foram referências curriculares recomendadas, sem caráter mandatário, as DCNs são normas de caráter obrigatório.

Diante do que foi exposto, cita-se que na versão final da BNCC esses temas passaram a ser denominados Temas Contemporâneos:

cabe aos sistemas e redes de ensino. Assim como as escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de **temas contemporâneos** (grifo nosso) que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora (BRASIL, 2017, p. 19).

Os Temas Contemporâneos Transversais, conforme anuncia a BNCC (BRASIL, 2017), são considerados como um conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes, crianças, jovens e adultos têm direito. Referem-se a assuntos que extrapolam as experiências dos estudantes em seus contextos, contemplam aspectos que contribuem para uma formação cidadão, política, social e ética permeados por uma orientação com abordagem transversal. Outro aspecto relevante é que, diferentemente dos PCNs, em que os Temas Transversais não eram tidos como obrigatórios, na BNCC eles passaram a ser uma referência nacional obrigatória para a elaboração ou adequação dos currículos e propostas pedagógicas (BRASIL, 2017),

Isto porque no ano de 2017, com a aprovação da BNCC, os diversos temas de grande relevância social, apesar de ainda não detalhados na sua forma de implantação, permaneceram contemplados como assuntos transversais e integradores de uma educação que busca uma sociedade mais justa, igualitária e ética, pois elevam o trabalho educativo para além do ensino de conteúdos científicos.

Para Moraes (2012), a abordagem atual dos Temas Contemporâneos Transversais pode contribuir para a construção de uma sociedade igualitária, pois tais estudos permitem a apropriação de conceitos, mudanças de atitudes e procedimentos onde cada estudante participará de forma autônoma na construção e melhorias da comunidade em que se insere.

3.3.1 Educação em saúde

É fato que do ponto de vista das recentes conquistas políticas, a Saúde e a Educação foram consideradas direitos fundamentais e garantidos segundo a Constituição Federal (BRASIL, 1988), para a qual essas conquistas também

desenvolvem uma relação indissociável entre ambas incluindo, também, os pressupostos de cidadania e empoderamento.

Em seus preâmbulos, acredita-se que, no cerne da educação, encontram-se os valores de formação humana e social, sendo a saúde entendida como um valor primordial à condição de dignidade humana que requer, para além de limites orgânicos, dimensões sociopolíticas de convivência e singularidades (BRASIL, 1988).

Para Freire (2014), a relação Saúde e Educação está no diálogo, na problematização e elaboração de um saber sistemático e relacional, como resumo entre os saberes apreendidos na escola da vida e os proclamados na vida da escola.

Isto remete dizer que a compreensão da relação entre Saúde e Educação, se constitui de direitos de cidadania, com a proposta de elaboração de políticas públicas que deem materialidade aos compromissos com a população, justificadas pela integralidade, e que não podem ser concebidas de forma fragmentada.

O processo de integração entre os dois setores, portanto, caracteriza-se por um processo de educação permanente, uma vez que a educação é considerada como emancipação pelo fato de propiciar o diálogo e aprendizagens mútuas que facilitam a compreensão da saúde em sentido ampliado (FONSECA, 2017).

Segundo Vila (2017), a educação em saúde é compreendida como campo de múltiplos olhares para o qual convergem diversas concepções, tanto na área da educação, quanto na área da saúde, as quais espelham diferentes compreensões do mundo, sobre o homem e a sociedade. Pode ser entendida como um meio de troca de informações e de desenvolvimento de uma visão crítica dos problemas de saúde e não um processo limitado de transmissão de informações. Logo, as práticas em educação em saúde devem provocar o envolvimento da comunidade nos programas de saúde, incluir políticas públicas, promover transformações conceituais na compreensão de saúde, relacionar propostas libertadoras, comprometidas com o desenvolvimento da solidariedade e da cidadania e a melhoria da qualidade de vida.

Historicamente, a educação em saúde tradicional, iniciou-se com a chamada Educação Sanitária, que surgiu no Brasil a partir da necessidade do Estado brasileiro de controlar as epidemias de doenças infectocontagiosas que ameaçavam a economia agroexportadora do país durante a República Velha, no começo do século XX (DIAS, 2015).

Diante deste panorama, as campanhas sanitaristas eram ditatórias, e a situação teve uma piora com o golpe militar em 1964. A partir da década de 1970,

profissionais da saúde, militantes e a população iniciaram o Movimento Popular em Saúde ou Educação Popular em Saúde devido a insatisfação em relação ao modelo sanitário ditador.

Com a consolidação da Reforma Sanitária, culminando com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1988, que proporia um novo modelo de atenção em saúde voltado para a prevenção e a integralidade no atendimento, a educação popular em saúde passou a ser mais difundida, pois

Com isso, se propiciou o surgimento de outro modelo de educação em saúde chamado de dialógico ou radical. A educação em saúde dialógica ou radical caracteriza-se pelo diálogo bidirecional entre as duas partes envolvidas no processo educativo, profissional de saúde e comunidade, valorizando o saber popular, e respeitando a autonomia do indivíduo no cuidado de sua saúde e incentivando-o a ter participação ativa no controle social do sistema de saúde (MACIEL, 2020, p. 19).

De certa forma, a educação em saúde vem sendo divulgada como uma alternativa para promover a saúde, sensibilizando os indivíduos para o autocuidado e, principalmente, para a busca da autonomia; influenciando, assim, o curso de suas vidas. A partir dos movimentos da nova saúde pública e da promoção da saúde, nas décadas de 1970 a 1980, é que surgiram discursos pautados na necessidade de abranger mutuamente profissionais, ambientes, e usuários dos serviços de saúde com vistas a redirecionar as práticas assistenciais através inclusive das ações educacionais (DALL'AGNOL et al, 2017).

Em seu estudo, Sousa (2010), destaca que a educação em saúde constitui instrumento para a promoção da qualidade de vida de indivíduos, famílias e comunidades. Isso ocorre por meio da articulação de saberes técnicos e populares, de recursos institucionais e comunitários, de iniciativas públicas e privadas, superando a conceituação biomédica de assistência à saúde e abrangendo várias determinantes ao processo saúde/enfermidade-cuidado.

Em relação à educação em saúde, durante as últimas décadas, pode-se notar um desenvolvimento surpreendente e uma reorientação crescente das reflexões teóricas e metodológicas, porém nas práticas educativas ainda predomina o proceder cartesiano, sob influência da educação “bancária” e concepções behavioristas e deterministas onde através da instrumentalização técnico-científica, os profissionais da saúde e educadores devem influenciar na mudança de comportamento para uma vida mais saudável (GRAZZINELLI et al., 2018).

Assim, uma nova abordagem de educação em saúde tem se destacado atualmente por valorizar o desenvolvimento da consciência crítica das pessoas, favorecendo o despertar da necessidade da luta por direitos à saúde e à qualidade de vida. A educação em saúde objetiva a adoção de um novo paradigma educacional centrado na promoção de escolhas saudáveis, livres e racionais, devendo então descartar a visão de mudança de comportamento individual como uma das metas da promoção da saúde; assim como superar a conceituação biomédica de saúde e abranger objetivos mais amplos. Nesse sentido, a educação deve deixar de ser um simples instrumento de transmissão de informações, no qual o educando é visto como um passivo recipiente do conhecimento que será fornecido pelo professor ou profissional da área da saúde (SOUSA et al, 2016).

Portanto, se torna emergente o estabelecimento de debates acerca de como implementar, eficazmente, a educação em saúde, no sentido de multidimensional a assistência através de práticas diferenciadas e que realmente estejam em consonância com os preceitos estabelecidos pelas políticas públicas de saúde adotadas no país (DALL'AGNOL et al, 2017).

De modo específico, a Saúde Escolar abarca ações que compreendem a saúde geral da criança e do adolescente em idade escolar, dentro e fora da instituição e deve contar com a participação da família, comunidade e órgãos governamentais (GUEDES, 2019), pois a escola é o espaço que privilegia a formação do homem e do cidadão. E ainda, é no ambiente escolar que acontece a relação das trocas de informações e experiências e é também o local em que o grupo de alunos passa a maior parte de seu tempo, facilitando, assim a socialização e interlocução do escolar com o mundo onde vive (DALL'AGNOL et al, 2017).

Para o Ministério da Saúde (BRASIL, 2007) a escola é formadora de opiniões das crianças, adolescentes e de suas famílias, sendo então, um dispositivo social a ser utilizado como cenário e ferramenta da educação em saúde, indo em busca da formação de cidadãos conscientes e responsáveis por suas escolhas e comportamentos. Assim, neste sentido, esse elo entre saúde-educação se torna fundamental para alcançar os grupos de crianças e adolescentes. Salienta-se a importância fundamental que a escola tem ao trazer a constituição e a política do SUS para o âmbito escolar, destacando a saúde como direito universal construído ao longo da vida dos escolares (MEYER, 2016), alicerçada na Educação Social para serem

discutidos valores e possibilidades socioculturais em direção a inclusão social, entendimento da diversidade e atendimento à diferença.

3.3.2 Saúde: Conceituação

A definição do termo saúde para a Organização Mundial de Saúde (OMS) envolve um completo estado de bem-estar físico, mental e social do indivíduo, e não como ausência de doença como era comumente visto antigamente. Portanto, a saúde passa a ser um direito social e fundamental da pessoa humana, assegurado em diversas convenções, passando a ser um valor coletivo, um bem de todos, devendo cada um gozá-la individualmente e de forma solidária, sem prejuízo de outrem (MACHADO, 2016).

Antigamente, ela era vista como a perfeição morfológica, acompanhada da harmonia funcional, da integridade dos órgãos e aparelhos, do bom desempenho das funções vitais. Atualmente, passou a ser considerada sob outro plano ou dimensão. Ou seja, ultrapassou a seara individual para ser analisada de modo comparativo com o trabalho e com a comunidade.

A saúde constitui-se como um dos direitos fundamentais de todo ser humano, sem distinção de raça, de religião, de condição e econômica e et. (ZIEMAN, 2014).

A saúde, portanto, não deve ser vista de modo limitado, a um conceito fechado, pois outros fatores podem influenciar na vida das pessoas. Assim, diante dessa afirmação, a ideia de promoção de saúde vem sendo discutida em todo o planeta, na perspectiva de melhorias das condições de saúde da população, incluindo os escolares, onde os programas de saúde escolar passam a ser preocupação de órgãos como a Organização Mundial de Saúde (OMS), o Fundo Internacional das Nações Unidas de Emergência para a Infância (UNICEF) e a Organização Científica e Cultural das Nações Unidas para a Educação (UNESCO). Todos os programas destas instituições têm como meta a saúde da criança na escola (MACHADO, 2016).

3.3.3 Conteúdos transversais em educação em saúde

Nos últimos anos, observa-se que as políticas públicas vêm mudando a forma de ensinar a saúde, na busca de condições de promoção da saúde, onde envolvem ações voltadas para a autonomia e cidadania da população. Junto a isso, comenta-se

que os professores da educação básica devem estar preparados em atender as necessidades dos escolares, com vistas à reflexão da realidade.

Com base nessa argumentação, entende-se que ao ensinar saúde, as ações necessitam estar em consonância com as mudanças curriculares, regulamentadas por referenciais curriculares, como é o caso dos PCNS (1997) e da BNCC (2017), que contemplam a transversalidade, contendo os objetivos e conteúdo a serem abordados, de modo específico o tema saúde.

Dada a importância destinada ao currículo, acredita-se que a ideia de transversalidade se apresenta inicialmente como uma aposta de mudança e renovação do ensino, trazendo forte proposta no trabalho interdisciplinar, já citado anteriormente.

Nesse viés, Silva (2013, p.20-21), resgata o conceito de currículo dizendo “que é um espaço, um campo de produção e de criação de significados”, para levar a pensar sobre um importante reforma curricular, a qual gerou, no entanto, poucas mudanças na prática docente: a transversalidade.

Dessa forma, visualiza-se que a transversalidade, concebida na proposta dos PCN como os “temas transversais”, apresenta-se como indicativo de mudança na educação escolar em um modelo institucional que valoriza conteúdos estanques e fragmentados, que valoriza a linearidade e a sequenciação de conteúdos e, com isso, limita ações que impliquem mudanças de práticas pedagógicas.

Dessa forma, de acordo com o *PCN: Tema Transversal Saúde*, o educador tem o dever de levar em conta a diversidade cultural, ao trabalhar essa temática com os alunos, e, em especial, valorizar a pluralidade intrínseca à cultura brasileira, proporcionando oportunidade para a discussão sobre a situação de saúde de diferentes grupos, suas percepções diferenciadas quanto à questão, como resolvem seus problemas cotidianos e como têm se mobilizado para transformar sua realidade (PCN, 1997).

De modo específico, ao abordar a *temática Saúde* o professor deve proporcionar o entendimento das diferentes maneiras como *valores e práticas relativos à saúde* em geral, ou especificamente, no âmbito da sexualidade humana, compõem e refletem-se nas vivências biológicas, afetivas e sociais. Pois ambos, *saúde e sexualidade*, permeiam e se entrelaçam, não sendo possível trabalhá-los de forma desconectada (PCN, 1997).

De acordo com os PCN, para que ocorra o desenvolvimento de concepções e atitudes, o aprendizado de procedimentos e os *valores positivos com relação à saúde* devem ir além das áreas e temas do currículo. E para se concretizar nas diferentes atividades escolares, deve-se trabalhar em todos os espaços da escola, por meio da construção de uma dinâmica que permita a vivência de situações favoráveis ao fortalecimento de compromissos para a busca da saúde. Por isso, a transversalidade na *educação para a Saúde*, desenvolve-se em situações de convivência que se criam e no atendimento oportuno de interesses dos alunos.

Além disso, a escola também pode promover a organização de campanhas, seminários, trabalhos artísticos, mobilizando diversas classes, divulgando informações, ou utilizando materiais educativos produzidos pelos *serviços de saúde*. Assim, os alunos compreenderão melhor a temática Saúde e formularão proposições com base em questões reais. Com isso, a educação para a Saúde não correrá o risco de se transformar em um projeto vazio, distante da realidade dos alunos.

3.3.4 A saúde na escola

Em meados do século XX já havia parcerias entre os setores da saúde e da educação com programas de assistência à saúde na escola. Porém, estavam relacionados a uma lógica sanitária, preservando o modelo biomédico compenetrado na doença. Além disso, consoante a isso, o programa era enfraquecido e enfrentava vários desafios na sua implementação. Assim, somente depois da implantação do SUS ocorreram mudanças que trouxe o direcionamento adequado (GRACIANO et al., 2015).

Com o passar dos anos, em novembro de 1986 na cidade de Ottawa no Canadá, ocorreu a primeira conferência internacional sobre promoção da saúde sob a ótica mais ampla com conceitos e estratégias fundamentais acerca da saúde outrora ignorados. Após este acontecimento, realizaram-se várias outras com o mesmo intuito de ampliação dos saberes. A partir de então o ambiente escolar passou a ser uma ferramenta para gerar promoção da saúde por meio de ações no currículo escolar (FERREIRA; OLIVEIRA; SAMPAIO, 2021).

Portanto, baseado nas ideias das autoras acima, percebe-se que há o aprimoramento da visão sobre promoção da saúde cujo propósito é trabalhar na preparação e participação da comunidade escolar na prevenção a doenças

culminando na qualidade de vida através da mudança de hábitos dos cinco eixos de ação: criação de ambientes favoráveis à saúde, desenvolvimento de habilidades, políticas públicas saudáveis, reforço da ação comunitária e reorientação dos serviços de saúde.

Neste sentido, a promoção da saúde e a educação em saúde têm que ser vistas como deveres de cidadania que requerem também um envolvimento dinâmico de toda comunidade capacitando a criança e o jovem com o intuito de que, ao terminarem a escola, estejam instruídos a cuidar da própria saúde e da do seu próximo aplicando estilos de vida que possibilitem o progresso total de suas capacidades (CORREIA; PASTANA; LOBÃO, 2016).

Faz-se mister comentar que na sociedade atual, conhecida como "a Sociedade da Informação", o provável seria de se esperar que as pessoas tivessem conhecimento sobre o movimento de funcionamento dos serviços de saúde, como também dos programas realizados para prevenção e promoção em saúde, para que desta forma, se estabelecesse a construção da cidadania de forma geral (GRACIANO et al., 2015).

Sendo assim, a escola, apesar de muitas controvérsias, é a instituição responsável pela construção de cidadãos com pensamento crítico, que é propiciada através da educação. E a educação envolve a informação para a construção do conhecimento e o desenvolvimento das tecnologias.

Já os serviços de saúde, além de proporcionarem a assistência, também são responsáveis por programas de saúde, como por exemplo, o PSE, que objetiva propiciar a prevenção de problemas de saúde e promoção da saúde, que já se encontra bem estabelecido, porém a divulgação sobre suas atividades e objetivos não apresenta o mesmo desempenho. Por isso, é importante a parceria de Instituições que ofertam os serviços de saúde com a Escola, que tem por norte contribuir para a formação de cidadãos, como também resgatar e até qualificar o papel dessas instituições na prevenção e promoção da saúde, através das atividades educativas (GRACIANO et al., 2015).

Mediante ao exposto, remete citar que um dos passos determinantes para a procura dos saberes educacionais está na abertura do estabelecimento de ensino para os projetos de saúde envolvendo alunos, professores e coletividade, visto que de antemão, deve estar incluso no Projeto Político Pedagógico (PPP) e evidenciar a relevância da integração entre educação e saúde (BAGGIO et al., 2018).

Consoante a isso, o PPP escolar deve ser elaborado satisfazendo as expectativas dos educadores e especialmente as dos estudantes. Em todas as escolas que aderiram ao PSE as atividades propostas devem ser analisadas pela comunidade escolar no que tange a sua estrutura, condições, coerência pedagógica e as necessidades da escola ou dos alunos, e se preciso são submetidas ao conselho pedagógico (SANTOS; ADINOLFI, 2022).

Portanto, as ações socio pedagógicas são elaborados em um trabalho conjunto respeitando as competências próprias de cada setor podendo ser propostas ou melhoradas tanto pelos profissionais de saúde quanto da educação. (BAGGIO, 2018; BRASIL, 2007).

Hodiernamente, as ações do PSE estão compostas de três componentes a fim de facilitar a geração de estratégias para sanar problemas identificados e vivenciados:

- Componente I avaliação clínica e psicossocial tem como finalidade da avaliação da saúde com o propósito da percepção precoce de agravos à saúde.
- Componente II promoção e prevenção a saúde viabiliza o direcionamento aos estudantes para serem responsáveis com sua própria saúde através de preferências mais saudáveis, e
- Componente III formação que exerce o papel de atualizar e renovar a equipe que gerencia, e os operantes no programa (FABIANE; CAPES, 2015).

Diante das premissas, cabe aqui citar algumas estratégias que podem ser utilizadas no ambiente escolar, nas quais podem colaborar na construção de associação da atividade físicas às práticas corporais como: desenvolver a ligação das disciplinas com o tema promoção da saúde sempre que for adequado, realizar competições, como gincanas, festivais de jogos, esportes que incluem a participação dos profissionais de educação e saúde, familiares, e outras pessoas relacionados ao estudante (SILVA, 2018).

Conceitualmente, atividades corporais é a exteriorização própria ou coletivas de movimento corporal, decorrente da compreensão e vivência em torno da dança, luta, ginástica, jogos entre outras modalidades, edificadas na escola ou no tempo livre (SILVA, 2018)].

Outrossim, são evidenciados, portanto, que as práticas corporais e atividades físicas justificam que a interprofissionalidade se faz primordial para a produção de um cuidado colaborativo, viabilizando melhor qualidade na oferta e a obtenção de

resultados favoráveis na aplicação da promoção à saúde (SILVA; SILVA; FERREIRA, 2021).

Sob esta égide, o Brasil por apresentar uma diversidade cultural pode utilizar também como estratégias específicas para à promoção da saúde dos educandos por meio da valorização da cultura local mediante a introdução de elementos culturais referente a cada região as práticas educativas e de saúde, atribuindo identidade as comunidades específicas como a indígena, quilombola, ribeirinha, da floresta, do cerrado, do campo e da cidade (SILVA, 2018).

Para tanto, se faz necessário que profissionais de educação e de saúde trabalhem articulados a fim de incentivar a inserção de hábitos de práticas corporais aos estudantes através da construção de modos de vida saudável centralizados em viver com saúde. É fundamental trazer um suporte social com a finalidade de propagar as práticas corporais, atividade física e lazer na escola e na comunidade (FABIANE; CAPES, 2015).

Pela multiplicidade de aspectos, acrescenta-se que é importante reconhecer que as ações de Educação em Saúde pretendem trabalhar a autonomia dos educandos por meio da construção conjunta de conhecimentos, práticas e costumes, estendendo-se a outros espaços, não estando limitada, portanto, aos espaços tradicionais de tratamentos de doenças a exemplos de postos de saúde, hospitais, podendo ser trabalhada em espaços destinados à educação (GRACIANO et al., 2015).

Muito embora enfrente dificuldades, reitera-se que o PSE é uma importante estratégia intersetorial de cuidado integral aos escolares, que estimula a articulação entre os setores de saúde e educação e mobiliza ações relevantes, constituindo-se em uma possibilidade de suprir a necessidade de fortalecer a integração entre os setores educação e saúde, bem como a corresponsabilização entre esses setores, habituados a trabalhar isoladamente.

Contudo, quando se fala em intersetorialidade, não se resume apenas no papel da escola como receptora das ações, na cessão do espaço, nem somente em disponibilizar materiais e equipamentos, mas de acolher, promover, participar do planejamento e execução das atividades do programa também assumido pelos profissionais da saúde. Evidencia-se com esta chamada, a necessidade da corresponsabilidade de compartilhar ações, discutir, planejar, avaliar o programa em conjunto, para que as ações sejam eficazes, além de que todos os atores estejam

envolvidos, profissionais da saúde, professores e alunos, que conheçam o programa, e que haja um diálogo constante entre a ESF e a escola (CAVALCANTI, 2015).

Por estes argumentos, considera-se a Promoção da Saúde como um conjunto de estratégias e formas de produzir saúde, no âmbito individual e coletivo, visando a atender às necessidades sociais de saúde e garantir a melhoria da qualidade de vida da população (BUSS, 2015). Logo, programas como o PSE requerem abordagens amplas e diferenciadas, tanto no desenvolvimento de suas ações quanto em seu processo avaliativo.

Com isso, as ações do programa, fundamentalmente, são vistas como práticas intersetoriais que dentre as finalidades, ampliam a consciência sanitária, os direitos e deveres da cidadania, educação para a saúde, estilos de vida e aspectos comportamentais (BUSS, 2015).

Em síntese, há evidências do benefício de atividades participativas de promoção à saúde no ambiente escolar, caracterizando-se pela interação entre conhecimentos prévios e novos. Nesse processo, os conhecimentos prévios são ressignificados dentro da sua realidade e os novos conhecimentos adquirem significado para o sujeito.

Entretanto, percebe-se quanto a articulação entre os dois setores, que há uma lacuna existente entre teoria e prática, que indica a necessidade de intervenções com metodologias progressistas e inovadoras nas práticas educativas em saúde. Muitos profissionais percebem a saúde como uma concepção de trabalho/cuidado em saúde reduzido ao corpo biológico. Desse modo, perpetuam a visão higienista e de isolamento da própria instituição em relação aos outros equipamentos do contexto em que estão inseridos, pois as ações educativas são executadas de forma isolada e sem articulações com contexto sociocultural (LUQUEZ & SABÓIA, 2017).

Assim, o modelo dominante de educação na área da saúde ainda permanece centrado no ensino das doenças, por meio de aulas teóricas e estratégias de ensino-aprendizagem centradas no professor. No entanto, as propostas para um modelo inovador incluem ensino centrado na saúde, com ênfase em práticas de promoção à saúde, com estratégias centradas no aluno, que permitam autonomia na construção do conhecimento e valorização de atitudes, habilidades, além do conhecimento técnico. Ou seja, práticas educativas bem-sucedidas são aquelas que geram aprendizagem e desenvolvimento humano, porque contribuem para a expansão de

afetos alegres que potencializem mentes e corpos humanos a agirem com compromisso social (MARQUES & CARVALHO, 2017).

3.3.5 Educação física e a EJA

O Ensino da Educação Física (EF) na EJA é um desafio devido à sua diversidade, com características próprias e peculiaridades que a configuram como uma modalidade da educação básica, existente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (BRASIL, 2017a).

Nesse diapasão, Arroyo (2017) compreende a EJA como *lócus* de diversidade de tempos-espacos de formação das pessoas jovens e adultas e que se realiza em escolas, comunidades, igrejas, movimentos sociais, diversidade de sujeitos – do jovem ao idoso – não limitando apenas a estruturas escolarizadas.

A preocupação com a educação de adultos surge no Brasil desde o período colonial, pautada por uma concepção catequista e formação de mão de obra nativa para o trabalho, a partir da chegada dos jesuítas no país (BEISIGEL, 2014; PAIVA, 2012; HADDAD; DI PIERRO, 2010).

A elaboração de estudos que investiguem a Educação Física na EJA tem como centralidade a possibilidade de materialização e sistematização na prática pedagógica, bem como implantação de proposta curricular específica, porque fornecem elementos teórico-metodológicos para sua reflexão, produção de conhecimento e contribuição para o desenvolvimento da área,

O ensino da Educação Física nessa modalidade de ensino precisa ser compreendido, refletido e materializado, considerando as características e diversidades dos sujeitos, pois o processo de ensino-aprendizagem requer uma aproximação com a realidade concreta, solicitando um maior engajamento de pesquisadores, professores e estudantes em prol de pesquisas e propostas pedagógicas específicas da disciplina em pauta.

Segundo Libâneo (2017), a educação e o ensino podem caminhar juntos para compreensão e reflexão das questões de natureza social, política, filosófica e pedagógica que incidem sobre a sociedade e, em especial, sobre a escola e a prática pedagógica dos professores, contribuindo com a tomada de decisão dos sujeitos, vislumbrando uma ação humana participativa, solidária e cidadã, realizada em parceria entre o professor e os estudantes.

Tal assertiva é corroborado com Reis; Molina Neto (2014), ao afirmarem que as aulas de Educação Física na EJA não necessitam ter um formato definido, acabado e linear, pois é importante dar atenção às trajetórias de vida dos estudantes, principalmente por eles terem, em geral, idade mais avançada que os estudantes do ensino regular, nos segmentos fundamental e médio.

Entende-se que essa disciplina tem muito a contribuir com a EJA, na medida em que reconhece a diversidade dos sujeitos, fornecendo elementos teórico-metodológicos para seu processo de tomada de decisão que se inicia na sala de aula, podendo ser extrapolado para a realidade de modo crítico e reflexivo. Desse modo, as aulas podem ser ministradas de maneira teórica, valorizando-se as características locais, especificidades e anseios dos estudantes (REIS; MOLINA NETO, 2014).

Coadunando com o pensamento dos autores acima, Lisboa e Pires (2004), apontam que as aulas de EF na EJA, quando ministradas apenas de maneira teórica, colaboram com o elitismo intelectual, havendo um dualismo entre corpo e mente, sendo o segundo responsável pelo intelecto, enquanto o “corpo” fica em segundo plano.

Apesar disso, os autores fazem um alerta para que se considere o contexto, o respeito para a realidade dos estudantes da EJA, pois a aula de EF nessa modalidade de ensino pode fazer uso de recursos audiovisuais e da produção textual como subsídios para a prática pedagógica, tal como sinaliza o estudo de Lisboa e Pires (2004), que apresenta contribuições para o uso da mídia, tal como a televisão, um veículo que pode se fazer presente nessas aulas.

Outro recurso que pode ser utilizado nas aulas de EF na EJA, são os recursos tecnológicos, desde que sejam alinhados ao planejamento, nos quais podem contribuir para o processo de ensino e aprendizagem, que contemplem a seleção, organização e sistematização do conhecimento em consonância com a realidade dos estudantes e da prática pedagógica dos professores (LISBOA; PIRES, 2004).

Sobre o uso das tecnologias, Lisboa e Pires (2004) pontuam que é notório que na atualidade, a TV, os smartphones, tablets e as mídias digitais estão cada vez mais incorporados à rotina de vida da população, devido à sua aplicabilidade no âmbito do comércio e serviço, mobilidade urbana, segurança pública, saúde/bem-estar e educação.

Paralelo a isso, ainda de acordo com os autores supra, o uso do texto didático também é mais um recurso importante para os professores que ministram aulas na

EJA, por apresentarem contribuições para a prática pedagógica, além de aproximar os estudantes dos conhecimentos da EF como uma nova possibilidade: a produção escrita.

Amaral (2014) investigou o uso do texto didático na prática pedagógica dos professores da rede estadual de ensino de Pernambuco, suas possibilidades, limites e contribuições para o processo de ensino-aprendizagem. Para o autor, o texto didático ainda é pouco difundido nas aulas de EF, apesar de produções emergentes na área.

Haddad (2007), Machado e Rodrigues (2014), comungam da ideia de que as aulas, o planejamento e a utilização de recursos metodológicos requerem uma aproximação com a realidade dos alunos, do contexto local, possibilitando um entrelaçamento do conhecimento historicamente construído com a prática social dos estudantes da EJA. Todavia, alertam sobre a urgência de refletir acerca dessa modalidade de educação de modo crítico, abrindo debates sobre os rumos da prática pedagógica e das políticas públicas da EJA no Brasil, com o intuito de proposições que efetivem o direito a uma escolarização para todas as pessoas, independentemente da sua idade.

Também relatam sobre a materialização de propostas educativas que se faz com o reconhecimento dos sujeitos (estudantes e professores) enquanto seres dotados de conhecimentos e de potencialidades que necessitam ser considerados em ações que compreendam a EJA em consonância com a realidade sociocultural.

Portanto, a compreensão das questões que envolvem as políticas públicas e a educação enquanto direito humano universal da EJA é condição *sine qua non* para a prática pedagógica dos professores, pois ao serem refletidas e aprofundadas por estudiosos como (HADDAD; DI PIERRO, 2015; ARROYO, 2017; PAIVA; HADDAD; SOARES, 2019; SOARES; PEDROSO, 2016), fornecem elementos para entender a realidade em que se encontram inseridos os sujeitos (estudantes e professores).

Por fim, a realidade escolar, ao fazer parte do processo de reflexão do professor, da prática pedagógica, do seu planejamento e avaliação, aproxima os conhecimentos de ensino do contexto sociocultural dos estudantes, oportunizando o compartilhamento de conhecimentos que possam trazer sentidos e significados para os sujeitos da aprendizagem.

Isto porque a realidade escolar revela caminhos para o ensino dos professores de EF que ministram aulas no contexto da EJA, sendo imprescindível

considerar a diversidade metodológica e o perfil da aula, pautados tanto nos aspectos conceituais expositivos como em experiências corporais. Assim, conhecer, usar e qualificar os recursos materiais disponíveis, a infraestrutura e a localidade onde estão inseridas as unidades de ensino contribui para articular os objetivos, planejamento e avaliação dos conhecimentos da EF na EJA.

3.3.6 Educação física e EJA: Um diálogo necessário

A definição da Educação Física trata de diferentes manifestações e expressões corporais, dentre as quais se destacam: “jogos, danças, lutas, exercícios ginásticos, esporte, malabarismo, contorcionismo, mímica e outros” (COLETIVO DE AUTORES, 2012 p.26). Contudo, Monteiro (2009) destaca sobre o objeto da educação física, o qual se volta a diversos olhares, a saber: educação, saúde ou lazer, mundo do trabalho e relação profissional, dimensões centrais da vida humana, além das demandas ambientais, com a relação entre corpo e ambiente que deve ser tratada de modo integrado nas aulas.

Sanches Neto et al. (2013), reflete ainda que tais fundamentos são importantes na discussão da produção do conhecimento em Educação Física e Educação de Jovens e Adultos, uma vez que a temática pode transitar entre várias conotações.

E uma dessas conotações pontua que a oferta da educação física ainda é facultativa, no período noturno, horário comumente destinado às turmas da EJA, ou seja, é reconhecida sem importância dentro do rol de componentes curriculares que estão presentes no contexto escolar. Isso se deve ao fato de que a EJA apresenta um pensamento do senso comum de que a condição de cansaço dos alunos é uma barreira para inserção na aula, isto porque geralmente os alunos frequentam as aulas após longas jornadas de trabalho (LIMA, 2015).

Sobre esse fato, Günther (2014, p. 66) estabelece o diálogo entre EJA e Educação Física, na tentativa de elucidar o entendimento de que as aulas de educação física estão atreladas a representações fragmentadas sobre jogo, ginástica e outras práticas corporais que na EJA são compensatórias depois das longas jornadas de trabalho, assim sendo, representam um momento de descontração, recreação ou manutenção de uma condição física saudável.

Nesse diapasão, Ferreira e de Paula (2011) expõem sobre alguns equívocos no escrito acima: o primeiro deles é restringir as aulas de educação física a aspectos técnicos e práticos, a segunda refere-se à tentativa de diminuir os conteúdos práticos da educação física em relação aos conteúdos teóricos que as outras disciplinas oferecem, atingindo de modo direto as aulas de educação física, artes ou qualquer prática que esteja disposta a utilizar o corpo como meio de intervenção e possibilidade de saber na escola, resultando nas entrelinhas, uma educação física como uma atividade isolada, destituída de um corpo de conhecimentos extracurricular, reduzindo, portanto, o caráter da educação física em comparação aos estudos da EJA.

Em síntese, depreende-se que na EJA a educação física deve integrar todos os alunos na cultura corporal de movimento, formando cidadãos que vão produzi-las e reproduzi-las, usufruindo-as na escola e em seu tempo de lazer (ALVES; MACIEL, 2012).

3.4 A PROMOÇÃO DA SAÚDE NA EDUCAÇÃO FÍSICA PARA PROFESSORES ALUNOS DA EJA

A Promoção da Saúde (PS) pode ser entendida como um novo projeto para se pensar a saúde e a educação pública, a partir da perspectiva da Organização Mundial da Saúde (OMS) esse conceito existe desde os anos 70, e se desenvolveu a partir das influências das políticas públicas, de diversas formas, nas produções teórico-conceituais e práticas profissionais (Costa; Souza; Carvalho, 2019). A saúde pode ser entendida como um estado físico e mental, ou seja, não se limita apenas a ausência de doenças, mas é formada por ajustes do funcionamento corporal que é influenciado de forma positiva ou negativa pelo ambiente, através de características biológicas, sociais, psíquicas, comportamentais e políticas (Carvalho, 2001).

Tendo isso em vista, segundo Czeresnia (2016), nota-se o caráter multifacetado da saúde, dentre as facetas estimadas pelo interesse da Promoção da Saúde, surge a aproximação da Educação Física a respeito de seus conceitos e estratégias, duas correntes de pensamento, acerca dessa temática, foram desenvolvidas, a aptidão física e outra pelo desenvolvimento da cultura corporal (Farinatti e Ferreira, 2006).

Para definir uma aula de Educação Física, podemos fazer referência à literatura, na qual encontramos Hildebrandt-Strasman (2003, p.47), que descreve a "aula como um processo de interação social, no qual o professor e os alunos estabelecem suas situações de ação, determinando assim os significados envolvidos". Portanto, podemos afirmar que durante as aulas, ocorre a interação entre os docentes e discentes, o que é essencial para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Assim, a Educação Física é considerada um componente curricular de igual relevância, compartilhando dos mesmos direitos e deveres de disciplinas como Matemática, português, História e Geografia. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n. 9394/96, "A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é um componente curricular obrigatório na educação básica" (BRASIL, 1996, p.11).

Na Educação de Jovens e Adultos, a Educação Física também é obrigatória. "A própria Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96) estipula que a Educação Física é obrigatória tanto nos cursos noturnos quanto nos cursos de EJA desde 2004"

(Sampaio; Baez; Stobaus; Oliveira, 2012, p.03). Alguns alunos da EJA podem não demonstrar grande interesse nas aulas de Educação Física, priorizando as habilidades de leitura, escrita e cálculo para sua formação. No entanto, a Educação Física possui objetivos e conteúdo que fazem parte da proposta pedagógica (Sampaio; Baez; Stobaus; Oliveira, 2012).

A Educação Física foi incorporada à proposta pedagógica com metas específicas a serem alcançadas por meio dos conteúdos trabalhados. "Em relação ao seu papel pedagógico, a Educação Física deve agir de maneira integrada à escola, como qualquer outra disciplina, e não de forma isolada" (FREIRE, 1997, p. 24). A Educação Física desempenha o papel fundamental de promover o desenvolvimento motor, cognitivo e social dos indivíduos, conscientizando-os sobre a importância da prática de atividades físicas e, assim, promovendo qualidade de vida entre os estudantes (Lemes, 2017).

Neste contexto, a escola é reconhecida como um local ideal para a promoção de estilos de vida ativos. Na escola, os alunos podem adquirir a conscientização sobre a importância de se envolver em atividades físicas e exercícios desde a infância até a terceira idade. Isso ajuda a destacar que a Educação Física não se limita à prática esportiva, mas também é uma alternativa que promove qualidade de vida. As aulas de Educação Física são vistas como momentos de movimento, e, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), é importante considerar "as dimensões culturais, sociais, políticas e afetivas presentes no corpo das pessoas durante as aulas de Educação Física, já que os sujeitos interagem e se movem como cidadãos e agentes sociais" (Brasil, 1997, p. 17). Assim, podemos perceber que o movimento está intrinsecamente ligado ao mundo, pois é uma ação presente em todas as formas de vida, permitindo a comunicação entre os seres vivos, como o ser humano, que se expressa através dos movimentos.

A promoção da saúde nas aulas de Educação Física para alunos da modalidade de Educação para Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel crucial no desenvolvimento global desses estudantes. Nas aulas de EF na EJA, é fundamental abordar a saúde de maneira holística, englobando aspectos físicos, mentais e sociais. Isso começa com a conscientização sobre a importância da atividade física regular, que contribui para a melhoria da aptidão física e do bem-estar geral. As aulas devem fornecer conhecimentos sobre os benefícios da prática de

exercícios e como eles estão ligados à prevenção de doenças e ao aumento da qualidade de vida.

Segundo Costa, Souza e Carvalho (2020), a primeira corrente que surgiu foi a Saúde Renovada, que contava com a Educação Física e as relações com a Promoção da Saúde a partir do desenvolvimento da aptidão física, que por sua vez envolve: a resistência muscular, força, flexibilidade, composição corporal e resistência cardiorrespiratória, e a atividade física que envolveu basicamente a ginástica e os esportes. Nesse sentido, verifica-se que a reflexão entre essas duas vertentes, gira em torno do aumento dos perigos que as condições de vida urbana levam a saúde da sociedade moderna, principalmente no que desenvolve condições precárias de saúde relacionadas ao aumento de peso, desenvolvimento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), sedentarismo e outros. A partir desse “adoecimento urbano”, coube a Saúde Renovada em conjunto com a EF e a OS, direcionar o ensino para a criação de estilos de vida ativos e seus benefícios para a saúde, de modo a alcançar às alterações biológicas necessárias a fim de garantir níveis de aptidão física satisfatórios (Silva, *et. al.*, 2013 *apud* Costa; Souza; Carvalho, 2020).

Para a corrente Saúde Renovada, um dos pontos mais importantes é a autonomia criada pelo aluno sobre o planejamento do próprio protocolo de exercícios físicos, desse modo, é primordial que o aluno compreenda conteúdos básicos das ciências naturais, como a fisiologia, biomecânica, nutrição e anatomia, além disso, deve conhecer os benefícios do exercício, a partir disso, é viável que o professor compreenda e desenvolva metodologias capazes de ensinar o aluno para que este consiga aplicar os aprendizados no dia a dia (Devide, *et. al.*, 2005).

A segunda corrente, que é entendida como uma visão mais ampliada de saúde, considera a influência dos aspectos multifatoriais, ou seja, tem uma visão mais epidemiológica, que envolve a questão social, econômica, política, ambiental e cultural do aluno. Aqui, a questão biopsicossocial é levada em consideração, e não apenas aspectos físicos, desse modo, deve-se abordar questões da cultura corporal através da EF e investir no desenvolvimento de práticas corporais, como: jogos, danças, brincadeiras, ginásticas. Através disso, o aluno reflete sobre os problemas contemporâneos que envolvem sua saúde, e pode contribuir para um modo de vida mais saudável, não só o seu, mas de todo o ambiente que o envolve, indo além da

esfera biológica, além da articulação do tema, questões políticas, valorização da cultura local, a partir dos conteúdos da EF (Brasil, 2014).

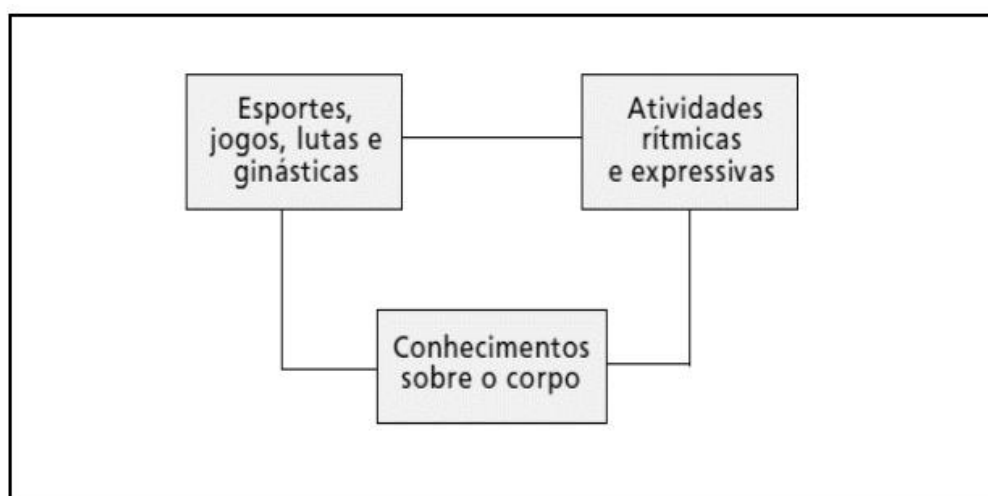
Além disso, a promoção da saúde nas aulas de Educação Física da EJA pode abordar questões relacionadas à alimentação saudável, hábitos de sono adequados e a importância de evitar comportamentos de risco, como o consumo de álcool e tabaco. Os alunos devem aprender a tomar decisões informadas sobre seu estilo de vida e a adotar práticas que melhorem sua saúde geral. Isso pode incluir a promoção de atividades físicas que sejam acessíveis e adequadas para todas as idades e níveis de condicionamento físico, incentivando a inclusão de todos os alunos.

A partir do exposto, a aproximação dessas perspectivas, na Educação de Jovens e Adultos (EJA) que é uma modalidade de ensino da educação básica brasileira, podemos encontrar orientações pedagógicas dessas correntes com características e funções específicas, que podem nortear os fundamentos desta modalidade, de modo reparador, equalizador e qualificadora (Brasil, 2000).

O Ministério da Educação do Brasil (MEC) estabeleceu um conjunto de diretrizes, muito semelhantes aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), como uma proposta de ensino abrangente para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) (Brasil, 1997, 2002a). De acordo com algumas informações apresentadas neste guia, as aulas de Educação Física (EF) tradicionalmente se concentravam em três abordagens distintas: a biológica, a prática de esportes e a promoção de valores sociais (Brasil, 2002a). O objetivo principal dessas aulas era promover a saúde no contexto de trabalho e a Atividade Física (AF). Além disso, esses princípios frequentemente estavam associados ao esporte, incluindo a organização de torneios, competições e treinamento. O ensino da cooperação, trabalho em equipe, integração social e respeito pelos colegas e adversários era um tema comum nas aulas (Brasil, 2002a). Embora essas abordagens tenham suas raízes em observações empíricas e possam parecer apropriadas para a EJA, os autores criticaram essas perspectivas, rotulando-as como "culto ao corpo propagado pela mídia". Eles também argumentaram que essa abordagem de ensino precisava ser revista. No entanto, os autores não apresentaram evidências convincentes para justificar essas críticas em relação à saúde, Atividade Física, esportes e valores sociais nas aulas de Educação Física na EJA, e não sugeriram uma alternativa eficaz para abordar esse conteúdo. (Brasil, 2002).

Em outra referência ao Ministério da Educação, abordava-se a disciplina de EF com o enfoque em respeito a diversidade dos estudantes, e das escolas que ofereciam EJA, os autores ainda indicaram uma ideia de EF bastante crítica e reflexiva, ressaltando as características peculiares da EJA que não podem e nem devem ser esquecidas, desse modo, o conteúdo de Educação Física na EJA formou um tripé: segundo a figura a seguir:

Figura 1 - Conteúdo da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos



Fonte: Brasil (2002)

A respeito dos conteúdos, compreende-se que os alunos devem valorizar-se a partir do conhecimento sobre o próprio corpo, entendendo que não é simplesmente um ser físico, mas um indivíduo que precisa de cuidados especiais, no que tange as questões sociais, psicológicas e o ambiente em que está inserido. Portanto, é necessário fazer uma relação entre esse conhecimento e a ginástica, orientando para que a mesma valorize o ensino preventivo e saúde, culminando na qualidade de vida e bem-estar.

No entanto, ao discutir esportes e lutas, eles limitam-se a fornecer apenas uma visão geral das modalidades, abordando-as de forma superficial e enfatizando a teoria por trás delas. Por outro lado, eles destacam com clareza a importância do ensino de atividades rítmicas e expressivas, ressaltando a relevância dessas práticas como parte integrante da cultura brasileira. Além disso, destacam o valor das danças regionais no desenvolvimento da expressão corporal e na promoção da comunicação entre os estudantes (COEJA, 2002).

De antemão, compreende-se a EJA como uma modalidade preenchida por alunos que sofreram ou sofrem algum tipo de desigualdade social, porque, por algum motivo, não puderam continuar seus estudos no tempo adequado. Nesse sentido, Costa, Souza e Carvalho (2020), abordam que, a respeito à correção desse pé de desigualdade ao acesso à educação que a organização social levou a classe trabalhadora a viver historicamente. Ainda nesse tocante, se percebe que a função equalizadora da EJA diz a respeito da necessidade de formalizar um suporte específico à escolarização dos jovens e adultos, os desfavorecidos frente ao acesso a permanência escolar devem receber proporcionalmente as mesmas as oportunidades que os outros.

Já na função qualificadora, é como a função mais importante da EJA, expressa o caráter incompleto do ser humano, cujo potencial sempre esteve no poder de se qualificar e descobrir novos campos de atuação e realização, desse modo, as oportunidades intelectuais podem servir como porta de entrada para um artista, intelectual, ou a própria descoberta de uma vocação pessoal, antes desconhecida (Costa; Souza; Carvalho, 2020).

A conscientização sobre questões de saúde mental também é fundamental. A Educação Física na EJA pode oferecer espaço para a prática de atividades que promovam o relaxamento, a gestão do estresse e o desenvolvimento de habilidades sociais, contribuindo assim para o equilíbrio emocional e o bem-estar psicológico dos alunos. Além disso, a EF na EJA pode ser uma oportunidade para discutir tópicos como o combate ao preconceito e a promoção da igualdade, fomentando um ambiente inclusivo e seguro para todos os estudantes.

Para Gaya, *et. al.*, (2014), as diretrizes curriculares também estabelecem que a Educação Física (EF) na Educação de Jovens e Adultos (EJA) deve enfatizar o ensino da expressão, linguagem e comunicação. No entanto, essa abordagem não pode ser o único e principal foco da EF na escola. A escola é um ambiente inclusivo, onde se encontram estudantes com diversas preferências e habilidades, alguns mais interessados em esportes, outros em artes marciais, atividades físicas, dança, skate, corridas, e até mesmo aqueles que ainda não descobriram suas preferências. Esses estudantes coexistem, e a EF pode ser estruturada de forma a atender a essas diversas necessidades de aprendizado, não se restringindo apenas a um único tipo de expressão cultural do movimento ao longo de toda a educação básica. A EF escolar

é, na verdade, uma disciplina complexa e única que incorpora uma combinação desses conhecimentos, abrangendo aspectos biológicos, físicos, de saúde, culturais e sociais.

Assim sendo mesmo inserida na escola, dentro do conjunto de componentes curriculares denominados “línguas e suas tecnologias”, os objetivos e conteúdo da EF escolar podem garantir conhecimentos e capacidades além da linguagem corporal. Para Costa; Souza e Carvalho (2020), pode intervir no:

Ensino do lazer, aumentar o rendimento esportivo, melhorar o desempenho humano, ajudar na reabilitação, na aprendizagem de habilidades motoras, desenvolver melhores níveis de saúde, aumentar a aptidão física, aprimorar o desempenho motor, proporcionar o autoconhecimento corporal, estimular o desenvolvimento cultural, a amizade, ensinar a competir, perder e a ganhar. Pode ainda proporcionar o respeito das regras, o respeito ao próximo, promover hábitos de vida saudáveis e melhorar as atitudes diante dos obstáculos que a vida impõe.

Tudo isso atrelado aos conteúdos e as vivências das práticas esportivas e outros elementos da cultura corporal, pois, o esporte também contribui com as vivências e benefícios acima descritos.

Outros autores vinculam como aspectos práticos de intervenção da EF na EJA sendo informações sobre a importância do sono adequado, orientações relacionadas à alimentação em relação à atividade física, o impacto do comportamento sedentário, a relevância da Atividade Física fora do ambiente escolar, e a conscientização sobre comportamentos de risco associados ao consumo de álcool, tabaco e doenças relacionadas à falta de atividade física. A realização de intervenções nas escolas e mais especificamente nas aulas de EF se tornam muito importantes diante desse cenário, a fim de se constituir uma possibilidade para os alunos obterem bons níveis de aptidão física relacionada a saúde (APFRS), no índice de massa corporal (IMC), aptidão cardiorrespiratória (APCR), flexibilidade e força. Nesse sentido é bem estabelecido na literatura as relações entre APFRS insuficiente com problemas osteomusculares e cárdio metabólicos (Lemes, 2017).

A atividade de ensino exige esse compromisso constante com o aprimoramento, pois o grande desafio da Educação de Jovens e Adultos (EJA) reside na harmonização do aprendizado de indivíduos com características tão diversas, dentro de uma estrutura de ensino com metas claramente definidas e alcançáveis.

Nesse contexto, o ato de ensinar implica abordar diariamente as questões que surgem em situações específicas, adaptando-se às necessidades do momento (Lemes, 2017).

A Base Nacional Comum Curricular estabelece algumas competências e habilidades na Educação física:

1 Reconhecer o acesso às práticas corporais como direito do cidadão, propondo e produzindo alternativas para sua realização no contexto comunitário. 2 Experimentar, desfrutar, apreciar e criar diferentes brincadeiras, jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas e práticas corporais de aventura, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo.

Dessa forma, é evidente a importância de práticas educativas na disciplina de Educação Física como um meio de integração do aluno na sociedade. A considerável porção de estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que compreende adultos e idosos é um fator crucial a ser considerado, levando em conta a necessidade de proporcionar atividades físicas que possam contribuir para um envelhecimento ativo e saudável. A escola, portanto, representa o ambiente ideal para promover essa melhoria na qualidade de vida desses alunos.

Quando falamos sobre Promoção da Saúde, é necessário compreender sobre qualidade de vida, pois estas duas se entrelaçam. A qualidade de vida (QV) é um tópico amplamente debatido nos dias de hoje, principalmente nas áreas das ciências biológicas e da saúde, devido à crescente preocupação com o sedentarismo, que compromete a qualidade de vida e a saúde das pessoas. A QV está intrinsecamente relacionada a todas as experiências vividas ao longo da vida, abrangendo aspectos como interações sociais, hábitos relacionados à saúde, condições de moradia, ambiente de trabalho, educação e outros fatores que podem influenciar a qualidade de vida de cada indivíduo (Sampaio; Baez; Stobaus; Oliveira, 2012).

Outro fator que pode afetar a qualidade de vida é a falta de atividade física e o sedentarismo. Atualmente, a atividade física tem sido investigada com ênfase na promoção da saúde, visando aprimorar a qualidade de vida das pessoas e tornando-se o principal meio de prevenção e tratamento de diversas doenças associadas à falta de atividade física (Nahas, 2010).

Vivemos em uma sociedade caracterizada pelo rápido crescimento dos meios de comunicação e dos avanços tecnológicos, que, embora sejam ferramentas essenciais para atender às nossas necessidades, têm contribuído para o declínio de

certos hábitos. Por exemplo, o uso de tecnologia substituiu interações entre vizinhos, reduziu a prática de atividades esportivas e físicas, e outras atividades que exigem esforço físico, devido à conveniência e à eficiência dos resultados obtidos sem esforço. O uso da tecnologia é inegavelmente importante, mas é fundamental reconhecer a importância de equilibrá-lo com a prática regular de atividades físicas, que promove a manutenção de um corpo saudável e uma qualidade de vida satisfatória.

A prática regular de atividade física desempenha um papel crucial na prevenção de doenças decorrentes da falta de movimento. Estudos realizados com indivíduos têm demonstrado que existe uma correlação entre os níveis de atividade física e a incidência de várias doenças, incluindo hipertensão, obesidade, diabetes, doenças cardiovasculares e depressão. Portanto, a atividade física contribui para a promoção de um estilo de vida mais saudável, ampliando a expectativa de vida das pessoas (Nahas, 2010).

Entretanto, o início da prática regular de atividade física frequentemente demanda esforço, e a desistência ocorre geralmente nas fases iniciais do treinamento. Para a maioria das pessoas, iniciar e manter níveis adequados de atividade física requer um comprometimento individual significativo. Essa dedicação persiste quando os indivíduos percebem os benefícios proporcionados pela atividade física em suas vidas (Nahas, 2010).

Observa-se atualmente um aumento na procura por atividades físicas, com pessoas de diversas idades praticando exercícios em espaços públicos como ruas, parques e praças. Portanto, a disciplina de Educação Física desempenha um papel fundamental na conscientização de crianças, jovens e adultos sobre a importância da prática de atividades físicas. E nesse sentido, é possível verificar a importância da atividade física para a população da EJA, visto que muitas vezes é um público que já trabalha e não tem oportunidades para realizar atividades sistematizadas de modo adequado por um profissional, e é desse modo que a educação física escolar pode contribuir (França; Leal, 2021).

Diante disso, é responsabilidade dos profissionais de Educação Física orientar os alunos sobre os benefícios e a importância da prática de atividades físicas desde a juventude, visando à promoção da saúde e à criação de um hábito de atividade física que resultará em uma melhor qualidade de vida na fase adulta. No entanto, é relevante

considerar que os jovens e adultos que frequentam as aulas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e do Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) podem não ter tido acesso à conscientização sobre a importância da prática de atividade física durante sua educação convencional, uma vez que não frequentaram a escola no período regular, quando questões relacionadas à saúde, qualidade de vida e atividade física são abordadas pelas aulas de Educação Física. Portanto, é crucial conscientizar os jovens e adultos sobre a importância da atividade física e sua relação com a qualidade de vida. De acordo com o Conselho Nacional de Educação (CNE), a idade mínima para ingressar na EJA é de 15 anos para o ensino fundamental e 17 anos para o ensino médio.

A escola possui um leque de possibilidades para a prática esportiva, assim, tem papel fundamental na tentativa de aumentar o nível de atividade física entre crianças e adolescentes. É importante salientar que a atividade física durante os anos iniciais e finais da educação traz benefícios para a saúde musculoesquelética e cardiovascular, além da redução de adiposidade em jovens com sobrepeso. Embora a maioria das doenças associadas ao sedentarismo somente são manifestadas na vida adulta, fica mais evidente a cada dia que seu desenvolvimento se inicia na infância e adolescência, tornam do o estímulo à prática de atividade física desde a juventude uma prioridade em saúde pública (Domingues, 2021).

Para Campos, *et. al.*, (2021), a infância e a adolescência representam fases críticas para a análise do comportamento sedentário. Os hábitos de atividade física adquiridos durante a infância e a adolescência tendem a perdurar na vida adulta, exercendo influência significativa em nosso bem-estar. Nesse contexto, a escola desempenha um papel crucial na tentativa de promover níveis mais elevados de atividade física entre crianças e adolescentes. No entanto, a diminuição da atividade física pode contribuir para o surgimento de doenças crônicas e degenerativas (Domingues, 2021).

A prática regular de atividade física é fundamental para melhorar a saúde e prevenir doenças em todas as fases da vida. Os professores de Educação Física desempenham um papel vital ao incentivar seus alunos a adotarem um estilo de vida ativo e engajar-se em atividades físicas na idade adulta, garantindo assim uma vida ativa (Couto *et. al.*, 2020; Gasparotto *et. al.*, 2020).

As aulas de Educação Física possuem um grande potencial para fornecer conhecimento e promover discussões sobre sedentarismo e inatividade física. Além disso, podem despertar o interesse dos alunos em relação à saúde, abrindo portas para o estabelecimento de hábitos que promovam um estilo de vida ativo (Fonseca, 2021).

A participação nas aulas de Educação Física pode influenciar positivamente a prática de atividades físicas fora da escola, oferecendo aos alunos a oportunidade de experimentar e apreciar um estilo de vida fisicamente ativo. Atualmente, o sedentarismo está fortemente associado ao conforto proporcionado pela vida moderna, caracterizada pela escassez de atividade física, uma vez que a rotina contemporânea envolve pouca movimentação e gasto calórico reduzido (Domingues, 2021 *apud* Campos, et. al., 2021).

Os professores de Educação Física têm a oportunidade de observar de perto a interação dos alunos durante os jogos e podem contribuir para o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais, promovendo a cooperação e incentivando a responsabilidade em relação ao grupo. É crucial ressaltar que, ao conscientizar os alunos sobre a importância de combater o sedentarismo e seu papel na epidemia de obesidade, os professores podem estimular a prática regular de atividades físicas, promovendo a conscientização sobre a saúde e minimizando os impactos negativos da falta de movimento (Brandão *et. al.*, 2021).

Para um processo adequado de prevenção de doenças na EJA, o professor de educação física precisa ministrar aulas de qualidade, com recursos e desenvolvimento adequados.

Segundo os PCNs (1998, p.28):

A Educação Física tem uma história de pelo menos um século e meio no mundo ocidental moderno. Possui uma tradição e um saber-fazer ligados ao jogo, ao esporte, à luta, à dança e à ginástica, e, a partir deles, tem buscado a formulação de um recorte epistemológico próprio. O trabalho na área da Educação Física tem seus fundamentos nas concepções socioculturais de corpo e movimento, e a natureza do trabalho desenvolvido nessa área se relaciona intimamente com a compreensão que se tem desses dois conceitos (PCNs, 1998, p. 28).

Selecionar atividades, práticas esportivas, danças e jogos representa um desafio significativo para o educador, que, ciente de seu papel fundamental, se

esforça para desenvolver um trabalho enriquecedor. Nesse sentido, a preocupação recai sobre a compreensão da clientela, suas tradições, hábitos e cultura, de modo a planejar e conduzir aulas que estimulem nos alunos o prazer e a consciência de sua participação como agentes de promoção e manutenção da saúde (França; Leal, 2021).

O educador, ao planejar as aulas de Educação Física, deve esforçar-se para englobar todas as parcelas de seus alunos em práticas que sejam adequadas e confortáveis para cada um, levando em consideração as limitações impostas pela faixa etária. Ao promover dinâmicas interativas e a integração, é possível envolver a todos, gerando uma sensação de satisfação e prazer nos estudantes. (França; Leal, 2021).

Nesse contexto, é crucial que o educador, munido de conhecimento prévio sobre o contexto em que seus alunos estão inseridos e baseando-se em suas idades, reconheça a bagagem de experiências e conhecimentos que eles trazem de suas vivências em suas comunidades. É necessário que se evite qualquer forma de exclusão, e, por isso, é fundamental conhecer cada aluno individualmente, compreender sua história, características, sonhos e ideais, aproveitando essas informações para desenvolver planos de ensino que atendam às expectativas individuais de cada um. Dessa forma, as aulas de Educação Física se tornam não apenas uma oportunidade de atividade física, mas também uma experiência enriquecedora que valoriza a diversidade e as particularidades de cada aluno.

Segundo França e Leal (2021), promover hábitos saudáveis entre os alunos requer abordagens que os motivem e, quando necessário, a adaptação das atividades à realidade individual de cada aluno, sempre respeitando suas condições físicas. Além disso, não se deve subestimar a importância da inclusão de práticas de ginástica laboral, que podem ser realizadas tanto por docentes quanto por discentes.

A prática da ginástica laboral é um indicativo da necessidade de compreensão do próprio corpo. Com esse entendimento, os indivíduos podem buscar soluções para lidar com situações de estresse e fadiga. Atividades como alongamento e relaxamento, combinadas com exercícios respiratórios, contribuem para promover o bem-estar físico e mental.

Levando em consideração a cultura popular presente entre os alunos, é possível explorar abordagens que envolvam lutas e danças. Essas atividades não apenas proporcionam benefícios físicos, mas também representam uma forma de valorizar e integrar a cultura e tradições dos alunos, tornando o processo de aprendizagem mais significativo e envolvente. Portanto, ao adaptar as práticas de Educação Física e promover a compreensão do corpo e da saúde, os educadores têm a oportunidade de estimular hábitos saudáveis de forma mais eficaz e inclusiva.

A Educação Física desempenha um papel fundamental na prevenção de doenças para alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Essa disciplina não apenas promove a atividade física, mas também oferece uma plataforma para conscientização sobre a importância de um estilo de vida saudável, contribuindo para a prevenção de várias doenças crônicas. Aqui estão alguns aspectos importantes do papel da Educação Física na prevenção de doenças na EJA:

1. Promoção da atividade física: As aulas de Educação Física na EJA incentivam os alunos a participarem de atividades físicas regulares, o que ajuda a melhorar a saúde cardiovascular, fortalecer o sistema musculoesquelético e controlar o peso. Isso é essencial na prevenção de doenças como doenças cardíacas, diabetes tipo 2 e obesidade (CDC, 2019).
2. Conscientização sobre hábitos saudáveis: A Educação Física oferece um espaço para discutir a importância de hábitos saudáveis, como alimentação equilibrada, sono adequado e redução do estresse. Essa conscientização é fundamental para prevenir doenças relacionadas ao estilo de vida, como hipertensão e doenças mentais (Warburton *et. al.*, 2006).
3. Melhoria da aptidão física: As aulas de Educação Física na EJA ajudam a melhorar a aptidão física dos alunos, incluindo resistência, força e flexibilidade. A melhoria da aptidão física está associada a um menor risco de desenvolver doenças crônicas (Blair *et. al.*, 1995).
4. Inclusão e adaptação: É importante que a Educação Física na EJA seja inclusiva e adaptada às necessidades individuais dos alunos, levando em consideração suas limitações físicas e diferenças culturais. Isso permite que todos os alunos participem e se beneficiem das atividades (Tremblay *et. al.*, 2012).

5. Desenvolvimento de habilidades sociais: Além da saúde física, a Educação Física também promove o desenvolvimento de habilidades sociais, como trabalho em equipe, cooperação e respeito pelos outros. Isso contribui para a saúde mental e emocional dos alunos, prevenindo doenças mentais (Eime *et. al.*, 2013).

Portanto, a Educação Física desempenha um papel multifacetado na prevenção de doenças para alunos da EJA, abordando não apenas a atividade física, mas também a promoção de hábitos saudáveis, o desenvolvimento da aptidão física e o bem-estar geral dos alunos.

4. PERCURSO METODOLÓGICO

4.1 Tipo de estudo

O recorte apresentado neste estudo teve abordagem qualitativa e quantitativa pois leva em consideração a prevalência dos resultados, exploratória porque consistiu na realização de um estudo para a familiarização do pesquisador com o objeto que está sendo investigado durante a pesquisa. Segundo Gil (2007) a pesquisa exploratória procura ampliar o conhecimento a respeito de um determinado fenômeno. Segundo o autor, esse tipo de pesquisa, aparentemente simples, explora a realidade buscando maior conhecimento, para depois planejar uma pesquisa descritiva.

Do tipo de campo e transversal, com características descritivas e inferenciais.

4.2 Local da pesquisa

A pesquisa foi realizada no ambiente virtual através do formulário do Google Forms, o qual foi direcionado para 08 (oito) unidades escolares, sendo 04 (quatro) da Escola Estadual (SEDUC) e 04 (quatro) da Escola do SESI.

4.3 Amostra

A amostra foi composta por 605 estudantes, sendo 161 da Escola (SESI/PA) e 437 da Escola Estadual (SEDUC/PA) (7 não responderam à pergunta sobre a escola em que estudavam); e 161 docentes, sendo, 27 da Escola SESI/PA e 132 da Escola Estadual (SEDUC/PA), 2 não responderam à pergunta sobre a escola em que atuava.

4.4 Desenho do estudo

O estudo foi dividido em três etapas: na primeira etapa foi desenvolvido o estudo teórico da investigação, na segunda etapa foi realizada a aplicação do questionário a população do estudo, e na terceira etapa foi realizada a análise dos resultados.

A coleta de dados foi feita no período de março a junho de 2023. O estudo atendeu os princípios éticos em pesquisa, avaliado pelo Comitê de Ética da instituição da FICS, e foi aprovado sob o número de registro 0019/2021 (ANEXO A).

4.4.2 Aplicação do questionário

O procedimento de coleta de dados foi realizado através de um questionário virtual feito no Google Forms composto por sete questões gerais para a caracterização da amostra, e dezenove questões específicas sobre os conhecimentos dos profissionais e dos alunos sobre prevenção de doenças e promoção da saúde. Utilizou-se como forma de divulgação para atingir o maior número de respostas, o e-mail, bem como a divulgação voluntária dos próprios professores e grupos de WhatsApp.

4.5 Critérios de inclusão e exclusão

Foram incluídos no estudo os participantes que atuam como docentes em uma das escolas; que atuam na EJA.

Foram excluídos aqueles que não responderam ao questionário determinado para coleta no período estimado; aqueles que não assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE); aqueles que estavam de licença por algum motivo, e ausentes das suas atividades.

4.6 Análise de dados

A análise dos dados se deu através da interpretação com enfoque qualitativo das respostas e estatísticas coletadas pelos questionários no Google Forms. As quais foram transportadas e organizadas em uma planilha digital do programa Microsoft Excel, de modo a detalhar o processo analítico, e ampliar as possibilidades interpretativas das informações.

5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para caracterizar a amostra, foi levado em consideração aspectos relacionados a formação do participante além do gênero da amostra.

Nas questões específicas foram elaboradas de múltipla escolha podendo também o participante marcar mais de uma alternativa, e ao final do questionário uma questão aberta para possíveis sugestões.

As respostas dos docentes foram as seguintes, de acordo com a tabela 2.

Tabela 1. Dados gerais de caracterização da amostra dos docentes

	Parâmetros	n	%
1. Sexo biológico	Feminino	63	37,7
	Masculino	103	61,6
		1	0,8
2. Instituição que atua como docente	SESI/PA	27	17,0
	SEDUC/PA	131	82,9
3. Graduação	Administração	1	
	Ciências sociais	1	
	Inglês	2	
	Física	3	
	Engenharia química	1	
	Química	1	
	Ciências naturais	3	
	Informática	1	
	Filosofia	8	
	Artes	10	
	Pedagogia	14	
	História	13	
	Geografia	13	
	Matemática	16	
	Português	13	
	Educação física (licenciatura)	24	
	Educação física (licenciatura e bacharelado)	38	

Fonte: Coleta de dados, 2023.

A amostra deste estudo abrangeu as respostas de 161 docentes, sendo que 62 atuam na área de Educação Física, enquanto 99 lecionam em outras disciplinas. A média de idade dos docentes é de $\pm 44,8$ anos, refletindo a diversidade de experiências e trajetórias profissionais no âmbito educacional. Neste contexto desafiador da educação e da profissão de professor, destaca-se a importância do papel desses profissionais na formação de futuras gerações. A distribuição de gênero entre os docentes revelou uma composição de 61,4% do sexo masculino e 37,9% do sexo

feminino, enfatizando a necessidade contínua de promover a equidade de gênero na educação e reconhecer os desafios específicos enfrentados pelos educadores em suas práticas diárias.

Tabela 2. Gênero

Gênero	Nº	%
Masculino	102	61,4
Feminino	63	37,9
Prefiro não dizer	1	0,7

Fonte: Coleta de dados, 2023.

A instituição em que atuam como docentes são, SESI/PA (17,1%) e SEDUC/PA (82,9%). Conforme a tabela abaixo:

Tabela 3. Instituição

Instituição	Nº	%
SESI	27	17,1
SEDUC	131	82,9

Fonte: Coleta de dados, 2023.

Em relação a graduação da Educação Física, 64,3% são graduados tanto em licenciatura quanto em bacharelado e 35,7% são formados apenas em licenciatura e apenas um questionário não foi respondido.

Tabela 4. Graduação

Graduação	Nº	%
Licenciatura em Educação Física	27	64,3%
Bacharel em Educação Física	-	0,8%
Ambas (licenciatura/bacharel)	15	35,7%

Fonte: Coleta de dados, 2023.

Em relação a demais graduações foram respondidas nos seguintes percentuais, conforme demonstra a tabela abaixo:

Tabela 5. Outras Graduações

Graduação	Nº	%
Licenciatura em Educação Física	27	16,7
Bacharel em Educação Física	1	0,6
Ambas (licenciatura/bacharel)	15	9,3
Língua Portuguesa	16	9,9
Matemática	21	13,0
Geografia	13	8,0
História	15	9,3
Pedagogia	17	10,5
Artes	10	6,2
Filosofia	8	4,9
Física	6	3,7
Licenciatura em Ciências	2	1,2
Química	3	1,8
Língua Inglesa	3	1,8
AEE	1	0,6
Engenharia química	1	0,6
Administração	1	0,6
sociologia	1	0,6

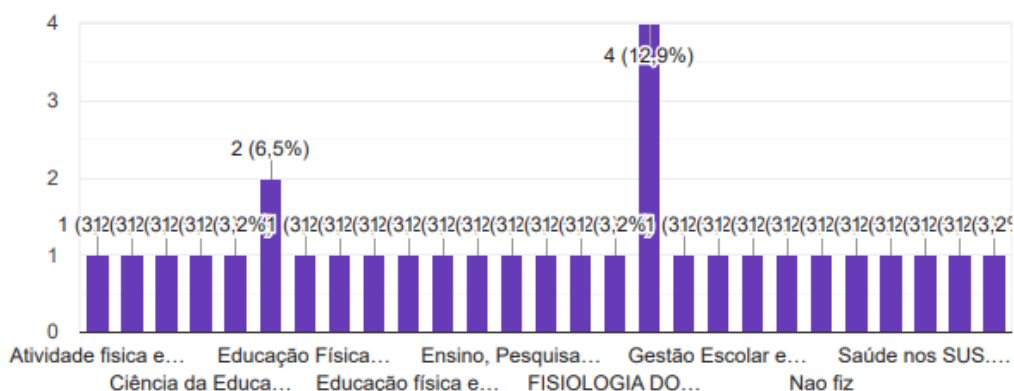
Fonte: Coleta de dados, 2023.

Em relação a pós-graduação, 86,7% possuem o título de especialista; 11,7% são mestres e 1,6% são doutores.

Tabela 6. Pós-graduação

Pós-graduação	Nº	%
Especialização	111	86,7%
Mestrado	15	11,7%
Doutorado	2	1,6%

Fonte: Coleta de dados, 2023.

Gráfico 1. Pós- graduação (Educação Física)

Fonte: Coleta de dados, 2023.

Destaco as pós-graduações realizadas pelos profissionais Educação Física nas áreas de fisiologia do exercício; educação; saúde pública; Base Científica da Preparação Física nos Esportes; Preparação Atividade Física; Medicina do esporte e da atividade física; Saúde no SUS; Educação Física e Saúde na Escola; Educação Física Escolar; Ensino, Pesquisa e Avaliação em Educação Física; Ciência da Educação; Exercícios físicos para grupos especiais; Docência do ensino superior; Musculação e condicionamento físico; engenharia corporal; Natação e hidroginástica; Gestão Escolar e Educa o Especial; Educa o Física Escolar e Reabilita o e preven o de lesões; educa o inclusiva.

Em rela o as áreas de especializa o procuradas por profissionais de Educa o Física temos a prevalência nas áreas de fisiologia e condicionamento físico, segundo o *American College of Sports Medicine* (ACSM) (2020), os motivos principais para essa procura além da qualifica o profissional  : passar segurança para os alunos, aprimorar o desempenho esportivo, promo o da saúde e atender as expectativas do mercado. Visto que o último tem se mostrado competitivo, então, o profissional precisa demonstrar conhecimento técnico e obter diferencial.

Quando tratamos de questões específicas, podemos levar em conta questões burocráticas sobre a atua o do profissional, conhecimento sobre saúde pública e coletiva, rela es metodológicas na atua o na EJA, questões relacionadas a medicamentos, prática de exercício físico. Exposto nas tabelas a seguir:

Tabela 7. Questões específicas sobre os conhecimentos dos docentes sobre saúde e sua importância na modalidade EJA

Variável	Parâmetros	n	%
1 – Quanto anos está formado em educação?	até 3 anos	10	8,1
	entre 4 e 6 anos	18	14,5
	entre 7 e 9 anos	24	19,4
	a partir de 10 anos	72	58,1
2 - Quanto tempo atua como docente no Ensino de Jovens e Adultos?	até 3 anos	37	29,8
	entre 4 e 6 anos	18	14,5
	entre 7 e 9 anos	21	16,9
	a partir de 10 anos	48	38,7
3- Para você está claro o que é educação em saúde?	Sim	79	63,7
	Não	12	9,7
	Em parte	33	26,6
4- Para você está claro o que é saúde coletiva?	Sim	33	26,8
	Não	24	19,5
	Em parte	66	53,7
5- Para você está claro o que é saúde pública?	Sim	86	71,1
	Não	3	2,5
	Em parte	32	26,4
6- Para você está claro o que é educação em saúde, saúde coletiva e saúde pública como conteúdo na disciplina educação física na EJA?	Sim	18	14,6
	Não	26	21,1
	Em parte	79	64,2

Fonte: Coleta de dados, 2023.

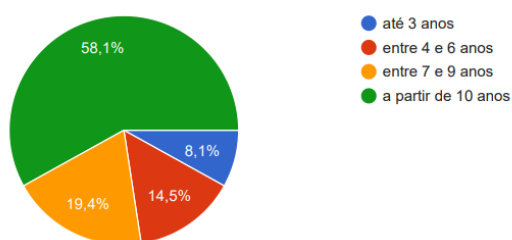
É primordial que o professor compreenda sobre a saúde coletiva; saúde pública e educação em saúde, principalmente na modalidade de ensino da EJA, visto que, segundo Guedes (2005), muitos alunos da EJA vêm de diferentes origens e podem enfrentar desafios diversos, principalmente no que trata-se de exclusão, portanto, cabe ao professor de educação física criar um ambiente inclusivo, onde todos os alunos possam se sentir valorizados.

A educação física é reconhecida como profissão da saúde de nível superior pela resolução nº 287/98 do CNS. É identificada também pela Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (Capes) e Conselho Nacional de Educação (CNE) como profissão da saúde. De fato, nos últimos anos, a educação física tem ganhado destaque no SUS e isso pode ser sentido em diversas iniciativas que vêm sendo adotadas pelo poder público, como, por exemplo, a Política Nacional de Promoção da Saúde, publicada em 2006 e a criação do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), criado em 2008, que guardaram com especial importância intervenções na área temática das “Práticas Corporais/ Atividade Física”. Esses, entre outros, contribuíram para uma crescente expectativa de inclusão do professor de educação física no SUS, deixando em evidência a necessidade de pensar a formação em saúde (PASQUIM, 2010).

As habilidades motoras são essenciais para um bom desenvolvimento físico e cognitivo, o que pode facilitar na manutenção motora de adultos e idosos, e contribuir para que esses alunos tenham uma boa qualidade de vida e disposição para o trabalho.

Para Rebelo 2020, as habilidades motoras são divididas em habilidades motoras globais e finas. As habilidades motoras globais, são controladas principalmente pelos grandes músculos ou grupos musculares. Esses músculos são essenciais para produzir uma série de movimentos, como andar, correr e saltar. As habilidades Motoras Finas são conduzidas principalmente pelos pequenos músculos ou grupos musculares, normalmente os movimentos realizados com as mãos são considerados finos, portanto, movimentos como, pegar, desenhar, costurar, digitar, ou tocar um instrumento musical são considerados movimentos finos.

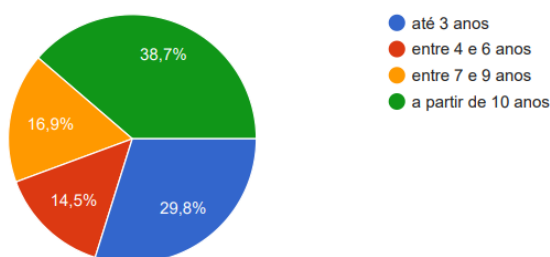
Gráfico 2. Quanto anos está formado?



Fonte: Coleta de dados, 2023.

Em relação ao tempo de formação acadêmica a pesquisa demonstrou que 58,1% estão formados acima de 10 anos; 19,4% entre 7 e 9 anos; 14,5% entre 4 e 6 anos e 8,1% até 3 anos. Conforme apresentado no gráfico acima.

Gráfico 3. Quanto tempo atua como docente no Ensino de Jovens e Adultos?

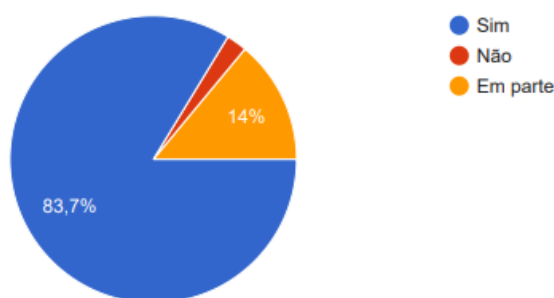


Fonte: Coleta de dados, 2023.

Da amostra, 38,7% atuam na Educação de Jovens e Adultos a mais de 10 anos; 29,8% entre 7 e 9 anos; 16,9% entre 4 e 6 anos; 14,5% até 3 anos de atuação. A experiência dos docentes perfaz um bom conhecimento deste público o que concerne a concepção de educação proposta por Freire “é uma educação que tem como ponto de partida os saberes do educando, mas não se estaciona neles, extrapola-os no sentido de o homem ler a palavra significativa, ler o mundo, ou seja, uma educação que se baseia e se dá pela construção do conhecimento pela dialogicidade (FREIRE, 2005).”

Amostra coletou os dados referente a compreensão de conhecimento dos docentes sobre a educação em saúde, saúde coletiva e saúde pública. Conforme os gráficos abaixo:

Gráfico 4. Para você está claro o que é educação em saúde?



Fonte: Coleta de dados, 2023.

Da Amostra, 83,7% dos que responderam ao questionário tem clareza sobre a educação em saúde, aspecto positivo quando comparados a outros estudos em que constaram que as pessoas desconhecem as contribuições de educação em saúde, visto que a nossa amostra é composta por adultos com média de idade de 44,5 anos. 14% responderam que tem clareza em parte e apenas 2,3% não tem clareza.

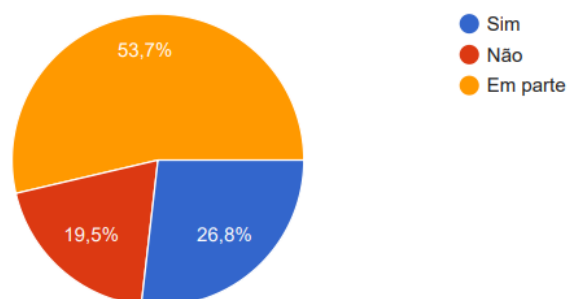
Diante dessas compreensões, Mussi et al. (2018) viabiliza algumas propostas para o trabalho do profissional de Educação Física no âmbito escolar, de forma que não desassocie as questões cognitivas, motoras e orgânicas:

[...] os objetivos das aulas devem versar sobre aprendizagem motora, questões teóricas e conceituais relativas às dimensões e representações das AF; - os conteúdos devem focar as origens, momento histórico contemporâneo e processo evolutivo, suas normas e características específicas, seus gestos técnicos básicos, as estratégias individuais e coletivas para participação, diferenças culturais e densidades regionais, relações ambientais, possibilidades competitivas e participativas, modificações orgânicas (fisiológicas e cinesiológicas) e benefícios das AF para a saúde; - as estratégias avaliativas devem buscar o diagnóstico e acompanhamento morfofuncional, teórico e motor, sendo capazes de

verificar as aprendizagens multidimensionais relacionadas às práticas da AF (ginásticas, exercícios, danças, lutas e esportes), valorizando a exploração dos espaços e equipamentos disponíveis; - as aulas devem desenvolver AF contextualizadas ao desenvolvimento motor, cognitivo, compreensivo e de aptidão física em prol da participação individual e coletiva. Antes, durante e após as práticas, devem ser valorizados os aspectos técnicos, táticos, físicos e teóricos das representações das AF, focando o enriquecimento motor, o desenvolvimento da consciência corporal (orgânica e psicológica) frente a diferentes graus de exigência física e cognitiva na resolução de problemas (MUSSI, et al., 2018).

Completa ainda que, fundamentalmente, as aulas devem representar a compreensão de uma saúde resultante da ação protetora da pessoa e da sociedade, conhecedora e superadora dos riscos do adoecimento, em prol do estilo de vida saudável e, portanto, promotora da integração humana no socio ecossistema (MINAYO, 2006 apud MUSSI, et al. 2018). O desafio posto é que o professor atue na educação em saúde, considerando os saberes técnicos, acadêmicos e políticos, a partir de seu campo específico, no caso, as intervenções intencionais pela atividade física na Educação Física escolar.

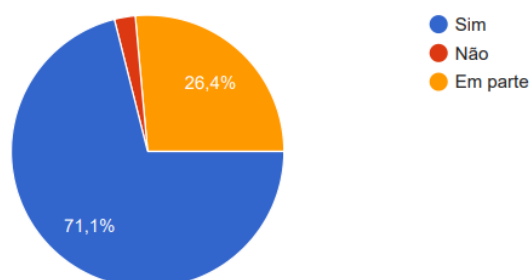
Gráfico 5. Para você está claro o que é saúde coletiva?



Fonte: Coleta de dados, 2023.

Como vimos, no que concerne à Saúde coletiva, podemos analisar que 53,7% dos questionários respondidos não tem clareza do assunto optando pela resposta “em parte”; 26,8% dizem conhecer e 19,5% desconhecer o tema. É possível concordar com Andrade e Oliveira (2016), em momento histórico mais atualizado, a saúde coletiva, especificamente por intermédio da educação em saúde, vem apresentando contribuições pedagógicas, valorizando a proposta de saúde como fenômeno multidimensional e o desenvolvimento da coparticipação dos sujeitos na produção da relação saúde-doença, não presente no higienismo e pouco explorada na ‘saúde renovada’. Entretanto, a saúde coletiva é um tema que necessita de aprofundamento no olhar do público-alvo.

Gráfico 6. Para você está claro o que é saúde pública?

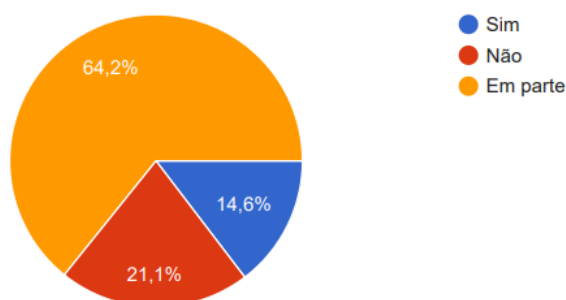


Fonte: Coleta de dados, 2023.

No gráfico acima, a amostra indica que 71,1% dos respondentes têm clareza sobre o que é saúde pública; para 26,3%, a clareza é parcial, e 2,5% não têm clareza sobre o tema. A saúde pública intervém buscando evitar doenças, prolongar a vida e desenvolver a saúde física e mental e a eficiência. É tema presente no dia a dia das pessoas.

Rouquayrol e Goldbaum (2003) completam o entendimento da promoção da saúde visando uma sociedade sadia, ressaltando que esta não depende apenas da ação dos especialistas, pois a ação preventiva no âmbito coletivo deve começar ao nível das estruturas socioeconômicas, ao nível das estruturas políticas e econômicas ou as ações dos especialistas não terão efetividade prática.

Gráfico 7. Para você está claro o que é educação em saúde, saúde coletiva e saúde pública como conteúdo na EJA?



Fonte: Coleta de dados, 2023.

Como podemos perceber, dos cento e vinte três professores que responderam sobre o tema se está claro que a educação em saúde, saúde coletiva e saúde pública como conteúdo da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a amostra revelou que 64,2%

dos participantes têm uma compreensão parcial, 21,1% consideram que não está claro, e 14,6% afirmam que está claro.

Os temas transversais desempenham um papel crucial ao elucidar as interações entre os diversos componentes curriculares, possibilitando a contextualização com situações vivenciadas. É fundamental diferenciar a mera compreensão do processo da verdadeira apreensão da essência da transversalidade desses temas.

[...] os temas transversais são os eixos geradores de conhecimentos, a partir das experiências dos alunos, assim como os eixos de união entre as matérias tradicionais. Estes temas estariam presentes, portanto, de maneiras diversas, na totalidade de matérias da estrutura curricular (SOUZA, 1998).

Os temas transversais "tratam de processos que estão sendo intensamente vividos pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e educadores em seu cotidiano" (Brasil, 1998d, p. 26). Vale ressaltar que a efetiva implementação dos temas transversais na escola demanda não apenas o entendimento por parte dos professores, mas também a sua divulgação e compartilhamento entre eles. Essa prática contribui para que todos os educadores tenham conhecimento sobre os temas transversais, fomentando a integração desses elementos de forma consistente e eficaz no contexto educacional.

Continuando a análise da coleta dos dados, observamos que na sétima questão, foi sugerido que os participantes abordassem sugestões ou recomendações para melhorar as possibilidades de intervenção para a melhoria de qualidade de vida de docentes e discentes do EJA, por meio do conteúdo educação em saúde na disciplina educação física na EJA. Dentre as respostas, tivemos o seguinte:

"Melhor qualidade de aulas práticas nas escolas públicas"

"Sugerimos implementar uma avaliação de saúde com IMC, RCQ, VO2, Resistência e Força muscular, Saúde mental para orientação em Educação Saúde."

"Além de aulas acredito que ser feito seminário, palestras roda de conversa para ser discutido o tema saúde na escola para o corpo docente, discente, administrativo e apoio, pois trata-se de tema muito relevante para o cuidado do nosso maior patrimônio que é a saúde das pessoas em especial dos trabalhos que fazem a Educação no dia a dia."

"Especialização - Educação em Saúde"

"Primeiramente deveria ter a disciplina Educação na EJA nas escolas do SESI"

"Dinâmicas laborais coletivas frequentes"

“Capacitação complementar”

“Ações que pudessem envolver Atividades Físicas, Exercícios Físicos e Alimentação Saudável.”

“Capacitação de professores, melhor infraestrutura e recursos para as aulas de educação física nas escolas.”

“Estrutura para trabalhar de forma qualitativa”

“Incluir no planejamento anual conteúdos que estejam interligados com o ministério da saúde.”

“Orientação dos indivíduos sobre a conscientização das práticas das atividades físicas e alimentação adequada, em sua totalidade corporal.”

“Utilizar com mais frequência a linguagem corporal nas diversas temáticas da Educação Física, procurando atender um maior número de alunos participantes.”

“Comportamento preventivo de higiene corporal, práticas de exercícios físicos sistematicamente com o mínimo de 30 minutos entre 3 e 5 dias e treinamento resistido.”

A implementação de avaliação da saúde seria interessante para promover o bem-estar e identificar possíveis necessidades de intervenção, no entanto, poucas instituições oferecem os equipamentos adequados para esta prática. É percebido a partir das respostas que é importante que os professores de EF estejam atualizados com as melhores práticas em educação em saúde, e que abordem esses temas levando em consideração as experiências e necessidades dos alunos da EJA.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (1998), as áreas de foco e estratégias que podem ser abordadas pelos professores de Educação Física, são: promoção da atividade física; educação sobre a importância de uma alimentação saudável; higiene e prevenção de lesões; educação sexual; preparação para emergências e primeiros socorros; trabalho em equipe e colaboração; visitas de profissionais da saúde; programas ou projetos de promoção da saúde, incentivando a aplicação da prática do conhecimento adquirido nas aulas.

Na oitava questão foi pedido que os docentes informassem quais são suas principais necessidades e ou dificuldades metodológicas para atuar como docente de educação física no Ensino de Jovens e Adultos, e entre as respostas, tivemos:

“Espaço adequado nas escolas públicas”

“Material pedagógico e tecnologias”

“A metodologia ativa requer uma participação bem efetiva do alunado e muitas vezes a uma ausência destes alunos de forma constante nas aulas de modo que prejudica o processo metodológico das atividades pedagógicas diárias a ser aplicado nas turmas da EJA.”

“Material pedagógico e de tecnologia.”

“Evasão, faixa etária muito variável.”

“Valorização da disciplina enquanto componente curricular da escola.”

“Falta de material.”

“Falta de tempo na escola para planejamento e falta de recursos como computador, internet para preparar as aulas no horário de trabalho.”

“A falta de material para aulas práticas.”

“O cansaço físico/mental dos educandos, causado pela jornada de trabalho.”

“Ter as condições necessárias pra desenvolver os objetos de conhecimento planejados e propostos.”

“As turmas do EJA estão sempre bastante desalinhadas com o contexto da escola, muitos desconhecem a escrita e leitura, tampouco compreendem conteúdos mais complexos. Nesse sentido, a orientação para as aulas de educação física precisa de adaptação das palavras e frases para que o aluno consiga entender o que se quer orientar...”

Muitas vezes, os professores de Educação Física na EJA enfrentam a escassez de recursos e material adequado para realizar suas aulas. Isso pode limitar as opções de atividades físicas e a qualidade do ensino.

Como destacado por

Silva e Pereira (2018), "a falta de equipamentos e materiais apropriados nas escolas da EJA pode comprometer a eficácia das aulas de Educação Física."

A Educação Física, em alguns casos, pode ser subvalorizada em relação a outras disciplinas acadêmicas. Isso pode refletir na falta de apoio institucional e no reconhecimento da importância da disciplina na promoção da saúde e bem-estar.

Conforme observado por

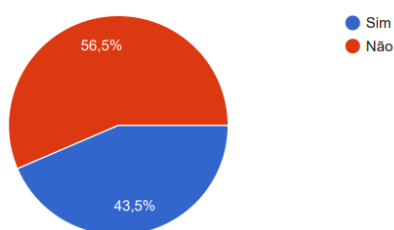
Santos (2016), "a desvalorização da Educação Física na EJA pode afetar a motivação dos professores e alunos."

Em contrapartida, alunos da EJA, muitas vezes, enfrentam longas jornadas de trabalho e responsabilidades familiares, o que pode resultar em cansaço físico e mental. Isso pode impactar sua disposição para participar de aulas de Educação Física. Segundo Oliveira e Vieira (2015), "os professores da EJA frequentemente

lidam com alunos que chegam exaustos após um dia de trabalho, o que pode afetar o envolvimento nas atividades."

Para análise que se segue as questões específicas sobre os conhecimentos dos docentes sobre saúde e sua importância na modalidade EJA, reportamos aos participantes que responderam e a pergunta a seguir.

Gráfico 8. Você pratica algum tipo de exercício físico ou esporte regularmente de forma semanal?



Fonte: Coleta de dados, 2023.

Na análise da amostra, constatou-se que 56,5% dos docentes apresentam um estilo de vida sedentário, caracterizado pela ausência de prática de qualquer forma de atividade física. Por outro lado, 43,5% dos participantes demonstraram engajamento regular em exercícios físicos.

Este cenário revela uma preocupante predominância de comportamento sedentário entre os profissionais da educação, o que pode ter implicações significativas na saúde e no desempenho desses indivíduos. O sedentarismo, de fato, não é considerado doença apenas pelo público leigo. “Síndrome da Morte Sedentária” (Sedentary Death Syndrome) foi o termo proposto por (Booth e Krupa, 2001) para designar a entidade emergente das desordens ocasionadas pelo estilo de vida sedentário que, em última análise, está associada a doenças crônicas e resulta em uma mortalidade aumentada (Booth; Chakravarthy, 2002).

Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (BRASIL, 2012), pressupõe que seja promovida a saúde por meio de ambientes e processos de trabalho saudáveis. Ainda, traz como finalidade a:

[...] atenção integral à saúde do trabalhador com ênfase na vigilância, visando à promoção e à proteção da saúde dos trabalhadores, e à redução da morbimortalidade decorrente dos modelos de desenvolvimento e dos processos produtivos (BRASIL, 2012, p. 1).

Ressalta-se ainda, que, a qualidade de vida dos trabalhadores está assegurada na Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador (BRASIL, 2011). O fortalecimento e a articulação das ações de vigilância em saúde, a identificação dos fatores de risco ambiental e a realização de intervenções nos ambientes, nos processos de trabalho e no entorno de onde se pratica a atividade laboral são pressupostos para se alcançar a qualidade de vida dos trabalhadores e da população em geral.

No contexto educacional, a prevalência do sedentarismo entre os docentes pode suscitar reflexões sobre a influência desse estilo de vida na qualidade do ensino e no ambiente escolar. Estudos indicam que a prática regular de atividade física não apenas contribui para a melhoria da saúde física e mental, mas também pode ter efeitos positivos na cognição, no foco e na produtividade.

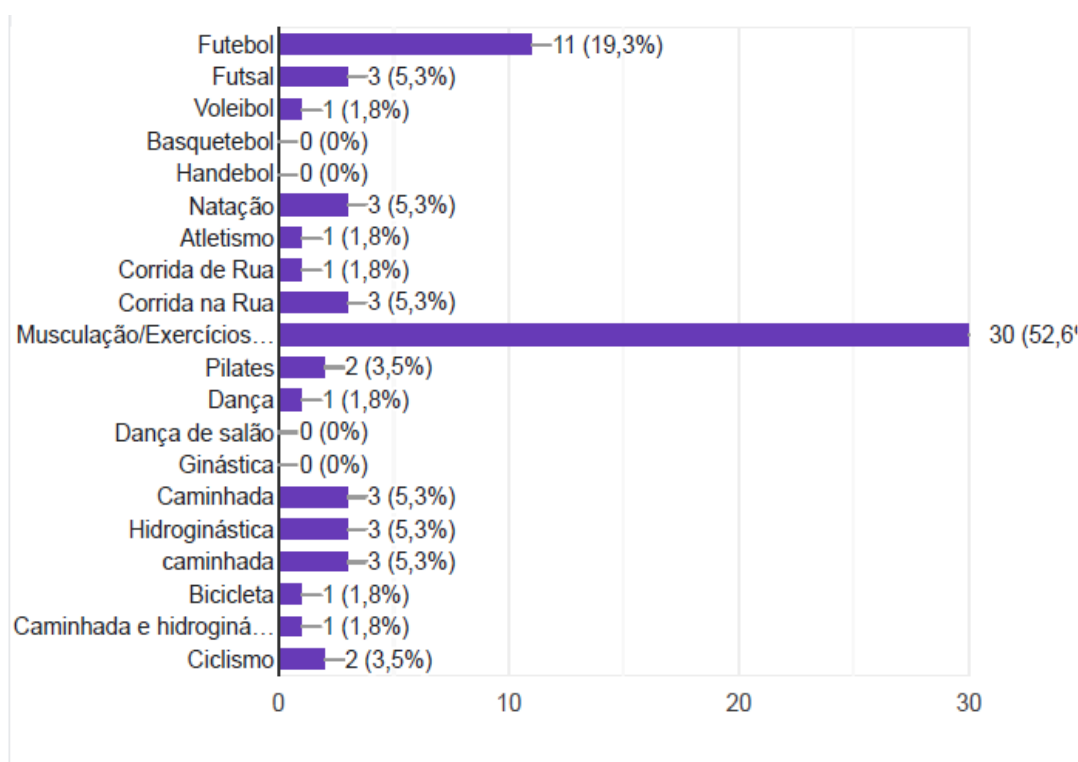
No entanto, ao examinar a prática de atividades físicas, num recorte apenas dos docentes de Educação Física, constatamos que 83,7% afirmaram participar regularmente de algum tipo de exercício físico ou esporte, enquanto 16,3% declararam não o fazer.

Uma abordagem sobre esse profissional demanda, previamente, uma revisita, ainda que parcial, às diferentes formulações teóricas e às conceituações advindas de estudos na área educacional. Conforme Giovanni (2005), o professor é aquele que deve, acima de tudo, assumir um compromisso social com o ensino, com a aprendizagem dos conhecimentos e dos valores básicos que se fazem necessários a todos os cidadãos.

Para Nunes (2001), em sua trajetória profissional, esse ator constrói e reconstrói os seus conhecimentos de acordo com a necessidade de utilização destes, as suas experiências e todos os seus percursos formativos e profissionais. Em outras palavras, significa dizer que se trata de um ser que é constituinte e constituído pelo meio social em que vive, numa íntima e contínua relação mediatizada pelas interações sociais, culturais e de saberes construídos historicamente (Silva, 2005).

Para Galvão (2002), o trato com o conhecimento, cabe ao professor a responsabilidade de conectar a ambiência interna - a escola - com a externa - a sociedade -, tornando os conteúdos trabalhados na escola elementos significativos na e para a formação do aluno enquanto cidadão que influencia e é influenciado pela realidade concreta na vida em sociedade.

Gráfico 9. Se respondeu sim na questão anterior favor informar qual(is).?



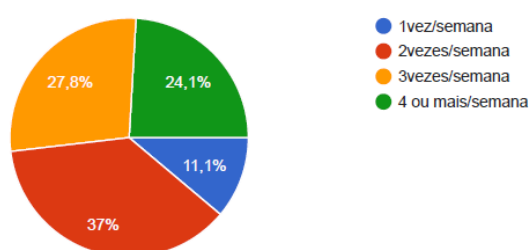
Fonte: Coleta de dados, 2023.

Ao retomar a análise global dos dados dos docentes e considerar aqueles que afirmaram praticar exercícios físicos, destacamos que, dentre as modalidades esportivas ou atividades físicas preferidas mencionadas, a musculação sobressaiu-se como a mais predominante, apresentando uma taxa de adesão de 52,6%. Outras práticas mencionadas abrangeram futebol (19,3%), Futsal, natação, caminhada (5,3%), e Pilates (3,5%). Segundo Silva, Pires e Santos(2021 apud Dunning e Elias,1992), as práticas esportivas podem proporcionar vivências de emoções agradáveis, que possuem determinado risco, porém, controlado por meio da liberdade de escolha de diversas atividades.

O tema da promoção da saúde na sociedade, as observações encontradas comprovaram a existência de uma parcela da população que têm interesse em aderir aos esportes de participação não apenas como forma de divertimento ou alívio de estresse, mas sim como forma de realizar a manutenção da própria saúde (Silva, Pires e Santos, 2021).

No que se refere à frequência semanal das práticas, as respostas variaram: 11,1% indicaram realizar atividades físicas uma vez por semana, outros 37,0% optaram por duas vezes por semana, 27,8% dedicaram-se à prática três vezes por semana, enquanto 24,1% mantiveram uma frequência de quatro vezes ou mais por semana.

Gráfico 10. Em relação a questão anterior, com que frequência e tempo semanal (minutos ou horas)?

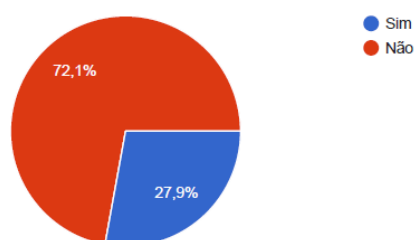


Fonte: Coleta de dados, 2023.

Esses resultados sugerem uma participação ativa e diversificada por parte dos docentes em atividades físicas, destacando a musculação como a preferida, e revelam uma distribuição variada no que diz respeito à frequência semanal de tais práticas. Estas informações podem fornecer insights valiosos para o desenvolvimento de estratégias e políticas que promovam a saúde e o bem-estar desses profissionais, bem como orientar a elaboração de programas de promoção da atividade física no contexto educacional.

No uso de medicação, 27,9% responderam que tomam com frequência e 72,1% responderam que não tomam.

Gráfico 11. Você toma algum tipo de medicamento regularmente?



Fonte: Coleta de dados, 2023.

Dentre os remédios citados:

“Anticoncepcional – trimestral.”

“Estava fazendo reposição de testosterona. Agora estou refazendo os testes para decisão médica de continuar ou não.”

“Para refluxo (motilium) antes das refeições.”

“Para dores musculares, articulares e pressão alta.”

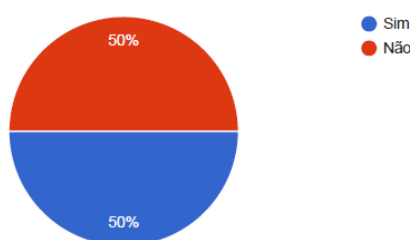
“Venlift OD 150mg, Venlift 75mg, Donaren retard 150mg”

“Diários: UC e micardis 40/12,5”

“Anti depressivo e para fibromialgia”

Em relação a realização de Check-up médico anualmente visando avaliar seu estado de saúde: 50% costumam realizar os exames e 50% não costumam realizar exames de rotina.

Gráfico 12. Você costuma realizar Check-up médico anualmente visando avaliar seu estado de saúde?

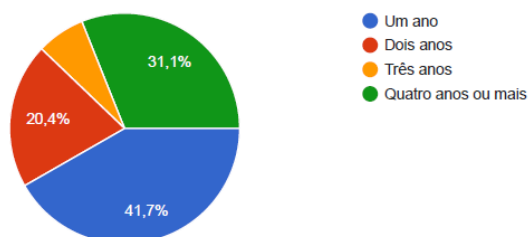


Fonte: Coleta de dados, 2023.

Quanto à regularidade com que os participantes realizam o check-up médico de forma contínua, foram obtidas cento e três respostas distribuídas da seguinte maneira: 41,7% realizam o procedimento anualmente; 20,4% optam por fazê-lo a cada dois anos; 6,8% adotam uma frequência de três anos; e 31,1% mantêm a prática por quatro anos ou mais.

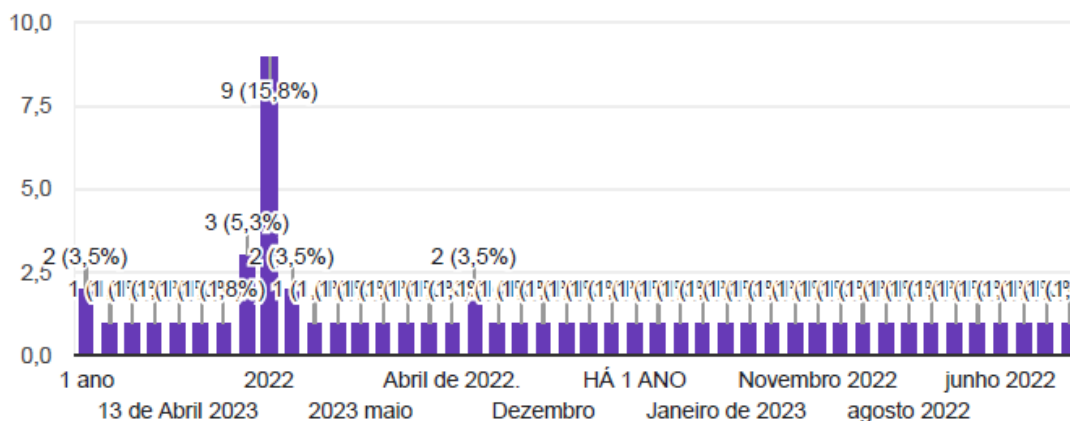
As séries históricas mostram que homens e mulheres tendem a buscar atendimento médico para tratamento da própria saúde de forma bastante diferenciada. As mulheres, mais que os homens, declararam ter consultado médico no último ano, porém essa diferença se reduziu ao longo da série. Em 2019, a diferença era de 12,7 pontos percentuais (p.p.) a favor das mulheres (84,3% contra 71,6%); em 2013 de 15,4 p.p. e em 2008, 19,3 p.p. (Cobo, Cruz e Dick, 2021 apud Pesquisa Nacional de Saúde/IBGE – Brasil, 2013/2019).

Gráfico 13. A quantos anos você realiza Check-up médico anual de forma ininterrupta aos logo dos últimos anos?



Fonte: Coleta de dados, 2023.

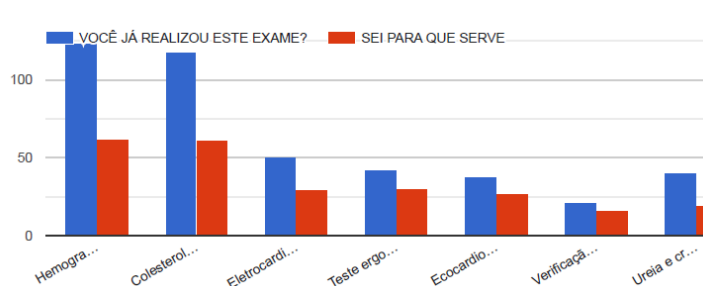
Gráfico 14. Se sim quando fez check-up pela última vez?



Fonte: Coleta de dados, 2023.

Em relação aos seguintes exames: hemograma; colesterol e glicemia; eletrocardiograma; teste ergométrico; ecocardiograma; verificação de sódio, potássio, cálcio ionizado, magnésio e fósforo; ureia e creatinina; urina tipo 1; ácido úrico; colesterol total e frações; glicemia; tricérides; Proteína C Reativa (PCR); raio x de tórax; homocisteína; teste ergométrico; endoscopia; colonoscopia; exame da próstata; exame de fezes, TSH; Papanicolau; mamografia; densitometria óssea e ultrassom de abdômen, pelo menos 20 dos participantes já realizaram cada um desses exames, porém, a quantidade de quem conhece para que serve verificar sempre é menor. Ou seja, apesar de fazer o exame, os docentes não sabem para que serve cada um deles.

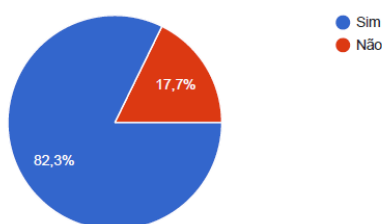
Gráfico 15. Veja o quadro de exames a seguir e marque os que já realizou e os que sabe para que serve:



Fonte: Coleta de dados, 2023.

Em relação a carteira de vacinação: 82,3% estão em dia com o quadro vacinal; e 17,7% não está com a carteira atualizada.

Gráfico 16. Você está com sua carteira de vacinação em dia?



Fonte: Coleta de dados, 2023.

A justificativa para o último é falta de acesso para a vacinação e indisponibilidade de tempo para ir ao posto de saúde. As vacinas que constam na carteira de vacinação dos docentes, em sua maioria são a da influenza (gripe); depois as de febre amarela; dupla adulto dt; hepatite B; tríplice viral. Segue abaixo as principais vacinas informadas pelos docentes:

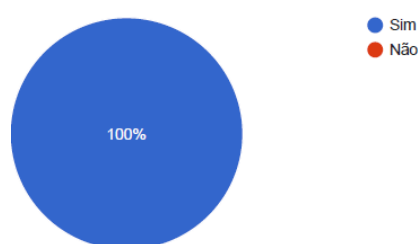
Gráfico 17. Veja o quadro de exames a seguir e marque os que já realizou e os que sabe para que serve:



Fonte: Coleta de dados, 2023.

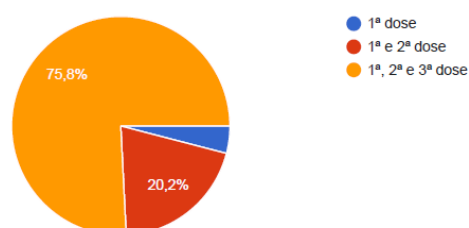
A investigação aborda a população docente que recebeu a vacina contra a COVID-19, destacando que todos os participantes (100%) receberam a vacina. No detalhamento, observa-se que 4,0% optaram por receber apenas a primeira dose, 20,2% completaram o ciclo de vacinação com a primeira e segunda doses, enquanto significativos 75,8% foram além, recebendo a primeira, segunda e terceira doses do imunizante.

Gráfico 18. Você tomou vacina contra COVID19?



Fonte: Coleta de dados, 2023.

Gráfico 19. Se sim, quais doses?



Fonte: Coleta de dados, 2023.

A importância de manter os exames e as vacinas em dia para os professores que atuam na EJA são diversas, primeiramente é o exemplo para os alunos, os professores desempenham um papel de modelo para seus alunos, ao cuidar da própria saúde, demonstram a importância da prevenção de doenças, principalmente devido a interação física que é inerente a disciplina ministrada. Além disso, ao manter a saúde em dia, minimiza interrupções das aulas, e garante o processo de ensino e aprendizagem.

Portanto, estar com os exames médicos em dia e manter as vacinas atualizadas, especialmente a da COVID-19, não apenas é fundamental para a saúde dos professores que atuam na EJA, mas também desempenha um papel significativo na promoção da saúde e segurança de toda a comunidade escolar.

A amostra dos estudantes contou com 605 participantes, para caracterizar a amostra, foi levado em consideração aspectos relacionados a formação do participante além do gênero da amostra. O mesmo ocorreu com essa população na estrutura do questionário, nas questões específicas foram elaboradas de múltipla escolha podendo também o participante marcar mais de uma alternativa, e ao final do questionário uma questão aberta para possíveis sugestões.

As respostas dos estudantes foram as seguintes, de acordo com a tabela 8.

Tabela 8. Dados gerais de caracterização da amostra dos alunos

Variável	Parâmetros	n	%
1. Sexo biológico	Feminino	318	53,1
	Masculino	277	46,2
	Prefiro não dizer	4	0,7
2. Instituição que estuda como aluno da EJA	SESI/PA	161	26,9
	SEDUC/PA	437	73,1
3. Em que fase está cursando a EJA?	EJA Fundamental - Anos Iniciais	9	1,5
	EJA Fundamental - Anos Finais	94	16,0
	EJA Profissionalizante - Ensino Médio	41	7,0
	EJA - Ensino Médio	444	75,5
4. Há quanto tempo você está estudando na EJA	até um ano	404	69,3
	até dois anos	106	18,2
	até três anos	43	7,4
	até quatro anos	4	0,7
	mais de quatro anos	26	4,5

Fonte: Coleta de dados, 2023.

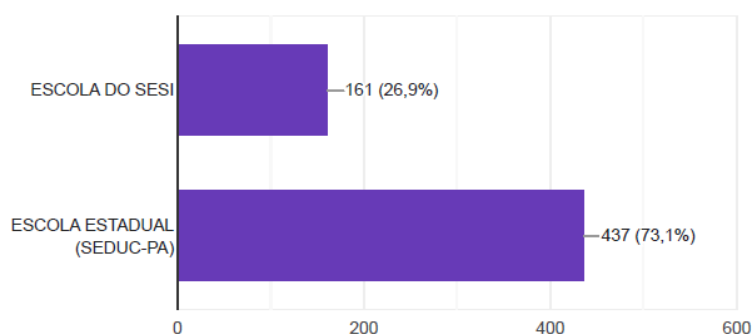
Conforme as respostas obtidas, a média de idade dos estudantes é de $\pm 23,1$ anos, com um percentual de 6,9% que optaram por não divulgar sua idade. Quanto à distribuição de gênero, observa-se que 46,2% dos estudantes são do gênero masculino, enquanto 53,1% são do gênero feminino. Esses dados fornecem uma visão demográfica abrangente dos estudantes, destacando características significativas sobre a faixa etária e a representação de gênero na instituição.

Tabela 9. Gênero

Gênero	Nº	%
Masculino	279	46,2
Feminino	321	53,1
Prefiro não dizer	5	6,9

Fonte: Coleta de dados, 2023.

Na análise da amostra, os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a instituição estão distribuídos entre o SESI/PA, representando 26,9%, e a SEDUC/PA, que abrange a maioria significativa, com 73,1%. É relevante destacar que a predominância dos estudantes está vinculada à esfera da educação pública, representada pela SEDUC/PA. Os alunos do SESI/PA, por sua vez, compõem uma parcela importante do corpo discente desta instituição privada. Abaixo segue o gráfico da análise.

Gráfico 20. Instituição que estuda como aluno da EJA

Fonte: Coleta de dados, 2023.

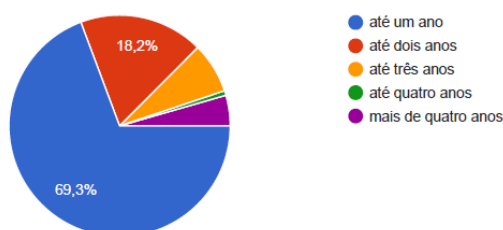
Tabela 10. Em que fase está cursando a EJA?

Modalidade / Nível de Ensino	Nº	%
<i>EJA Fundamental – Anos Iniciais</i>	9	1,5
<i>EJA Fundamental – Anos Finais</i>	94	16
<i>EJA Profissionalizante – Ensino Médio</i>	41	7
<i>EJA - Ensino Médio</i>	444	75,5

Fonte: Coleta de dados, 2023.

No que se refere à etapa de conclusão do Ensino de Jovens e Adultos (EJA), observa-se que 1,5% dos estudantes estão nos anos iniciais do ensino fundamental, enquanto 16% estão nos anos finais desse nível de ensino. Além disso, 7% dos estudantes estão matriculados em cursos profissionalizantes no ensino médio, destacando-se como uma opção educacional específica. A maioria expressiva, representando 75,5% dos alunos da EJA, está dedicada ao ensino médio regular, indicando uma preferência marcante por essa modalidade de ensino entre os participantes. Esse dado ressalta a relevância do ensino médio regular na trajetória educacional dos estudantes envolvidos na Educação de Jovens e Adultos.

Gráfico 21. Há quanto tempo você está estudando na EJA



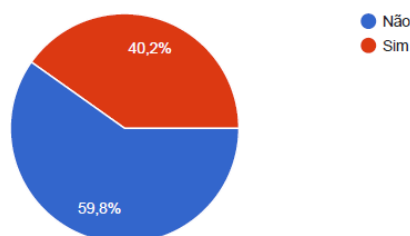
Fonte: Coleta de dados, 2023.

No que diz respeito à duração do período de estudo na EJA, a distribuição consiste: até um ano (69,3%), até dois anos (18,3%), até três anos (7,4%), até quatro anos (0,7%) e mais de quatro anos (4,5%). Esses dados oferecem um panorama abrangente da composição e progressão dos estudantes, revelando informações valiosas sobre a diversidade de perfis educacionais na instituição. A EJA profissionalizante combina a modalidade de ensino fundamental e médio com uma formação profissional em uma área específica. Geralmente, esse modelo de ensino possui flexibilidade de horários, permitindo que os estudantes conciliem seus estudos com outras responsabilidades, como o trabalho e a família.

Ao indagar os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) sobre a atual ocupação profissional, constatou-se que 59,8% afirmam não possuir uma profissão definida, enquanto 40,2% estão envolvidos em alguma atividade profissional. Dentre estes, muitos atuam como trabalhadores informais ou autônomos. É importante notar que, em alguns casos, a ausência de uma profissão formal está associada à baixa escolaridade, evidenciando a interconexão entre níveis educacionais e participação

no mercado de trabalho informal. Essa dinâmica pode acarretar desafios adicionais, como menor estabilidade financeira e acesso limitado a benefícios trabalhistas.

Gráfico 22. No momento você exerce alguma profissão, atividade profissional?



Fonte: Coleta de dados, 2023.

Tabela 11 - Questões específicas sobre os conhecimentos dos alunos sobre saúde e sua importância na modalidade EJA

Variável	Parâmetros	n	%
1 – No momento você exerce alguma profissão, atividade profissional?	Sim	238	40,2
	Não	354	59,8
2 – Qual profissão?	Autônomo, Atendente Babá, Cabeleireira Assistente administrativo	-	-
3- Para você está claro o que é educação em saúde?	Sim	444	74,2
	Não	27	4,5
	Em parte	127	21,2
4- Para você está claro o que é saúde coletiva?	Sim	437	73,1
	Não	45	7,5
	Em parte	116	19,4
5- Para você está claro o que é saúde pública?	Sim	494	82,9
	Não	24	4,0
	Em parte	78	13,1
6- Para você está claro o que é educação em saúde, saúde coletiva e saúde pública como conteúdo na disciplina educação física na EJA?	Sim	423	71,3
	Não	35	5,9
	Em parte	135	22,8

Fonte: Coleta de dados, 2023.

Quando tratamos de questões específicas, podemos levar em conta questões sobre o exercício de alguma atividade profissional, questões sobre saúde pública e coletiva, relações com medicamentos e exames e prática de exercício físico. Exposto nas tabelas a seguir:

Tivemos como maioria dos alunos da EJA atuando de forma autônoma, segundo Silva e Santos (2019), muitos alunos optam por profissões autônomas para garantir flexibilidade em seus horários de trabalho. Alguns alunos da EJA veem a educação como uma oportunidade de adquirir habilidades e conhecimentos para iniciar seus próprios negócios. Conforme observado por Oliveira e Almeida (2020), "a EJA pode ser um trampolim para o empreendedorismo, pois os alunos adquirem conhecimentos práticos que podem ser aplicados em seu próprio empreendimento."

Ao mencionar quais as 3 opções de profissões que pretendiam exercer após concluir a EJA, obtivemos as seguintes respostas: *"Enfermagem; medicina; designer, arte e psicologia; bombeiro; psicologia; militar, soldado e policial; Direito; administração; Marinheiro; professora; gastronomia; Administração; veterinário; professor de educação física; dentista; segurança do trabalho; músico, dublador, técnico de informática; empreendedorismo, marketing digital; motorista de ônibus escolar e caminhoneiro; Psicologia, PRF e moda; optometrista, atendente de óptica; Confeitaria, computação e fisioterapia; cuidadora de idoso; designer de sobancelha; Informática Mecânica Robótica; técnico em segurança do trabalho, direito, professor; jogador de futebol, marinheiro e pintor."*

Os gráficos apresentados abaixo evidenciam que os alunos têm uma compreensão sólida sobre as ações relacionadas à educação em saúde, saúde coletiva e saúde pública, bem como a aplicação desses conteúdos específicos no contexto da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Além disso, os dados sugerem uma apreciação efetiva da interseção entre as áreas de saúde e educação física, indicando uma conscientização substancial dos alunos sobre a importância da abordagem integrada desses temas. Essa compreensão aprofundada pode contribuir positivamente para a formação de cidadãos mais conscientes e saudáveis.

Gráfico 23. Para você está claro o que é educação em saúde?

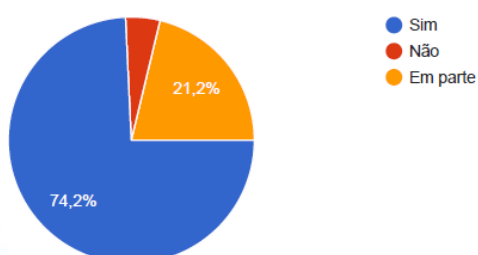


Gráfico 24. Para você está claro o que é saúde coletiva?

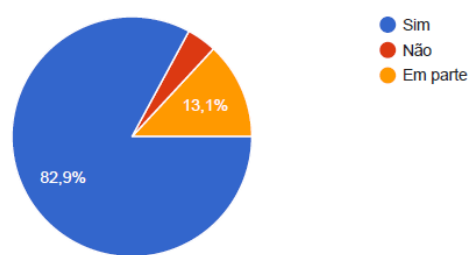


Gráfico 25. Para você está claro o que é saúde pública?

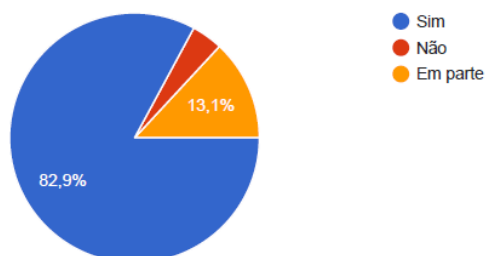
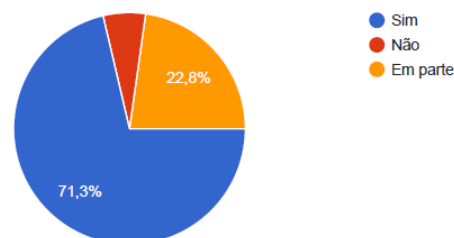


Gráfico 26. Para você está claro o que é educação em saúde, saúde coletiva e saúde pública como conteúdo na disciplina educação física na EJA?



Fonte: Coleta de dados, 2023.

Na sétima questão, foi sugerido que os participantes abordassem sugestões ou recomendações para melhorar as possibilidades de intervenção para a melhoria de qualidade de vida de docentes e discentes do EJA, por meio do conteúdo educação em saúde na disciplina educação física na EJA. Dentre as respostas, tivemos o seguinte:

“Aulas criativas”

“Aulas práticas.”

“Trabalhos de pesquisa e aula teórica”.

“Incentivar os alunos a fazerem e praticar mais esporte”

“Aulas de saúde coletiva”

“Sugestões e que falta mais atenção para os alunos que estão focado nos estudos”

“Eu acho que a saúde mental deve estar em primeiro lugar, muitos alunos assim como eu possuem depressão ou dificuldade em aprendizado, como pude observar nesses dias de aula durante a convivência na sala de aula. E, mesmo que a professora X seja muito paciente com a gente, acho que as provas deveriam ser escritas e em sala de aula para melhorar a nossa escrita, até que tenhamos melhores habilidades no computador.”

“Há muito esportes para combater o sedentarismo.”

Como visto anteriormente, e foi reiterado pelos alunos, as aulas de educação física, além das práticas, devem focar também na inclusão social, conforme ressaltado por Batista e Lellis (2018), "atividades de Educação Física criativas e inclusivas são essenciais para garantir que todos os alunos da EJA se sintam parte da comunidade

escolar e tenham oportunidades iguais de participar.” Esses aspectos auxiliam no desenvolvimento de habilidades, motivação e desenvolvimento pessoal do alunado.

Na oitava questão foi pedido que os alunos informassem quais são suas principais necessidades e ou dificuldades metodológicas para participar e compreender as aulas de educação física no Ensino de Jovens e Adultos, e entre as respostas, tivemos:

“Minha dificuldade e que algumas atividades não entendo muito”

“Tem algumas coisas que não sei tipo jogar queimada vôlei, mas gostaria de aprender praticando”

“As regras.”

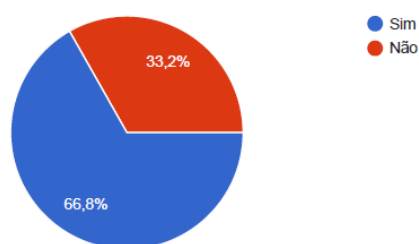
“Cansaço.”

“Trabalho.”

A realidade de alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), muitas vezes, envolve desafios adicionais, como o cansaço devido a compromissos profissionais e familiares, como a responsabilidade com os filhos. Esses desafios podem afetar o aprendizado, incluindo as aulas de Educação Física, que podem demandar esforço físico adicional. Segundo Santos e Souza (2018), "Alunos da EJA frequentemente enfrentam desafios como o cansaço resultante de longas jornadas de trabalho e a responsabilidade de cuidar de seus filhos. Esses fatores podem afetar sua disposição e energia para participar ativamente das aulas de Educação Física."

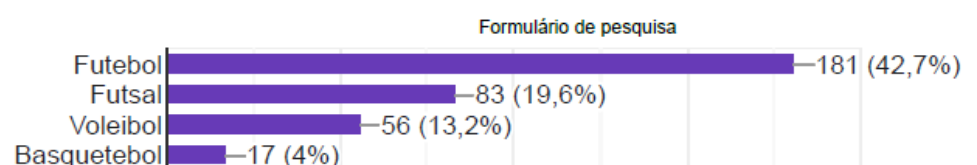
Quando questionados sobre a prática de exercícios físicos ou esportes, 66,8% (396 alunos) afirmaram que sim, enquanto 33,2% (197 alunos) responderam negativamente. Entre as atividades mencionadas, o futebol liderou com 42,7%, seguido do futsal (19,6%), voleibol (13,2%), Basquetebol (4,0%) e dança (15,6%). A Federação Internacional de Medicina do Esporte recomenda que todos os indivíduos se engajem em um programa regular de exercícios aeróbicos, com três a cinco sessões semanais, cada uma das quais com duração de 30 a 60 minutos. O exercício aeróbico pode consistir em atividades como caminhada, corrida, natação, ciclismo, remo, patinação ou esqui cross-country. Também podem ser praticados esportes de raquete e esportes coletivos, desde que se controle a intensidade e sejam evitadas atividades mais intensas. A intensidade do exercício deve ser a suficiente para manter a frequência cardíaca entre 50 e 80% da frequência cardíaca máxima (LAZZOLI, 1997 apud American College of Sports Medicine, 1989).

Gráfico 27. Você pratica algum tipo de exercício físico ou esporte regularmente de forma semanal?



Fonte: Coleta de dados, 2023.

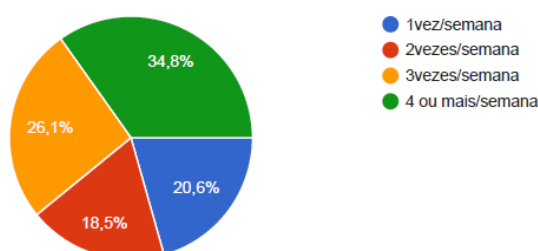
Gráfico 28. Se respondeu sim na questão anterior favor informar qual(is).



Fonte: Coleta de dados, 2023.

Em relação à frequência semanal dessas atividades, as respostas foram distribuídas da seguinte forma: 20,6% praticam uma vez por semana, 18,5% praticam duas vezes por semana, 26,1% praticam três vezes por semana, e 34,8% praticam quatro vezes ou mais por semana, conforme demonstrado nos gráficos abaixo. Esses dados fornecem uma visão abrangente dos hábitos de exercício físico dos alunos, destacando as preferências de atividades e a frequência de prática semanal. Para Silva, Pires e Pereira, 2021 apud Xavier e Arana, 2018, possível afirmar que a exploração de práticas esportivas pode proporcionar, além dos benefícios ligados a saúde e melhora na qualidade de vida, a minimização de contrastes sociais e econômicos, por meio da inclusão social

Gráfico 29. Em relação a questão anterior, com que frequência e tempo semanal (minutos ou horas)?



Fonte: Coleta de dados, 2023.

Uso de medicação, 15,9% (94) responderam que tomam com frequência e 84,1% (496) responderam que não tomam. Dentre os remédios citados:

“Anticoncepcional – trimestral.”

“Antialérgico.”

“Pressão.”

“Antidepressivo.”

“Trembolona, durateston, deca-durabolin, deposteron e etc...”

“Losartana”

“dienogeste e tãmisa 15”

Quanto à prática de realizar check-up médico anualmente para avaliação do estado de saúde, constatou-se que 57,5% (340 participantes) costumam realizar os exames, enquanto 42,5% (251 participantes) não têm esse hábito regular. No que diz respeito à continuidade dessa prática, verificou-se que 51,6% dos participantes realizam o check-up médico de forma ininterrupta há um ano, 13,3% há dois anos, 8,5% há três anos, e 26,6% mantêm essa rotina por quatro anos ou mais. Esses dados oferecem uma perspectiva abrangente sobre os cuidados de saúde preventivos adotados pelos participantes, evidenciando a variedade de práticas relacionadas à avaliação periódica do estado de saúde. Vejamos os gráficos abaixo:

Gráfico 30. Você costuma realizar consultas e exames médicos anualmente visando avaliar seu estado de saúde?

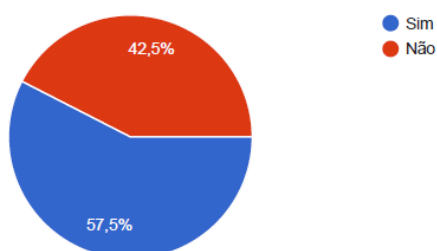
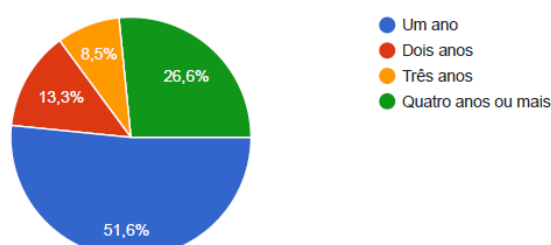


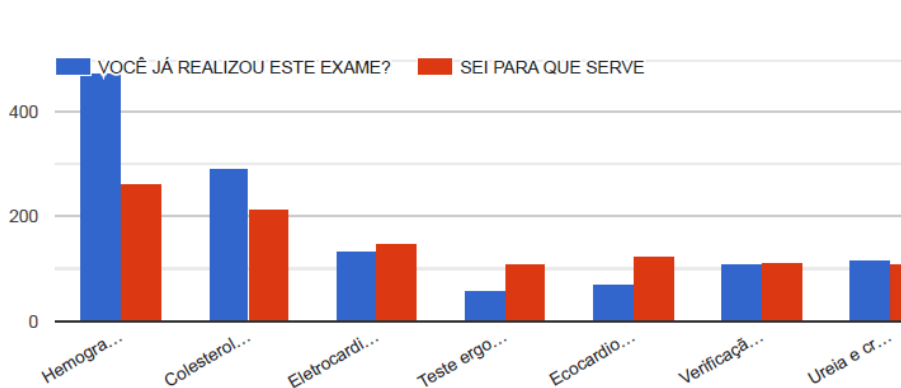
Gráfico 31. A quantos anos você realiza consultas e exames médicos anual de forma ininterrupta aos logo dos últimos anos?



Fonte: Coleta de dados, 2023.

No que concerne aos exames realizados, como hemograma, colesterol e glicemia, eletrocardiograma, teste ergométrico, ecocardiograma, verificação de sódio, potássio, cálcio ionizado, magnésio e fósforo, ureia e creatinina, urina tipo 1, ácido úrico, colesterol total e frações, triglicerídeos, Proteína C Reativa (PCR), raio X de tórax, homocisteína, endoscopia, colonoscopia, exame da próstata, exame de fezes, TSH, Papanicolau, mamografia, densitometria óssea e ultrassom de abdômen, constatou-se que pelo menos 20 dos participantes já realizaram cada um desses exames. No entanto, a quantidade daqueles que conhecem a finalidade de cada exame é menor, exceto para eletrocardiograma, teste ergométrico, ecocardiograma, TGO, ácido úrico, glicemia, endoscopia, colonoscopia, próstata, TSH, Papanicolau, mamografia e densitometria óssea.

Gráfico 32. Você já realizou este exame? Sei para que serve?

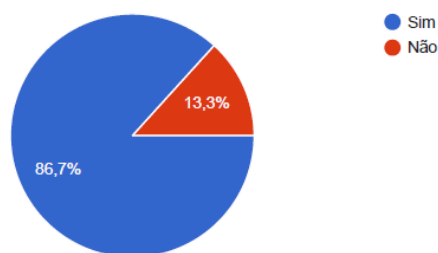


Fonte: Coleta de dados, 2023.

Esses resultados sugerem que, embora os discentes tenham realizado os exames, a compreensão sobre a finalidade de cada um é limitada, com exceção dos exames específicos mencionados. Esse aspecto ressalta a importância de promover a conscientização e a educação sobre a relevância de cada exame médico para a saúde, garantindo uma abordagem mais informada e participativa por parte dos profissionais da educação.

No que diz respeito à carteira de vacinação, constatou-se que 86,7% (496 participantes) estão em dia com seu quadro vacinal, enquanto 13,3% (76 participantes) não têm a carteira atualizada. A justificativa para essa última situação inclui a falta de acesso às vacinas nos postos de saúde e a indisponibilidade de tempo para comparecer aos locais de imunização.

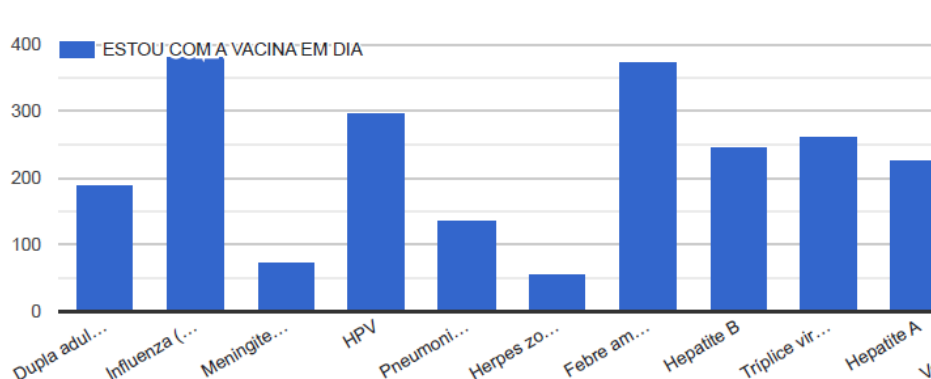
Gráfico 33. Você está com sua carteira de vacinação em dia?



Fonte: Coleta de dados, 2023.

No contexto das vacinas registradas nas carteiras dos alunos, destaca-se a presença predominante da vacina da influenza (gripe), com 381 registros, seguida pelas vacinas de febre amarela (372), HPV (297), tríplice viral (262) e hepatite B (247).

Gráfico 34. Quais são as vacinas que constam na sua carteira de vacinação?



Fonte: Coleta de dados, 2023.

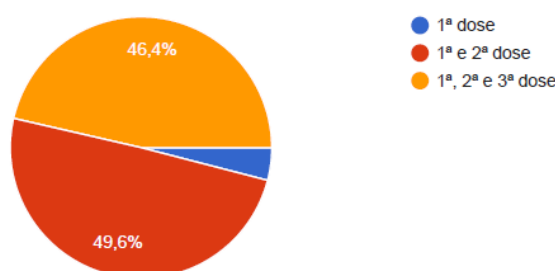
É relevante salientar que uma significativa parcela de 96,2% dos participantes recebeu a vacina contra a COVID-19, refletindo uma adesão notável às medidas de imunização. Contudo, é importante mencionar que 3,8% não optaram por receber a vacina. Este dado pode estar associado a desafios específicos, como a influência de discursos contrários à vacinação e atitudes de negacionismo, fatores que podem impactar nas decisões individuais em relação à proteção contra a COVID-19. Essa dinâmica destaca a importância de abordar e combater informações falsas e promover a conscientização sobre a segurança e eficácia das vacinas, visando a proteção coletiva e o enfrentamento da pandemia.

Tabela 12. Você tomou vacina contra COVID-19?

Vacina	Nº	%
<i>Sim</i>	561	96,2
<i>Não</i>	23	3,8

Fonte: Coleta de dados, 2023.

Em relação às doses da vacina contra a COVID-19, constatou-se que 4% (23 participantes) receberam apenas a primeira dose, enquanto expressivos 49,6% (283 participantes) completaram o esquema com a primeira e segunda doses. Adicionalmente, 46,4% (265 participantes) receberam a primeira, segunda e terceira doses, evidenciando uma adesão substancial às orientações de imunização contra a COVID-19. Esses dados oferecem uma visão ampla e detalhada da cobertura vacinal dos participantes, ressaltando não apenas a imunização tradicional, mas também a resposta robusta à pandemia de COVID-19.

Gráfico 35. Se sim, quais doses?

Fonte: Coleta de dados, 2023.

A importância de os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) estarem com os exames médicos e a vacinação em dia está relacionada à promoção da saúde e ao bem-estar desses estudantes, contribuindo para um ambiente de aprendizado mais seguro e saudável. No contexto da EJA, que inclui pessoas de diversas faixas etárias, essa preocupação é particularmente relevante. Infecções evitáveis por meio de vacinas e condições médicas não diagnosticadas podem afetar a participação e o progresso acadêmico dos alunos. Embora não tenha uma referência específica para citar, essa é uma consideração geralmente aceita na área da educação, saúde e bem-estar.

A realização regular de exames médicos também é fundamental, uma vez que ajuda a identificar e tratar precocemente condições de saúde que podem interferir na capacidade de aprendizado dos alunos. Ter um acompanhamento médico adequado contribui para a prevenção e tratamento de doenças, permitindo que os alunos estejam mais saudáveis e aptos a participar ativamente das atividades escolares.

6. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Como visto, a promoção da saúde e a prevenção de doenças entre os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) são aspectos cruciais para o bem-estar desses estudantes e a qualidade do ensino. Como abordado anteriormente, a Educação Física desempenha um papel fundamental nesse contexto, fornecendo uma plataforma para conscientização sobre a importância do estilo de vida ativo. A prática regular de atividade física, aliada à vacinação e exames de rotina, contribui para a melhoria da saúde e a redução do risco de doenças crônicas. Dessa forma, investir na Educação Física na EJA é uma estratégia eficaz para o fortalecimento da saúde da população. Visto que a atividade física como objeto de estudo, precisa ser levada em consideração como um mecanismo de prevenção em saúde, pois estudos mostram que a falta de atividade física também está diretamente associada aos altos índices de sobrepeso em docentes, sendo acentuada por hábitos alimentares inadequados, uso de bebida alcoólica e alto nível de estresse (CAVEDON, 2014).

A consulta médica tem sido tema de estudo de vários autores, com diferentes abordagens, sejam aspectos financeiros, de demanda ou utilização (COSTA E FACCHINI, 1997). O presente estudo, diferentemente de outros fornece dados de base populacional quanto à demanda de exames complementares em consultas médicas, possibilita identificar fatores ligados aos usuários dos serviços, que nesse caso, são os discentes e docentes da EJA, os quais convivem, com saúde e prevenção.

Pensando que a imunização adequada dos estudantes e profissionais da educação é reconhecida como a melhor forma de proteção contra o risco infeccioso, a vacinação desse grupo e suas crenças também precisam ser avaliadas no contexto da recusa vacinal. Conhecer as possíveis falhas nos conceitos dessa população será

útil no que se refere a novos conteúdos a serem introduzidos na programação de ensino de imunizações e prevenção de doenças infecciosas.

Nesse sentido, o suporte de políticas públicas educacionais desempenha um papel crucial. O governo e as instituições de ensino devem investir em infraestrutura e capacitação de professores, garantindo que a Educação Física seja acessível e eficaz para os alunos da EJA. Além disso, é necessário promover campanhas de conscientização sobre a importância da vacinação e dos exames de rotina, incentivando a adesão de professores e alunos.

Não obstante, faz-se necessário a formação de um indivíduo que reconheça a necessidade dessas práticas para a sua vida, (consultas, atividades física e vacinação) por meio de palestras, oficinas, discussões e até componentes curriculares, durante a graduação, que tratem desse tema, afinal este é um assunto atual e de grande relevância social, uma vez que os problemas decorrentes do sedentarismo atingem a todos diretamente ou indiretamente, independente de classe social ou idade. As ações supracitadas poderiam contribuir para fomentar mudanças saudáveis nos hábitos dos estudantes e professores, porém, faz-se necessário a verificação da eficiência e viabilidade destas estratégias por estudos de intervenção no ambiente universitário.

Com base nas descobertas discutidas anteriormente, podemos recomendar estudos futuros para elaborar estratégias que tornem o ensino de Educação Física para o público de Jovens e Adultos mais cativante e capaz de preencher as lacunas específicas desse grupo. É crucial desenvolver um método de ensino que seja não apenas atrativo, mas também eficaz, visando a melhoria da condição física dos estudantes por meio de uma abordagem sistemática da Educação Física escolar, com foco em saúde e qualidade de vida. A descrição e registro das aulas desempenham um papel fundamental nesse processo, pois possibilitam o acompanhamento do progresso dos alunos e a identificação de áreas que necessitam de maior atenção. Assim, a recomendação de construir um método de ensino que seja tanto envolvente quanto eficiente é essencial para garantir o sucesso do aprendizado e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Em resumo, a promoção da saúde e prevenção de doenças na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é vital para o bem-estar dos alunos e a qualidade do ensino. A Educação Física desempenha um papel crucial nesse aspecto, incentivando um

estilo de vida ativo e saudável, o que contribui para a melhoria da saúde e a redução do risco de doenças crônicas. Além disso, é importante considerar a vacinação e os exames de rotina como medidas preventivas essenciais. O suporte de políticas públicas educacionais é fundamental para garantir o acesso à Educação Física e promover campanhas de conscientização sobre a importância da vacinação e dos exames de rotina. Também é necessário incentivar a formação de indivíduos conscientes da importância dessas práticas por meio de programas educacionais e intervenções no ambiente universitário. Recomenda-se futuros estudos para desenvolver estratégias de ensino mais eficazes e envolventes para a Educação Física na EJA, visando o desenvolvimento integral dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fabiana Cezário de. **Os livros didáticos de matemática para o ensino fundamental e os Temas Contemporâneos Transversais: realidade ou utopia?** Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2007.

ALVES, J. D.; MACIEL, M.G. A percepção dos alunos idosos da educação de jovens e adultos sobre a importância da educação física para a promoção da saúde. **R. Min. Educ. Fís.**, Viçosa, Edição Especial, n.1, p.390-397, 2012.

AMARAL, Lucas Vieira do. **Textos didáticos na prática pedagógica do professor de Educação Física da rede estadual de ensino de Pernambuco: possibilidades, limites e contribuições.** 2014. 163f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade de Pernambuco, Escola Superior de Educação Física, Recife, 2014.

AMERICAN College of Sports Medicine (ACSM). (2020). ACSM's Guidelines for Exercise Testing and Prescription. Wolters Kluwer.

ARROYO, M. **Construção coletiva: contribuição à educação de jovens e adultos.** Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2015.

ARROYO, Miguel González. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia G. C.; Nilma Lino (org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos.** Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

ARROYO, Miguel González. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa.** Petrópolis: Vozes, 2017.

ANJOS, T. C. DUARTE, A. C. G. O. **A Educação Física e a Estratégia de Saúde da Família: formação e atuação profissional.** Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1127-1144, 2009.

BAGGIO MA, BERRES R, PENTEADO B, GREGOLIN S, AIKES S. Implantação do Programa Saúde na Escola em Cascavel, Paraná: relato de enfermeiros. **Revista Brasileira de Enfermagem.** V. 71(supl 4), p. 1631- 8, 2018.

Batista, G. P., & Lellis, M. (2018). **Inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física:** Reflexões de uma professora da Educação de Jovens e Adultos. In Anais do 3º Simpósio Nacional de Estudos em Educação de Jovens e Adultos (p. 1-9).

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Estado e Educação popular:** um estudo sobre a educação de adultos. São Paulo: Liber, 2014.

Blair, S. N., Kampert, J. B., Kohl, H. W., Barlow, C. E., Macera, C. A., Paffenbarger Jr, R. S., & Gibbons, L. W. (1995). Influences of cardiorespiratory fitness and other precursors on cardiovascular disease and all-cause mortality in men and women. *JAMA*, 276(3), 205-210.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases. **Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** Educação física / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 96p. 1. Parâmetros curriculares nacionais. 2. Educação física: Ensino de primeira à quarta série. I. Título.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 1**, de 5 de julho de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Diário Oficial da União, Brasília, 19 jul. 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **LDB- Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017^a.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Brasília.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** MEC, 2017. Brasília, DF, 2017. Disponível em <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc/>> Acesso em 14 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. MEC, 2013. Brasília, DF, 2013. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file/>> Acesso em 14 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério da Saúde. Decreto Presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. **Institui o Programa Saúde na Escola – PSE**, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 dez. 2007. Seção 1, p. 2.

BRASIL. Ministério da Educação. **Proposta curricular para a educação de jovens e adultos**. Volume 1. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos**, 2002.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, 1997. p. 263-265.

BOOTH, F. W.; KRUPA, D. **Sedentary death syndrome is what researchers now call America's second largest threat to public health**. 2001. Disponível em: <Disponível em: <http://bit.ly/2jBSE4q> >. Acesso em: em 10 out. 2011.

BOOTH, F. W.; CHAKRAVARTHY, M. V. **Cost and consequences of sedentary living: new battleground for an old enemy**. President's council on physical fitness and sports research digest, Washington, DC, v. 16, n. 3, p. 1-8, 2002. Disponível em: <Disponível em: <http://bit.ly/2jbyBfE> >. Acesso em: 10 out. 2011.

BUSS PM. Uma introdução ao conceito de promoção da saúde. In: CZERESNIA D, FREITAS CM, organizadores. **Promoção da saúde**: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; 2015. p. 15-38.

CAMPOS, K. N. et. al. **O papel da educação física no combate ao sedentarismo**. Revista Multitexto, vol. 09, nº 02 ago./dez. de 2021

CAVALCANTI, O. S. M. B; PAIVA NETO, Francisco Timbó de; RECH, Cassiano Ricardo. Programa Saúde na Escola: interpelações sobre ações de educação e saúde no Brasil. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 387-402, ago./dez. 2015.

CAVEDON N. R. **A qualidade de vida no trabalho na área da Segurança Pública**: uma perspectiva diacrônica das percepções olfativas e suas implicações na saúde dos servidores. Organ Soc [Internet]. 2014.

CDC (Centers for Disease Control and Prevention). (2019). Physical Activity and Health. <https://www.cdc.gov/physicalactivity/basics/pa-health/index.htm>

COBO, B; CRUZ, C. DICK, P. **Desigualdades de gênero e raciais no acesso e uso dos serviços de atenção primária à saúde no Brasil**, Ciênc. saúde coletiva 26 (09) 27 Set 2021Set 2021. Disponível <https://doi.org/10.1590/1413-81232021269.05732021>

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 2012

CORREIA C, PESTANA L, LOBÃO S. **Saúde escolar em construção: que projetos?** Millenium. V. 41, p. 41, p. 89-113, 2016.

COSTA, J. C. G. SOUZA, C. T. V. CARVALHO, R. M. A. **Atuação docente em Educação Física escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA): ações de Promoção da Saúde**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, 42:e2045, 2020.

DALL´AGNOL Clarice Maria et al. O trabalho com grupos como instância de aprendizagem em saúde. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 28, n.1, p. 21-26, mar. 2017.

DELORS, J. **Educação um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão internacional sobre a Educação para o século XXI**. Brasília: Cortez, 2010.

DI PIERRO, M. C. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, 2005

DIAS, Cassia Rodrigues. **Enunciações de estudantes sobre a saúde na escola: desmistificando o programa saúde na escola**. Projeto de pesquisa. Fundação Oswaldo Cruz. Porto Alegre, 2015.

DOMINGUES, R.S. **Relação entre a Educação Física escolar e prática de atividades físicas em adolescentes: uma revisão**. 2021. 25 f. Monografia (Graduação em Educação Física) - Escola de Educação Física, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2021.

DUNNING, Eric; ELIAS, Norbert. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, p. 187-222, 1992.

EIME, R. M., YOUNG, J. A., HARVEY, J. T., CHARITY, M. J., & PAYNE, W. R. (2013). **A systematic review of the psychological and social benefits of participation in sport for children and adolescents: informing development of a conceptual model of health through sport**. International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity, 10(1), 98.

ESCOBAR, Floriano. **A Fundação MOBRAL e alguns registros sobre sua presença em Sorocaba – SP**. 2007. 89 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Sorocaba, São Paulo, 2007.

FABIANE A, CAPES B. **Políticas Públicas de Educação e Saúde na Escola: Apontamentos iniciais sobre o programa saúde na escola (PSE)**. Universidade Estadual de Maringá. Maringá/SP; 2015.

FERREIRA, H.S., OLIVEIRA, B.N., E SAMPAIO, J.J.C. Análise da percepção dos professores de educação física acerca da interface entre a saúde e a educação física escolar: Conceitos e metodologias. Revista **Brasileira de Ciências do Esporte**, 35(3), 673-685, 2021.

FERREIRA, L.O.F.; DE PAULA, J.A. Um diálogo entre a educação física e a eja: os corpos dos educandos e educadores. **Anais do XVII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e IV Congresso Internacional de Ciências do Esporte**, Porto Alegre, set. 2011.

FONSECA AF. **O território e o processo saúde-doença**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz; 2017.

FONSECA, I.S. **Relação entre a atividade física, comportamento sedentário, fatores psicológicos e dor lombar não específica em estudantes universitários**. 2021. 78 f. Dissertação (Mestrado em Exercício e Bem-estar) - Especialização em Exercício, Nutrição e Saúde, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2021.

FRANÇA, G. S. LEAL, C. D. S. **A importância da atividade física para a educação de jovens e adultos**. Artigo Científico apresentado a UNIPAC. Minas Gerais, 2021.

FREIRE P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra; 2014.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 62 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014. 148 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 65 ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GADOTTI, Moacir (Org.). **Educação de jovens e adultos: as experiências do MOVASP**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2016.

GALVÃO, A. M; SOARES, L. J. G. História da alfabetização de adultos no Brasil. In: ALBUQUERQUE, E. B. C.; LEAL, T. F. (Org.). **A alfabetização de jovens e adultos em uma perspectiva de letramento**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 27-58.

GASPAROTTO, G.S.; et al. Desempenho acadêmico de estudantes do ensino médio associado a aspectos psicológicos, práticas corporais e atividade física. **Revista de Educação Física**. v.31, p.1-12, 2020.

GRACIANO AMC, CARDOSO NMM, MATTOS FF, GOMES VE, BORGES-OLIVEIRA AC. Promoção da Saúde na Escola: história e perspectivas. **J Heal Biol Sci**. V. 3, n. 1, p. 34-38, 2015.

GRAZZINELLI, Maria Flávia et al. Educação em saúde: conhecimentos, representações sociais e experiências da doença. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 200-206, fev. 2018. Disponível em: <https://www.scileo.br> . Acesso em: 12 jun. 2022.

GUEDES D.P. **Educação para a saúde mediante programas de Educação Física escolar**. São Paulo: Motriz, v.5, n.1, jun,2019.

GÜNTHER, M.C.C. O direito à educação física na educação de jovens e adultos. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Florianópolis, v.36, n.2, supl., p.s400-s412, abr./jun. 2014.

GIOVANNI, L. M. **Indagação e reflexão como marcas da profissão docente**. In: GUARNIERI, M. R. *Aprendendo a ensinar: o caminho nada suave da docência*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 45-59.

HADDAD, Sérgio e Di Pietro. **Diretrizes de política nacional de educação de jovens e adultos**. São Paulo. Texto CEDI, 2010.

HADDAD, Sérgio. **Por uma nova cultura na Educação de Jovens e Adultos, um balanço de experiências de poder local**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED: 30 anos de pesquisa e compromisso social, 30., 2007. **[Anais eletrônicos...]**. Rio de Janeiro: Anped, 2007. Disponível em: <https://www.anped.org.br/biblioteca/item/por-uma-nova-cultura-na-educacaode-jovens-e-adultos-um-balanco-de-experiencias-de> Acesso em: 12 jun.2023.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos**. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p. 108-130, 2000.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos**. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 108-130, 2010.

HADDAD, Sergio; DI PIERRO, Maria Clara. **Transformações nas políticas de educação de jovens e adultos no Brasil no início do terceiro milênio: uma análise das agendas nacional e internacional**. **Caderno do CEDES** , v. 39, p. 197-217, 2015.

HILDEBRANDT-STRASMANN, Reiner. **Textos Pedagógicos Sobre o Ensino da Educação Física**. Ijuí, Unijui, 2003.

LAZZOLI, José. O exercício físico: um fator importante para a saúde.

LEMES, V. B. **Relatos de uma Proposta de Educação Física Escolar: A Promoção da Saúde na Educação de Jovens e Adultos (EJA)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano. Porto Alegre, 2017.

LIBÂNEO, J. C. **O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres**. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática** [Livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2017.

LIMA, A.P. O lugar da educação física na educação de jovens e adultos: discutindo a exclusão e as possibilidades. **Anais do XIX Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte/CONBRACE e VI Congresso Internacional de Ciências do Esporte/CONICE**, Vitória- ES, Set. 2015

LIMA, João. **Educação Física na Educação de Jovens e Adultos: Desafios e Perspectivas**. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, 2018.

LÜCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2016.

LUQUEZ, T. M. S., & SABÓIA, V. M. Práticas educativas ensalud em la escuela: una revisión integrativa. **Cult. Cuid.**, v. 21, n. 47, p. 175-184, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.14198/cuid.2017.47.15>, Acesso em 14 jun. 2023.

MACHADO, Maria Margarida. A educação de jovens e adultos após 20 vinte anos da Lei nº 9.394, de 1996. **Retratos da Escola**, v. 10, n. 19, p. 429-451, 2016.

MACHADO, Maria Margarida; RODRIGUES, Maria Emília de Castro. A EJA na próxima década e a prática pedagógica docente. **Retratos da Escola**, v. 8, p. 383-395. jul./dez.2014.

MACIEL, E. L. N et al. Projeto aprendendo saúde na escola: A experiência de repercussões positivas na qualidade de vida e determinantes da saúde de membros de uma comunidade escolar em Vitória, Espírito Santo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 2, p. 389-396, 2020.

MARQUES, E. S. A., & CARVALHO M. V. C. Prática educativa bem-sucedida na escola: reflexões com base em L. S. Vigotski e Baruch de Espinosa. **Rev. bras. Educ.**, v. 22, n. 71, e227169. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782017227169>. Acesso em 14 jun. 2022.

MELO, R. A. **Licenciatura em Educação do Campo**: formação de professores e prática educativa. 2018. 273 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018.

MEYER, Dagmar E. Estermann et al. "Você aprende. A gente ensina?": interrogando relações entre educação e saúde desde a perspectiva da vulnerabilidade. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 6, p. 1335-1342, jun. 2016. Disponível em: <https://www.scileo.br> Acesso em: 12 jun. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Saúde e Educação: Fortalecendo a Prevenção. 2020.

MIRANDA, Leila Conceição de Paula; SOUZA, Leonardo Tavares de; PEREIRA, Isabella Rodrigues Diamantino. A Trajetória Histórica da EJA no Brasil e Suas Perspectivas na Atualidade. **Seminário de Iniciação Científica**, 2016. Montes Claros. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/arquivos/.../e4e0c388-a724-45cb-8189-46e3a70afa64.pdf>. Acesso em 11 jun. 2022.

MONTEIRO, S.V. Sociedade de controle e condutas éticas: desafios e perspectivas para a atuação profissional em educação física. **Holos**, ano 25, vol. 1. 2009.

MORAES, Mara Sueli Simão *et al.* **Temas Político-Sociais/ Transversais na Educação Brasileira**: o discurso visa à transformação social? Reflexões da disciplina Temas Contemporâneos Transversais em Educação. Faculdade de Ciências. UNESP. Bauru, 2012.

MOURA, Tânia Maria de Melo. **A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos**: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. 2 ed. Maceió: EDUFAL, 2011

NAHAS, M.; GOLDFINE, B.; COLLINS, M. **Determinants of Physical Activity in Adolescents and Young Adults: The Basis for High School and College Physical Education To Promote Active Lifestyles**. *Physical Educator*, v. 60, n. 1, p. 42–56, 2003.

NEGREIROS, Anailton da Silva et al. **Educação de Jovens e Adultos no município de Porto Walter**: suas concepções históricas e pedagógicas uma análise sobre as especificidades dos alunos da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Borges de Aquino. 2018. 37 f. TCC UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, Porto Walter, 2018.

NUNES, C. M. F. **Saberes docentes e formação de professores: um breve panorama da pesquisa brasileira**. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 74, p. 27-42, abr. 2001.

OLIVEIRA, M. R., & Almeida, S. (2020). **Educação de Jovens e Adultos e o Empreendedorismo: Uma Análise de Oportunidades**. *Research, Society and Development*, 9(12), e864912945.

OLIVEIRA, M. R., & Vieira, J. L. L. (2015). **A Prática da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos: Reflexões e Perspectivas**. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 29(3), 513-521.

Organização Mundial da Saúde. **Vacinação: porque é importante**. 2021.

PAIVA, Jane; HADDAD, Sérgio; SOARES, Leôncio José Gomes. **Pesquisa em educação de jovens e adultos: memórias e ações na constituição do direito à educação para todos**. *Revista brasileira de educação*, v. 24, p. 10-25, 2019.

PAIVA, Vanilda P. **Educação Popular e Educação de Adultos**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Loyola/

PORFÍRIO. F. **Biografia de Paulo Freire**. 2019. Disponível em; <https://brasilecola.uol.com.br/biografia/paulo-freire.htm>. Acesso em 10 jun. 2023.

REBELO, M., Serrano, J., Duarte-Mendes, P., Paulo, R., Marinho, D.A. (2020). **Desenvolvimento motor da criança: relação entre habilidades motoras globais, habilidades motoras finas e idade**. *Cuadernos de Psicología del Deporte*, ISSN 1578-8423. 20(1), p. 75-85.

REIS, José Antônio Padilha dos; MOLINA NETO, Vicente. “Pensei que estava na aula de ciência” ou os significados da educação física na educação de jovens e adultos. **Pensar a Prática** (Online), v. 17, p. 636-650, jul./set.2014. DOI: <https://doi.org/10.5216/rpp.v17i3.26145>. Acesso em 13 jun. 2023.

RIBEIRO, Vera Masagão. Alfabetismo funcional: referências conceituais e metodológicas para a pesquisa. **Educação & Sociedade**, v. 18, p. 144-158, 1997.

RIS M; HAINES A. Brazil's Family Health Programme. BMJ editorial. 2010. ROUQUAYROL, M.Z e GOLDBAUM, M. **Epidemiologia, História Natural e Prevenção de doenças**. In: ROUQUAYROL, M.Z. Epidemiologia & Saúde. 6. ed. Rio de Janeiro, 2003.

SAMPAIO, Adelar Aparecido; BAEZ, Marcio Cossio; STOBASUS, Claus Dieter; OLIVEIRA, João Ricardo Gabriel. **Alunos da EJA Educação Física e Qualidade de Vida**. ISAPG, 2012.

SANCHES NETO, L.; CONCEIÇÃO, W.L.; OKIMURA-KERR, T.; VENÂNCIO, L.; VOGEL, A.J.Z.; FRANÇA, A.L.; CORSINO, L.N.; RODRIGUES, J.C.R.; FREITAS, T.P. **Demandas ambientais na Educação Física escolar: perspectivas de adaptação e de transformação**. **Movimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 4, p. 309-330, out./dez. 2013

SANTANA, Dayane Pereira de; COSTA, Célia Regina Bernardes. **Educação Física escolar na promoção da Saúde**. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo Do Conhecimento**. Ano 01, Edição 01, Vol. 10, pp. 171-185, Novembro de 2016. ISSN: 2448-0959.

SANTOS, A., & SOUZA, M. (2018). **Desafios enfrentados por alunos da Educação de Jovens e Adultos na participação em aulas de Educação Física**. In Anais do 5º Congresso Brasileiro de Educação de Jovens e Adultos (p. 1-10).

SANTOS, Edson Manoel dos; ADINOLFI, Valéria Trigueiro Santos. O programa saúde na escola e suas relações com a Base Nacional Comum Curricular. **Reflexão e Ação**. Santa Cruz do Sul, v. 30, n. 1, p. 217-234, jan./abr. 2022.

SANTOS, R. R. (2016). **A Importância da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos**. *Research, Society and Development*, 5(6), 66-76.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. São Paulo, Cortez e Autores Associados, 2014.

SCHMITZ, Egídio Francisco. **Fundamentos da Didática**. 7. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 2016.

SCHNEIDER, M. P. **Projeto político pedagógico e pesquisa: uma nova escola**. Videira: UNOESC, 2014.

SILVA JP, GONÇALVES MFC, ANDRADE LS, MONTEIRO EMLM, SILVA MAI. Promoção da saúde na educação básica: percepções dos alunos de licenciatura em enfermagem. **Rev Gaúcha Enferm**, v. 39, 1-9, 2018.

SILVA, A. M., & PEREIRA, L. F. (2018). **O Ensino de Educação Física na Educação de Jovens e Adultos: Limitações e Possibilidades**. *Research, Society and Development*, 7(8), e67837109.

SILVA, A. M., & SANTOS, R. R. (2019). **Educação de Jovens e Adultos: A Flexibilização dos Horários de Trabalho e Estudo**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, 4(2), 20-34.

SILVA, Maria Aparecida. **Educação Física e qualidade de vida: contribuições para a EJA**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, 2015.

SILVA, Pedro Lopes da; ARAÚJO, Aline Vasconcelos de. **As metodologias utilizadas por profissionais da EJA: Uma reflexão a partir do Estágio Supervisionado III**. X Simpósio UFAC, 2016.

SILVA, R. C. **O Professor, seus saberes e suas crenças**. In: GUARNIERI, M. R. Aprendendo a ensinar: o caminho nada suave da docência. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 25-44.

SOARES, Leôncio José Gomes; PEDROSO, Ana Paula Ferreira. Formação de educadores na educação de jovens e adultos (EJA): alinhando contextos e tecendo possibilidades. **Educação em revista** (UFMG), v. 32, p. 251-268, out./dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698161277>. Acesso em 14 jun. 2022.

SOUSA, Leilane Barbosa de. et al. PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO BRASIL: A ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM. **Revista de Enfermagem**. UERJ, Rio de Janeiro, v.18, n.1, p.55-60, jan./mar, 2016.

SOUZA, L. F., & SILVA, C. M. (2018). **Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Sustentabilidade Financeira: Um Estudo de Caso Sobre as Motivações dos Alunos**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, 3(4), 86-95.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

TEBEROSKY, A. **Reflexões sobre o Ensino da Leitura e da Escrita**. Trad. de Beatriz Cardoso. São Paulo: Trajetória Cultural, 2010

TREMBLAY, M. S., WARBURTON, D. E., JANSSEN, I., PATERSON, D. H., LATIMER, A. E., RHODES, R. E., ... & ZEHR, L. (2011). **New Canadian physical activity guidelines**. Applied Physiology, Nutrition, and Metabolism, 36(1), 36-46.

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2016.

VEIGA. P. A. (Org.). **Educação Básica e Educação Superior: projeto político-pedagógico**. Campinas: Papirus, 2014.

VIEGAS, Ana Cristina Coutinho; MORAES, Maria Cecília Sousa de. Um convite ao retorno: relevâncias no histórico da EJA no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 12, n. 1, p. 456-478, 2017.

VILA, Ana Carolina Dias; VILA, Vanessa da Silva Carvalho. Tendências da produção do conhecimento na educação em saúde no Brasil. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 15, n. 6, p. 1177-1183, dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br> . Acesso em: 11 jun. 2022.

WARBURTON, D. E., NICOL, C. W., & BREDIN, S. S. (2006). **Health benefits of physical activity: the evidence**. Canadian Medical Association Journal, 174(6), 801-809.

WORLD Health Organization (WHO). (1998). Health **Promotion in Schools**: Theory, Practice, and Evidence. WHO.

WORLD Health Organization (WHO). (2021). COVID-19 vaccines.

ZIEMAN, A. S. A jurisdição constitucional e os direitos fundamentais nas relações privadas. Questões contemporâneas. São Paulo: Perse, 2014.



Há 24 anos produzindo...

Conhecimento & Ciência

8542-2/00 - Educação profissional de nível tecnológico;
5811-5/00 - Edição de livros;
8550-3/02 - Atividades de apoio à educação;
8660-7/00 - atividades de apoio à gestão de saúde.



Entre em contato conosco:
E-mail: secretaria@conhecimentoeciencia.com
WhatsApp: +55 (91) 9 8925-6249